



RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023



ESMAT
ESCOLA SUPERIOR
DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE



Sumário

05 Apresentação

07 Ações Institucionais

27 Pós-Graduações

33 Cursos

71 Eventos

153 Relatório de Atividades

Institucional

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi criada pela Resolução nº 5, art. 43, inciso VI, § 7º, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão Plenária, de 5 de novembro de 1998. A iniciativa, conforme enuncia o artigo 1º da referida Resolução, foi a criação de um órgão no Tribunal de Justiça capaz de atender aos requisitos previstos no artigo 93, inciso II, letra "c", e IV, da Constituição Federal. Em 2003, na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marco Villas Boas, a Escola foi instalada, dando início à busca do aprimoramento técnico-profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

A Esmat tem como objetivos: proporcionar meios para a especialização, iniciação, aperfeiçoamento e atualização de magistrados e servidores ao exercício do poder e função jurisdicionais; incentivar a pesquisa científica e o debate jurídico de temas relevantes, a fim de colaborar para o desenvolvimento da Ciência do Direito, com vista ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, seja na elaboração, interpretação e aplicação das leis e apresentação de projetos de aperfeiçoamento da legislação; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da solidariedade humana, a compreensão e a promoção dos direitos e deveres da pessoa; proporcionar ao meio acadêmico e à sociedade em geral acesso ao conhecimento do sistema jurídico como forma de aprimorar a sociedade e prevenir conflitos; propiciar a efetivação da cidadania por meio do aprimoramento de estudos e pesquisa científica em busca do respeito e fortalecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos:



Missão

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”



Visão

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”



Valores

*ÉTICA – MORAL – CULTURA RESPEITO –
URBANIDADE DEDICAÇÃO AO ESTUDO
E AO TRABALHO – RESPONSABILIDADE*



Política da Qualidade

“Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.”

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho

Desembargadora Ângela Prudente

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Wellington Magalhães

ASMETO

Juíza Odete Batista Dias Almeida

Diretoria Geral TJTO

Ana Carina Mendes Souto

DIRETORIA

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Wellington Magalhães

Diretoria Executiva

Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessoria Acadêmica e Pedagógica

Débora Regina Honório Galan

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Alves Silva

Amanda Emilene Arruda

Andreia Teixeira M. Barbosa

Ana Alice Damaceno

Anna Paula A. M. Falcão Coelho

Breno Proença Pinheiro

Bruno Odate Tavares

Cláudia Regina Carreira Marques

Cíntia Nogueira dos Santos

Cynthia Vália C. Aires

Débora Regina Honório Galan

Denise Sodré Dorjó

Deusdymar Bezerra Sales

Edglei Dias Rodrigues

Ednan Oliveira Cavalcanti

Elaine Andrade P. S. Medeiros

Eugenia Paula Meireles Machado

Francielly Oliveira Rodrigues da Silva

Francisca Aparecida Silva de Sousa

Francisco Erasmo Batista

Graziele Coelho Borba

Geovanna Kalyne Teixeira de Oliveira Brito

Hodirley Marques Canguçu

Jader Lincoln Nascimento

Jadir Alves de Oliveira

João Leno Tavares Rosa

João Lucas Gomes Rabelo Aguiar

José Luis Ribeiro

José Zito Pereira Júnior

Juliana Chaves da Rocha Silva Paz

Juliane Ferreira de Souza

Kananda Rezende Toledo

Kenia Borges Silva Almeida

Layane Ribeiro Pompeu

Letícia Pereira dos Santos

Lílian Gama da Silva

Lily Sany Silva Leite

Lucilene Aparecida da Silva

Luiz Carlos Porto do Carmo

Maria Ângela Barbosa Lopes

Maria Luiza CP. Nascimento

Mária Rúbia G. da Silva Abalém

Rita de Cássia Gáspio Freire Rezende

Michele Araújo Ferreira

Michela Aires G. S. Kitamura

Roberto Carlos Pires

Rogério Lopes da Conceição

Sabrina D. Lizandro Timotheo de Sousa Freitas

Samuel Victor Costa Jácome

Sandro Mascarenhas Neves

Silvana Carvalho de Castro Pires

Silvânia Melo de Oliveira Olortegui

Sofia Alves Cirqueira

Sônia Rodovalho

Sônia Cláudia Bezerra Sales

Tadeu Passarini Filho

Thelni Veloso de Sousa

Valdirene Cássia da Silva

Vanice Lunkes Gotz

Victor Matheus Bandeira Alves

Vinícius Fernandes Barboza

Vinicius Ferreira Rocha

Wherbert da Silva Araújo

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023

Os novos conceitos e procedimentos que impactaram o sistema educacional brasileiro durante e após a pandemia global provocada pela transmissão do Coronavírus exigiram uma profunda reflexão sobre a nossa atuação social, ambiental e acadêmica. Foi nesse contexto que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense celebrou, em 2023, o efetivo retorno à normalidade das atividades presenciais e a implementação dos eventos híbridos, que já vinham se desenhando no curso de 2022, realidades que se consolidaram com o limiar da construção de conhecimentos coletivos.

Sob um compromisso contínuo com a excelência acadêmica e a inovação no ambiente jurídico, a Esmat tem desempenhado um papel fundamental na formação e no aprimoramento de magistrados(as), de servidores(as) e da sociedade em geral. Neste ano de 2023, acompanhamos e debatemos os avanços, as ferramentas e a necessidade de diálogo acerca das inovações tecnológicas, mais precisamente sobre a Inteligência Artificial Generativa, preparando o ambiente acadêmico e judicial para trabalharmos com ética e segurança com as novas ferramentas que estamos desenvolvendo, e nos preparando para lidar com a Inteligência Artificial Geral, algo impactante que carecerá de debates aprofundados sobre neurociência e neurodireito. Como Escola, este será um dos nossos desafios educacionais de maior relevância.

Além disso, devemos intensificar o diálogo sobre as intercorrências da emergência climática, seus impactos socioeconômicos, principalmente sobre as comunidades vulneráveis, e o papel da prestação jurisdicional no acesso à justiça daqueles(as) que acreditam na via judicial como meio de solução de conflitos e pacificação social. Como reflexo do que observamos ao longo de 2023, a atuação da Magistratura em temas relacionados às emergências climáticas tornou-se crucial para garantir a justiça e o equilíbrio ambiental, atendendo às demandas da comunidade e promovendo a igualdade de direitos.

Reconhecendo a interconexão entre o sistema jurídico e os desafios ambientais, a Instituição entende a importância da prestação jurisdicional sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Entende também que para promover justiça ambiental é preciso debruçar-se sobre o tema, reconhecendo a importância, a luta dos povos originários e a inter-relação do ambiente com uma sociedade mais fraterna e consciente.

Em 2023, a Esmat se fortaleceu na consolidação de compartilhamento de saberes acadêmicos, com a oferta de turmas do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos a magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário dos estados de Roraima e do Acre. Feito inédito e memorável que descortina novos horizontes no processo de formação e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Brasileiro. Por meio da parceria com a Universidade Federal do Tocantins, formamos também a primeira turma de magistrados(as) no Doutorado em Desenvolvimento Regional, o que qualificou a Esmat como a primeira Escola da Magistratura a formar doutores(as) com seu Programa Lato Sensu de Pós-Graduação.

Com todas essas conquistas, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense não apenas se destaca pelos avanços educacionais, mas também pela sua visão progressista e comprometida com os desafios contemporâneos, posicionando-se como uma instituição moderna, atenta a todas as novidades e com atuação constante na formação de magistrados(as), de servidores(as), de entidades parceiras e da comunidade, na promoção de uma justiça alinhada aos valores e às necessidades emergentes da sociedade.



Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat

AÇÕES INSTITUCIONAIS

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023

Esmat lança Prêmio de Jornalismo



Durante a cerimônia de lançamento dos novos portais eletrônicos do Judiciário Tocantinense, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) lançou, no dia 25 de janeiro, o Prêmio Esmat de Jornalismo 2023. O processo seletivo, ainda em andamento, vai conceder R\$ 55,5 mil às reportagens que abordarem ações em defesa da construção da justiça social, da promoção dos direitos humanos e da melhoria da prestação jurisdicional, no âmbito do Judiciário Tocantinense.

O prêmio foi dividido em seis categorias (Telejornalismo; *Webjornalismo*; Radiojornalismo; Fotojornalismo; Jornalismo Impresso e Acadêmico, este último direcionado a estudantes de Comunicação Social – Jornalismo –, desde que referendado pelo professor e pela instituição de ensino), com premiações para os melhores trabalhos classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, o prêmio é uma iniciativa da Escola para valorizar os(as) profissionais de imprensa que contribuem para divulgar ações do Judiciário que beneficiam a sociedade e trazem temas de interesse público à ampla discussão. “Como sociedade, queremos sempre que em todos os casos a verdade sobressaia, os dois lados sejam ouvidos e, ao final, a sociedade seja bem-informada. Isso significa pacificação social e estabilidade democrática”, afirmou.

Biênio 2023-2025

Para o biênio 2023-2025, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe tomou posse como a nova presidente da Corte Tocantinense. Na ocasião, foram empossados: a desembargadora Ângela Prudente (vice-presidente); a desembargadora Maysa Vendramini (corregedora-geral de justiça); a desembargadora Jacqueline Adorno (vice-corregedora); o desembargador Helvécio Maia Neto (ouvidor judiciário); o desembargador Adolfo Amaro (ouvidor judiciário substituto); o desembargador Marco Villas Boas (diretor geral da Esmat); e a desembargadora Ângela Haonat (diretora adjunta da Esmat).



Desembargador Marco Villas Boas e Desembargadora Angela Issa Haonat são reconduzidos ao cargo de Diretor Geral e Diretora Adjunta da Esmat

Durante a posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizada em fevereiro de 2023, o desembargador Marco Villas Boas e a desembargadora Angelalssa Haonat foram reconduzidos ao cargo de Diretor Geral e Diretora Adjunta da Escola para o biênio 2023-2025.

Em seu discurso de encerramento de gestão, o desembargador João Rigo Guimarães ressaltou a importância da Esmat para a formação de magistrados(as) e de servidores(as) e os esforços para a construção da sede definitiva da Escola. “A Esmat tem um papel muito importante na formação de magistrados(as), de servidores(as) e de profissionais das comunidades. Com a recondução do desembargador Marco Villas Boas na Direção Geral, a Esmat permanece em boas mãos. Agora vamos trabalhar para construir um prédio para abrigar a Escola, como também a sededa Corregedoria e mais quatro fóruns no Estado” afirmou.

Em sua fala, a desembargadora AngelalssaHaonat, que assumiu a Diretoria Adjunta da Esmat, reforçou a importância da Escola ao longo dos tempos. “Assumir a Diretoria Adjunta da Esmat ao lado do desembargador Marco Villas Boas é uma grande honra, pois a Escola, além de promover a formação de magistrados(as) e de servidores(as), exerce a função social de aproximar o Poder Judiciário da sociedade”, lembrou.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ao longo das últimas décadas, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins tem investido na reestruturação de sua organização e de todo o Poder Judiciário ao levar um precioso apoio às comarcas, com estrutura de trabalho moderna, com rede de dados e voz, estrutura física adequada com novas sedes a partir do cumprimento



do planejamento estratégico, iniciado desde LI3 com foco na construção das referidas sedes – interior e o Fórum de Palmas.

“Além de investimento em tecnologia e organização judiciária e principalmente em capacitação de pessoal, levou-nos a alcançar o patamar de um Judiciário moderno, com foco na efetividade da jurisdição, na prestação jurisdicional, que prestigia a dimensão humana acima de todos os outros objetivos, de modo a promover direitos fundamentais e valorizar as pessoas. E, nesse cenário, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) tem papel fundamental. Na minha gestão, ao longo desses anos, temos trabalhado em conjunto com os demais gestores do Judiciário. Nesse sentido, temos, cada vez mais, muita fé e esperança numa prestação jurisdicional mais rápida e justa”, reforçou.

Diretor Geral da Esmat é laureado com medalha Jorge Araken no Acre

Em reconhecimento à sua prestimosa contribuição e relevantes serviços prestados ao engrandecimento da atividade acadêmica do Judiciário do Acre, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), foi laureado com a Medalha Jorge Araken no dia 6 de fevereiro em Rio Branco, capital do Acre. A homenagem foi concedida pelo Conselho Consultivo da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD) e outorgada pela desembargadora Regina Ferrari, diretora geral da Escola.

A comenda foi instituída ano passado por meio da Portaria nº 2.558, de 2022, com o objetivo de condecorar e agraciar personalidades jurídicas, bem como de outras áreas do conhecimento científico, além de magistrados(as) e servidores(as) ativos(as) e inativos(as) pelos relevantes serviços prestados à Escola. Na ocasião, o desembargador Gaetano Levi Lopes, ex diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM) também foi um dos homenageados.



O Poder Judiciário do Tocantins e o do Acre firmam termo de cooperação acadêmica entre suas Escolas Estaduais da Magistratura



Com a proposta de fomentar o intercâmbio de experiências nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, bem como na implementação de novas tecnologias e de investidoras em licenciaturas de caráter tecnológico, engajadas com a promoção do desenvolvimento intelectual de alunos(as) e docentes, nacionais e internacionais, incentivando a troca de conhecimentos como um método evolutivo de aprendizagem, o Poder Judiciário Tocantinense em parceria com o Poder Judiciário do Acre, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD), assinaram, no dia 7 de fevereiro, em Rio Branco (AC), um Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica.

O documento visa promover o intercâmbio de docentes, discentes e pesquisadores(as), sendo: Implementação de projetos conjuntos de pesquisa; Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; Programas para realizar estudos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu; Implementação de projetos de cooperação técnico-acadêmica, dentre outros.

Diretor Geral da Esmat participa de Encontro das Escolas Judiciais e da Magistratura



Representantes das Escolas Judiciais e da Magistratura, de todas as regiões do Brasil, se reuniram na sede ENFAM, em Brasília, para o encontro anual com a direção e coordenação das escolas e para o lançamento da Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura (RENEJUM).

O Evento visou aperfeiçoar o trabalho em rede, com foco em situações específicas do contexto educativo, como, por exemplo, as gestões administrativa, pedagógica e acadêmica, dentre outras ações que demandem competências das equipes gestoras e técnico-pedagógicas, objetivando integração e articulação de saberes, recursos pedagógicos e administrativos, com especial atenção aos(as) profissionais da educação judicial do País.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, lembrou do processo de adaptação das escolas da magistratura durante a pandemia. “A pandemia da Covid-19 nos obrigou a migrar para o digital sem uma cultura de transformação, a inovar sem uma cultura madura de inovação nas nossas instituições, e nós sabemos que esse é um processo transversal que impacta a instituição como um todo, e que deve ser feito de uma forma inteligente, inclusiva, participativa e cooperativa”.

Diretor Geral da Escola do Poder Judiciário de Roraima visita estruturas da Esmat

Com o objetivo de conhecer ferramentas educacionais e modelos de gestão, o desembargador Cristóvão Suter, diretor geral da Escola do Poder Judiciário de Roraima (EJURR) e o coordenador acadêmico, Felipe Diogo Jácome Queiroz, visitaram em março de 2023 as estruturas da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A visita técnica buscou firmar parceria de disponibilidade de vagas, por meio de intercâmbio acadêmico, no Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).



Posse de Diretoria da Esmagis – MT contou com a presença do Diretor Geral da Esmat



Com o tema *A Reconstrução dos Direitos Humanos na América Latina a partir do Interconstitucionalismo Judicial*, o presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) ministrou uma palestra no dia 10 de março de 2023, durante a posse da nova Diretoria da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso Desembargador João Antônio Neto (ESMAGIS-MT). Dentre os temas abordados na palestra, o presidente do Copedem falou sobre a efetividade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o interconstitucionalismo judicial latino-americano. Na ocasião, o desembargador Levi Caetano de Minas Gerais, proferiu a palestra *As escolas judiciais e o novo perfil da magistratura brasileira*.

Para o biênio 2023-2024, a desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos foi empossada diretora geral, e o desembargador Márcio Vidal assumiu a função de vice-diretor geral.

Esmat e Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais iniciaram planejamento de ações conjuntas

A Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais (Sepot) articulou uma ação em parceria com o sistema judiciário do Tocantins, focada no tema do acesso à justiça para os povos Originários e Tradicionais do estado. Durante uma reunião no dia 21 de março, na sala de reuniões da Esmat, o diretor adjunto, Juiz Wellington Magalhães, discutiu detalhes do projeto com a secretária Narubia Werreria. O projeto, teve como objetivo principal facilitar o acesso à justiça para os povos e comunidades tradicionais, almejando a desburocratização dos procedimentos iniciais.



Agora Qualis B1: Revista ESMAT abre chamada pública para submissão de artigos científicos



A Revista ESMAT, realizou em 2023 uma chamada pública para a publicação de artigos destinados à edição do segundo semestre de 2023. A publicação, avaliada no Estrato B1 pela Capes, tem como missão ser um instrumento motivador para a difusão do conhecimento jurídico e interdisciplinar, produzido por diversos membros da comunidade jurídica, como magistrados(as), estudantes, professores(as), servidores(as), advogados(as) e membros do Ministério Público.

A Revista ESMAT é vinculada ao Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), resultado da colaboração entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Esmat.

Esmat participa de atividades de atendimentos em Comemoração do Dia dos Povos Indígenas

No dia 19 de abril, em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas, o Poder Judiciário Tocantinense, através da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), participou ativamente do Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas. O evento ocorreu no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente, localizado no município de Tocantínia, a aproximadamente 70 quilômetros de Palmas. Cerca de 400 membros dos povos Xerente estiveram presentes.

A ocasião incluiu uma diversidade de atividades e atendimentos fornecidos por parceiros como Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública, Secretaria da Segurança Pública, Exército Brasileiro, Secretaria da Cultura, Receita Federal e Cartório de Registro Civil. O evento também contou com palestras sobre "Políticas públicas voltadas para o bem viver das comunidades indígenas", ministradas por representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Centro de Práticas Integrativas Complementares (CEPIC/UFT).



Esmat marcou presença no I Encontro de Justiça Restaurativa do Norte e Nordeste

A Justiça Restaurativa ganha força nas regiões Norte e Nordeste do País com o I Encontro realizado nos dias 19 e 20 de abril em São Luís. A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) marcou presença no Evento organizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com o objetivo de fortalecer a implementação da Política Judiciária Nacional de Justiça Restaurativa.

O Encontro contou com a presença das juízas Rosa Maria Gazire Rossi e Silvana Maria Parfieniuk, e da servidora Andréia Teixeira Marinho Barbosa, coordenadora do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Esmat (NUFAM), para compartilharem experiências e discutirem ações que promovam a Justiça Restaurativa nas regiões Norte e Nordeste.



Processo evolutivo de ensino da Esmat é apresentado em Congresso Internacional



O processo evolutivo tecnológico e educacional, alcançado pela Esmat em cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, nas Pós-Graduações Lato e Stricto Sensu, foi apresentado no dia 25 de maio de 2023, em Portugal, durante a Edição da ExpoJud Portugal, na Faculdade de Direito de Lisboa.

O Painel “Escolas Judiciais: inovação, afeto e tecnologias” foi de responsabilidade do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem. No painel, foram apresentados os números referentes aos cursos, eventos e programas de Pós-Graduação da Esmat e, principalmente, os importantes avanços da Escola nos últimos 10 anos, além do papel que ela tem para possibilitar que magistrados(as) e servidores(as) façam uma análise dos riscos e benefícios do uso da tecnologia na atividade judicial.

Esmat firma acordo de cooperação com a Universidade Lusófona do Porto em Portugal

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), assinou, no dia 29 de maio, um Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, localizado em Porto, Portugal.

O Termo de Cooperação firmado entre a Esmat e a Universidade Lusófona teve como objetivo fortalecer os laços entre a Academia e o Poder Judiciário, promovendo a troca de conhecimentos, experiências e realização de projetos conjuntos. Durante a ocasião, o desembargador Marco Villas Boas foi agraciado com uma Medalha da Universidade, honraria conferida pela vice-reitora, professora doutora Isabel Babo.



Esmat e judiciário português discutem cooperação e intercâmbio jurídico



No dia 29 de maio, o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), foi recebido pelo desembargador José Igreja Matos, presidente do Tribunal da Relação do Porto, em um Encontro marcado por esforços de cooperação e intercâmbio jurídico.

A visita teve como objetivo principal estabelecer uma sólida parceria entre as instituições, visando promover a divulgação das atividades e fortalecer a imagem do Tribunal da Relação do Porto perante o Judiciário brasileiro. Durante o Encontro, importantes discussões foram realizadas, abrangendo temas relacionados aos sistemas judiciais e possíveis áreas de colaboração entre os dois países.

Estágio para pessoas indígenas e quilombolas é pauta de reunião na Defensoria Pública com participação da Esmat

Com o objetivo de oportunizar vagas de estágio específicos para pessoas indígenas e quilombolas do Tocantins, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) se reuniu no dia 5 de junho de 2023 com representantes da Defensoria Pública da União, da Secretaria Estadual de Povos Originários e Tradicionais (Sepot) e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para discutir a implementação da parceria.

O projeto faz parte da iniciativa da Sepot, Rede de Acesso à Justiça para os Povos Tradicionais e Originários do Tocantins (Rejusto), que conta com a parceria da Defensoria Pública. Ele propõe o acesso à justiça para as comunidades indígenas e quilombolas, conscientizando e proporcionando um atendimento mais adequado por parte dos órgãos e entidades do sistema de justiça, cujos servidores recebem letramento racial para compreender melhor a realidade dos povos originários e tradicionais em sua pluralidade cultural, respeitando assim os princípios da eficiência e da dignidade da pessoa humana.



Campanha de arrecadação de livros beneficia comunidade indígena Awã Canoeiro



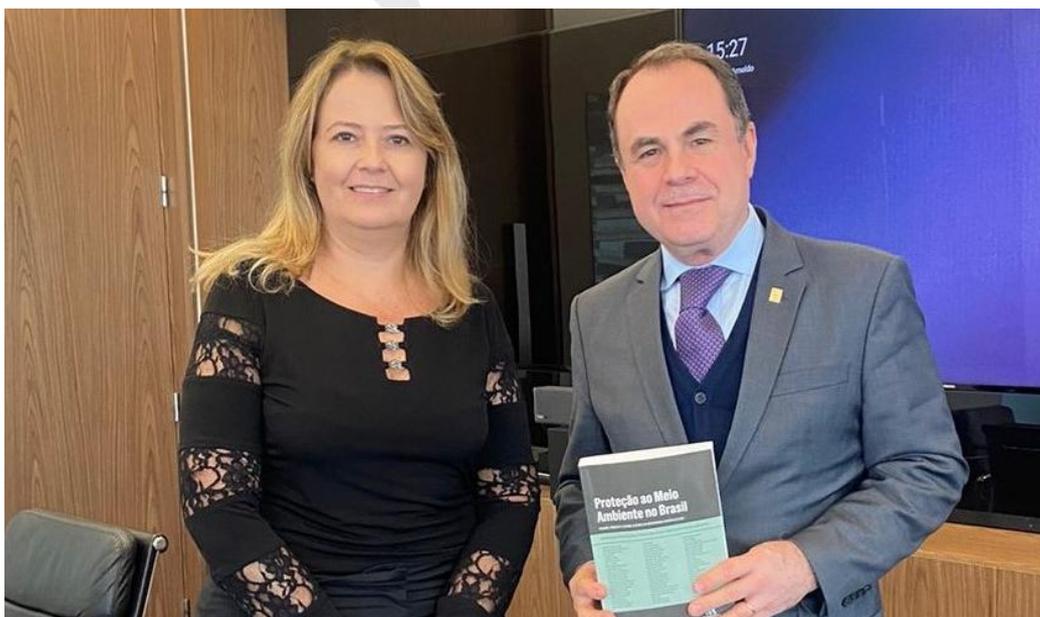
A campanha de arrecadação de livros para a aldeia indígena Awã Canoeiro, promovida pela Esmat, foi um sucesso, graças à união de toda a equipe da Escola, servidores(as) do Tribunal de Justiça, alunos(as) dos cursos, usuários(as) da biblioteca, familiares, amigos(as) e comunidade. Ao todo foram arrecadados cerca de 205 exemplares de livros de literatura.

Com o objetivo de promover o acesso à leitura e incentivar o hábito desde a infância, a campanha priorizou a arrecadação de livros novos e/ou usados, com enfoque nas obras voltadas ao público infantil. A nova Escola Estadual Tutawa Awa, situada na aldeia Itaro, foi escolhida como ponto de recebimento das doações. Essa iniciativa teve como objetivo levar cultura e conhecimento para a comunidade indígena, contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural de seus membros. A bibliotecária da Esmat Silvânia Olortegui foi a responsável por realizar a entrega das obras.

Esmat e Copedem buscam parcerias de capacitações em Justiça Ambiental

Com o propósito de promover o aprimoramento jurídico e incentivar a participação de magistrados em eventos acadêmicos sobre a temática ambiental e a conjuntura internacional, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e a Esmat realizaram em 19 de julho de 2023 uma visita técnica ao Instituto "O Direito por um Planeta Verde" em São Paulo. O desembargador Marco Villas Boas, presidente do COPEDEM e diretor geral da Esmat, foi recebido pela professora doutora Patrícia Faga Iglecias Lemos, presidente da entidade.

O encontro teve como objetivos a elaboração de atividades conjuntas que promovam a atualização acadêmica de magistrados e servidores, visando aprimoramento jurídico na questão ambiental, além da possível publicação de artigos e participação em seminários.



Certificação ISO 9001:2015 da Esmat é mantida após auditoria pela QMS



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) celebra, no dia 6 de setembro, a manutenção da Certificação ISO 9001:2015, após a conclusão de uma auditoria externa de dois dias em seu sistema de gestão da qualidade. A avaliação foi realizada pela empresa Quality Management System Certification Services (QMS), com o auditor Renato Anselmo Júnior.

Renato, ao apontar os pontos positivos da Escola, enfatizou a organização e a eficiência na disponibilização de informações, bem como a dedicação dos setores em identificar oportunidades de melhoria. Ele também destacou a consolidação do sistema de gestão da qualidade da instituição. "Um dos pontos positivos da Esmat é sua determinação expressiva em identificar oportunidades de aprimoramento. Muitas instituições costumam se concentrar em riscos e ameaças, deixando de lado as oportunidades. No entanto, vocês estão comprometidos com a melhoria contínua de suas atividades, o que é percebido pelo número de oportunidades de aprimoramento que vocês identificam", comentou o auditor.

A certificação reforça a eficácia do planejamento, execução, supervisão e controle dos cursos e eventos oferecidos pela Escola. A Esmat mantém seu escopo certificado desde 2015 e continua a aprimorar constantemente seus processos de formação e desenvolvimento de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Esmat, fecha parceria inédita com a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP para capacitação técnica e científica



O romper de fronteiras, a derrubada de muros, analogias que podem definir a parceria inédita entre o Poder Judiciário Tocantinense e a Universidade de São Paulo (USP). No dia 1º de agosto, no auditório do Museu do Ipiranga, na capital paulista, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), terceira maior unidade da USP, com corpo docente de 270 professores(as) e cerca de 5 mil alunos(as). O compromisso de apoio mútuo foi assinado pela desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO); pelo desembargador Marco Anthony Villas Boas, diretor geral da Esmat; e pelo professor Doutor Ricardo Ricci Uvinha, diretor da EACH-USP.



O desembargador Marco Villas Boas ressaltou a importância da parceria com a Universidade de São Paulo. "É um momento luminoso para o Tribunal de Justiça e à Esmat. Sabemos que os programas desenvolvidos pela EACH-USP melhoram a vida da sociedade, principalmente o pós-doutorado sobre cidades inteligentes. Mais do que nunca precisamos nos aperfeiçoar e preparar para tudo que está vindo por aí. A vida nas cidades, as relações humanas e as transformações digitais nos exigem esse esforço contínuo", afirmou.

Ao efetivar a parceria, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins lembrou que o Judiciário abraçou a missão de promover uma Justiça mais próxima e inovadora. "Vemos aqui a oportunidade de ampliar os nossos saberes,

indo muito além do Direito, buscando conhecer a fundo as necessidades humanas. Atender bem ao cidadão é a nossa obrigação, voltando à sociedade um olhar sensível e humano. A sólida base científica e cultural da Escola de Artes, Ciências e Humanidade, na qual os projetos de pesquisa envolvem todas as áreas de conhecimento, auxiliar-nos-á a estarmos cada vez mais próximos da sociedade".

Termo de Cooperação

O Acordo permitirá a cooperação mútua acadêmica, técnico-científica, cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum do TJTO, da ESMAT, da USP e da EACH.

A Esmat sai mais uma vez em vanguarda e se destaca por ser a primeira Escola da Magistratura do País a assinar Termo de Cooperação com a Universidade de São Paulo. Especializações, programas de mestrado e doutorado, das duas instituições, terão vagas disponíveis para seus(suas) integrantes, na busca por uma Justiça cada vez mais capacitada para atender às demandas do(a) cidadão(ã). O Termo de Cooperação tem validade de 60 meses, podendo ser prorrogado conforme o interesse das instituições. De forma a concretizar a parceria, serão buscadas formas de um maior entrosamento entre as instituições, com vista a: criar; estabelecer e dinamizar redes ou canais de comunicação permanentes entre seus quadros funcionais; promover intercâmbio de docentes e de pesquisadores(as); elaborar conjuntamente projetos de pesquisa; organizar eventos científicos e culturais ; trocar informações e publicações acadêmicas; intercambiar estudantes e membros da equipe técnico-administrativa; além de promover cursos e disciplinas compartilhados.



Diretores da Esmat e Escola Paulista da Magistratura se reúnem em visita de aproximação acadêmica



O desembargador José Maria Câmara Junior, diretor da EPM, reuniu-se, no dia 28 de julho, com o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O Encontro teve a participação da diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto. Na oportunidade, o desembargador Marco Villas Boas condecorou o diretor da EPM com o Medalhão da Esmat. A medalha é outorgada pelo Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat para homenagear personalidades pela contribuição para a construção do conhecimento, incentivo às boas práticas e dedicação acadêmica e profissional voltada à pesquisa e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

O desembargador Marco Villas Boas destacou que a entrega da comenda também visa reconhecer a contribuição da EPM, por parte de seus diretores, ao aperfeiçoamento da Esmat, e recordou a transmissão de cursos de Formação Inicial e de Vitaliciamento da EPM para magistrados(as) tocantinenses, em 2008. O desembargador José Maria Câmara Junior agradeceu a visita e a gentileza da honraria, ressaltando que recebe a homenagem em nome da instituição. Destacou a importância do reconhecimento da Esmat ao trabalho da EPM para os(as) magistrados(as) e servidores(as) que atuam e atuaram na EPM desde a sua criação. Ressaltou a proximidade entre as escolas judiciais, lembrando que um dos auditórios da EPM está equipado com mesa de madeira maciça (Angelin Rosa), doada pela Esmat em 2008.

Acadêmicos do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos participam de atividades do Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do Tocantins



Com a proposta de buscar uma imersão na realidade social dos povos indígenas do Tocantins, acadêmicos(as) e egressos(as) do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Esmat, realizou em 2023 atividades de pesquisa de campo nos territórios indígenas localizados na Ilha do Bananal, na região Sudoeste do Tocantins. A equipe de pesquisadores(as) sociais acompanhou as atividades do programa permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas, do Tribunal Regional Eleitoral Tocantins (TRE-TO).

Dentre as atividades desenvolvidas, foram realizadas entrevistas abertas visando à percepção dos indígenas da etnia Karajá, na Ilha do Bananal, acerca do acesso à orientação jurídica e à prestação jurisdicional. Além dos serviços itinerantes, a comunidade contou também com palestras educativas e informações diversas ministradas pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE), Escola Superior da Magistratura do Tocantins (ESMAT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria dos Povos Originários Indígenas do Tocantins (SEPOT), Gerência da Educação Indígena (SEDUC) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Atividades de promoção dos direitos dos povos indígenas são apresentadas em Seminário Internacional



A contextualização dos povos originários no Brasil pré e pós a Constituição, de 1988, e a inter-relação na América Latina foram os temas do painel “Questões indígenas e populações ribeirinhas na Amazônia: projetos e práticas de sucesso”, durante o IV Seminário Internacional Gestão e Inovação no Judiciário, que contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem.

O Seminário ocorreu no dia 21 de setembro de 2023 e foi promovido pela Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDF) em parceria com o Grupo de Pesquisa Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Esmat participa de Encontro da Rede Nacional de Escolas Judiciais e de Magistratura (RENEJUM)

O juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a servidora Andreia Teixeira, coordenadora do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM), marcaram presença, nos dias 9 e 10 de outubro, no Encontro da Rede Nacional de Escolas Judiciais e de Magistratura (RENEJUM), na sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em Brasília.

O evento reuniu 91 representantes de escolas judiciais e de magistratura, proporcionando discussões sobre diversos temas, incluindo gestão pedagógica. A programação incluiu plenárias e grupos de discussão sobre Planejamento de Ensino e Credenciamento do Plano de Ensino, Design Thinking e Metodologias Ativas, e Tecnologias e Ferramentas Aplicáveis ao Trabalho de Gestão Pedagógica.



Diretor-geral da Esmat participa da 7ª Expojud "O papel das Escolas Judiciais na transformação digital da Justiça"



O Congresso de Tecnologia, Inovação e Direito para o Ecossistema de Justiça (Expojud), abriu espaço, no dia 25 de outubro, para discutir o papel das escolas judiciais na transformação digital da justiça. Do Tocantins, participou do Painel o presidente do Colégio Permanente dos Diretores das Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem) e diretor-geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), desembargador Marco Villas Boas. A presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, acompanhou a apresentação. Mediando o debate, o desembargador do Tocantins destacou a importância das escolas judiciais no processo de transformação do Poder Judiciário e frisou a necessidade de utilização das tecnologias para solucionar os problemas e desafios da Justiça.

“As escolas são grandes responsáveis pela preparação dos magistrados e servidores para lidarem com essa nova realidade; temos que aplicar a inovação e a transformação dentro da Justiça em busca de soluções e aperfeiçoamento para que tenhamos uma justiça de melhor qualidade e mais efetiva”, pontuou.

O diretor-geral da Esmat ainda destacou o uso da inteligência artificial como ferramenta de aprimoramento do trabalho realizado e alertou para a constante evolução das tecnologias. “Vamos ficar muito surpresos com as novas tecnologias que virão e estas reflexões promovidas aqui são sempre muito bem-vindas em busca da utilização das melhores estratégias para a solução dos problemas que envolvem o judiciário, principalmente os sociais, para que a cidadania possa ser exercida em sua plenitude”, disse.

Também participaram do Painel a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, diretora-geral da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EJPA), desembargador Rommel Araújo de Oliveira, diretor-geral da Escola Judicial do Estado do Amapá (EJAP), e o juiz Silvio Romero Beltrão, supervisor da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape).

Termo de Cooperação

Durante a Expojud, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) assinou o Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com a empresa J.EX “visando o intercâmbio e compartilhamento de experiências por meio de cursos, treinamentos e encontros pela plataforma J.ExPlay, um hub de conteúdo do ecossistema de Justiça brasileiro criado com a finalidade de hospedar, capacitar e atualizar os magistrados, servidores e colaboradores em temas alinhados à transformação digital, tecnologias exponenciais e habilidades comportamentais”. Para o presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, a parceria vai contribuir muito para a evolução e transformação digital do Poder Judiciário. “O Ademir Piccoli, por meio da J. Ex., muito generosamente está disponibilizando para o Copedem todo o conteúdo e ferramentas já criados pela empresa, o que renderá bons frutos para a justiça brasileira”, destacou, ressaltando o debate permanente que existe entre as escolas judiciais sobre inteligência artificial e a necessidade de “interagirmos, trocarmos experiências e operação tecnológica para desenvolvermos as ferramentas que o Judiciário necessita”.

Em Brasília, magistrados tocantinsenses participam do 6º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun)

A juíza Renata do Nascimento e Silva e o juiz convocado do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), José Ribamar Mendes Júnior, participaram, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2023, do 6º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun). Dentro da programação também ocorreu o 3º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de discriminação (Fonajurd). A ação aconteceu em Brasília-DF, no prédio do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na ocasião, juristas e especialistas em História, Sociologia, Literatura e Educação discutiram temas como racismo e colonialismo, ações afirmativas, o racismo na contemporaneidade, o direito de pessoas negras à vida, à terra e à cidade e a trajetória de luta dessa população, inclusive sua participação na Assembleia Nacional Constituinte.



Esmat arrecada livros doados ao Sistema Prisional do Tocantins



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) reforçou seu compromisso com a ressocialização por meio da educação ao realizar a entrega de 920 livros arrecadados durante as campanhas de arrecadação ao longo do ano. No primeiro semestre, a Campanha “Doe Livros – Ler Liberta” contemplou a Unidade Prisional Feminina de Palmas. Já no segundo semestre, a bibliotecária Silvânia Olortegui conduziu a entrega simbólica, para a Unidade masculina de Tratamento Penal Regional Barra da Grota (UTPBG), em Araguaína.

Essa ação destaca o empenho da Esmat em contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, independentemente do contexto de cada indivíduo. Os livros foram obtidos por meio da colaboração de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e da comunidade acadêmica.

Por aclamação, desembargador Marco Villas Boas é reeleito presidente do Copedem para biênio 2024-2026

A primeira atividade do Congresso Geração IA: seguranças cibernética e jurídica para o desenvolvimento socioeconômico promovido pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), no dia 23 de novembro, contou com a eleição por ampla votação da chapa “Integração” da Comissão Executiva e Conselho Fiscal do Copedem para o biênio 2024-2026. Na ocasião, o diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desembargador Marco Villas Boas, foi reeleito como presidente do Copedem. Em sua fala, ele reforçou os desafios para o próximo biênio, como a ampliação das discussões acerca da questão agrícola com respeito à legislação ambiental; a importância da atuação de magistrados(as) acerca deste tema. “Da nossa parte estamos agradecidos pelo voto de confiança de todos(as), vamos nos esforçar para fortalecer o Copedem ainda mais, aumentando a amplitude dos nossos eventos formativos e acadêmicos para os(as) magistrados(as) brasileiros(as)”.



ESMATCast

Em 2023, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) deu continuidade ao produto de comunicação ESMATCast. Com a proposta de fomentar a oralidade, a transmissão de conhecimentos e o fortalecimento de sua política educacional, o Podcast é disponibilizado mensalmente no canal do *YouTube* da Escola, ferramenta de comunicação que visa debater temas da atualidade de maneira lúdica e visual.

No mês de janeiro, o ESMATCast concentrou suas discussões no tema da Gestão Documental, contando com a participação do arquivista Filipe Cunha. Em fevereiro, o foco foi direcionado para as Ações de Comunicação do Poder Judiciário Tocantinense, com o jornalista Tião Pinheiro. No mês subsequente, março, o programa abordou a questão da violência contra mulheres e os espaços de participação feminina no Poder Judiciário Tocantinense, conduzido pela juíza doutora Renata do Nascimento Silva. Em abril, a pauta foi dedicada à Inovação e Pensamento de Design, com a contribuição da pós-doutora em Neurociência Aplicada aos Processos de Inovação, Solange Mata Machado. A engenheira ambiental Cinthia Barbosa Pires Azevedo discutiu sobre a Política de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade no Judiciário no mês de maio.

O comprometimento com um ambiente de trabalho saudável foi abordado em junho, com a juíza Adriana Manta da Silva. Em julho, o Sistema Eproc foi apresentado pela advogada Pamela da Rocha Pires Ferreira. A responsabilidade social foi tema de destaque em agosto, com a bibliotecária Silvânia Olortegui abordando a Campanha de Arrecadação de Livros da Esmat. Em setembro, André Tamura, fundador e diretor executivo da WeGov; Renata Tonial, empreendedora pública; e Sidan Orafa, facilitador gráfico, estiveram presentes para conversar sobre inovação no TJTO. Outubro trouxe uma perspectiva psicológica com o professor André Prudente, mestre em Psicologia, explorando como o Eneagrama pode ser um guia eficaz para melhorar as relações consigo mesmo e com os outros. Em novembro, as servidoras Eva Portugal e Patrícia Idehara trouxeram uma reflexão importante em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Finalizando o ano, em dezembro, o ESMATCast abordou o programa SimplesTOC, com a participação de Roberta Maciel Ismael e Roniclay Alves de Moraes.



Biblioteca Esmat

A busca contínua pela formação e aperfeiçoamento de magistrados (as) e servidores(as) do mais de 300 novos exemplares para sua Biblioteca. Essas obras, já catalogadas e disponíveis para os cadastrados no Sistema da Biblioteca, abrangem as seguintes áreas: Ciências da Informação, Ciências Ambientais, Política, Filosofia, Sociologia, Economia, Direito Penal, Processual, Civil, Psicologia, História, entre outras.

Além disso, a biblioteca também foi beneficiada com duas significativas doações no mês de novembro. Um total de mais de 3 mil exemplares foram gentilmente cedidos pela desembargadora Angela Issa Haonat e pela esposa do escritor e ex-prefeito de Palmas, Odir Rocha, Dirce Noda Rocha.

Com funcionamento de 2ª a 6ª, das 12 às 18 horas, a Biblioteca da Esmat é especializada em Direito, mas também possui obras não jurídicas que servem de apoio à atuação e administração do Poder Judiciário; oferece também suporte aos cursos desenvolvidos pela Esmat. O acesso para estudo e consulta é livre a todos e a todas. O empréstimo domiciliar se restringe a magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense, e aos (às) alunos(as) de Pós-Graduação da Esmat somente durante o período do curso.



PÓS-GRADUAÇÕES ***LATO E STRICTO SENSU***

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023

Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Doutorado em Desenvolvimento Regional

Por meio da parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), foram concluídas as defesas de tese da primeira turma de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Desenvolvimento Regional. Para a primeira turma, 11 novos(as) doutores(as), compostos(as) por magistrados(as) do Judiciário Tocantinense, defenderam suas teses ao longo do ano. Entre os temas pesquisados, constam: *Empoderamento de Comunidades Tradicionais, Inteligência Artificial, Sistema Prisional e Ressocialização, Conflitos Agrários e Ambientais, Acesso à Justiça, entre outros.*

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, a consolidação do primeiro Doutorado confirma o empenho da Escola na oferta de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. “O processo de formação *stricto sensu* da Esmat iniciou pela certeza de que somente com a implantação de um sistema de aperfeiçoamento e de qualificação contínuos é que alcançaríamos a consolidação de uma Escola efetivamente voltada à melhoria da prestação jurisdicional, a qual só é possível por meio de uma atuação profissional com o olhar humanístico e crítico acerca da jurisdição e do desenvolvimento”.

Doutorados em andamento e previstos para 2024

Atualmente estão em andamento os Doutorados em Direito, realizados em parceria com o UniCeub e a Puc-Rio. E para 2024, está previsto o lançamento de edital para a turma de Doutorado em Modelagem Computacional de Sistemas, em parceria com a UFT, e também o tão esperado Doutorado próprio em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, que está em fase de estudos de sua proposta educacional.



Confira aqui a relação dos(as) novos(as) doutores(as) em Desenvolvimento Regional e suas respectivas pesquisas

Doutorado Dinter UniCeub realiza atividades acadêmicas na Esmat

Acadêmicos do Doutorado Interinstitucional em Direito (DINTER) do UniCEUB participaram, nos dias 9 e 10 de março, das atividades presenciais da disciplina em módulo de Políticas Públicas, ministradas pelo professor doutor Antonio Henrique Graciano Suxberger. Ao total, 15 magistrados(as) e servidores(as) foram matriculados(as) no Doutorado, fruto de parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e o UniCEUB.



Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos

Turma X



Tiveram início, no dia 6 de março, as atividades acadêmicas da 10ª Turma do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPJDH), promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A solenidade da Aula Magna contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; do professor doutor Eduardo Winter, coordenador de programas profissionais – interdisciplinares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e das visitas do desembargador Cristóvão Suter, diretor da Escola do Poder Judiciário de Roraima, e de Felipe Diogo Jácome Queiroz, coordenador acadêmico daquela Instituição.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ao longo dos anos, o PPJDH rompeu fronteiras acadêmicas.

“O Programa é internacionalizado. Nós temos relações com diversas academias, desde às da América do Norte, América Latina, Europa, África, Ásia, daí essa nossa responsabilidade em torno da qualidade, motivo pelo qual, evidentemente, temos o compromisso com a Pesquisa, com os(as) pesquisadores(as) e principalmente com a sociedade”, ressaltou.



Turma XI

Em agosto, ocorreu a Aula Magna da 11ª Turma do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), promovido pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A turma é composta por 32 alunos, dentre eles magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Tocantins; membros e servidores(as) do Ministério Público do Tocantins; servidores(as) efetivos(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; professores(as) e servidores(as) efetivos(as) ou comissionados(as) da Universidade Federal do Tocantins (UFT); e profissionais integrantes do Sistema de Justiça ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos de qualquer unidade federativa brasileira, ou estrangeiros, com formação inicial em nível de graduação em qualquer área do conhecimento (Público Geral).

Durante a Aula Magna o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, ressaltou o contexto histórico do Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação, e os resultados obtidos ao longo de 10 anos de existência do Mestrado. “Gostaria de ressaltar que o curso não foi pioneiro só no Tocantins, mas também no Brasil e quiçá no Planeta. Porque à época não se vislumbrava a possibilidade no aparato legal de abertura de turmas exclusivas para determinada instituição. Por anos, houve grande resistência à oferta de Mestrado direcionado ao Poder Judiciário ou para instituições não integrantes do sistema formal de ensino superior. Mas o nosso Programa, além de ser profissional, é interdisciplinar e abrange outros segmentos da sociedade, até mesmo a classe acadêmica”.



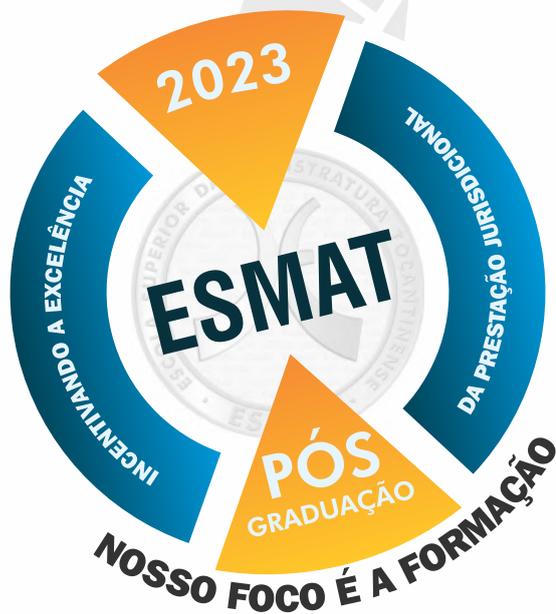
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (ESMAT/UFT) – Turma Fora de Sede vai formar magistrados(as) no Acre e em Roraima

Por meio de parceria acadêmica, a Fundação Universidade do Tocantins (UFT), a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD/AC) assinaram convênio para realização de uma turma do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) na modalidade “fora de sede”, com oferta de vagas para o Mestrado Profissional desenvolvido pela Esmat em parceria com a UFT.

Para esta primeira turma, o Programa firmou parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) e com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima (TRERR), com vista à formação dos(as) magistrados(as) e servidores(as) destas instituições, desencadeando estudos e pesquisas que venham aperfeiçoar as ações praticadas na área da Justiça e dos Direitos Humanos. Para esta turma, estão sendo oferecidas 34 vagas, assim distribuídas: 20 ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre; 10 para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; e 4 para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.

Destacando as dificuldades enfrentadas ao longo da história na implantação de programas *stricto sensu* no Tocantins, o desembargador Marco elogiou a cooperação entre as instituições e disse acreditar que o Mestrado trará benefícios para o Programa e para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário local. “Este Mestrado Fora de Sede é, de fato, um sonho. Nós pensamos que não era só trazer para Roraima ou levar para Rio Branco um curso *stricto sensu* e abrir possibilidades de pesquisa, de formação e de aperfeiçoamento do Poder Judiciário local, mas também do nosso Poder Judiciário, da nossa prestação jurisdicional, porque podemos aprender com as senhoras e os senhores práticas, conhecimentos e projetos em execução específicos para a melhoria do Poder Judiciário, com o aperfeiçoamento de um curso dessa qualidade”.





Pós-Graduação *Lato Sensu*

Com o propósito de fortalecer o aperfeiçoamento acadêmico em questões ligadas à doutrina jurídica e suas linguagens, em 2023, foi concluída a primeira turma do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital, direcionada a profissionais da comunicação que atuam nos órgãos de Justiça do Estado, como também os que atuam na imprensa local.

A iniciativa do curso surgiu do Centro de Comunicação Social (Cecom) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), respaldado pela Esmat. O curso teve como propósito possibilitar a atualização dos profissionais de comunicação com sólida visão estratégica com capacidade de analisar as demandas do sistema judiciário e propor soluções integradas inovadoras, tendo como foco os objetivos organizacionais, sua imagem e sua reputação.

Com atividades realizadas na modalidade presencial e a distância, o curso contou com uma carga horária de 375 horas, distribuídas nas disciplinas: Métodos de ensino e pesquisa; Produção de portfólio digital; Comunicação e convergência digital; Empreendedorismo, inovação e gestão de projetos ágeis em comunicação corporativa; Comunicação integrada no processo de construção da imagem do sistema judiciário; Linguagem jornalística nos espaços jurídicos; Comunicação como fator estratégico no judiciário; Projeto de pesquisa; Endomarketing; Acessibilidade, sustentabilidade e responsabilidade social no sistema judiciário; Gestão de riscos e gerenciamento de crises nas mídias digitais; Planejamento estratégico para mídias digitais corporativas; TCC trabalho de conclusão de curso - artigo científico.

Como resultado, a Esmat formou 22 novos especialistas em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital. Como produto final da Pós-Graduação os trabalhos acadêmicos e os resultados serão compilados em um periódico sobre a inter-relação entre os mecanismos de comunicação e o Sistema de Justiça no Tocantins.

CURSOS

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023

Teoria e Prática: o psicólogo no contexto do Judiciário do Tocantins



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

Missão

"Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e de excelência na prestação jurisdicional."

As *webaulas* do curso Teoria e Prática: o psicólogo no contexto do Judiciário do Tocantins foram realizadas no período de 14 de fevereiro a 5 de maio. Ministrado pela facilitadora doutora Sônia Liane Reichert Rovinski, a capacitação abordou os fundamentos da Psicologia dentro do contexto jurídico, além de promover debates sobre os campos de atuação da Psicologia Jurídica aplicada às diversas Varas.

Realizado à distância, o curso teve como objetivo promover o conhecimento dos(as) alunos(as) para elaboração de produtos técnicos para o atendimento das demandas judiciais e administrativas. A capacitação contou com uma carga horária de 45 horas-aula.

Estudo Social, Laudos e Pareceres Técnicos em Serviço Social

As aulas do curso Estudo Social, Laudos e Pareceres Técnicos em Serviço Social foram iniciadas em 14 de fevereiro e finalizadas em 5 de maio. A capacitação contou com atividades assíncronas e síncronas desenvolvidas à distância. O curso, ministrado pelos facilitadores Luiz Gustavo Santana, Cristina Prestes e Charles Toniolo de Sousa, visou proporcionar aos(as) colaboradores(as) e credenciados(as) do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) os aportes teóricos que contribuam na elaboração de produtos técnicos de excelência para o atendimento das demandas judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Com carga horária de 45 horas-aula, a qualificação foi dividida em três módulos, que abordaram A ética profissional em Serviço Social e suas nuances no campo jurídico; A interdisciplinaridade no assessoramento técnico em Serviço Social; e A produção de relatórios, documentos, laudos, pareceres técnicos e a instrução de processos no Serviço Social no âmbito do TJTO.



ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL



Formação de Formadores desenvolve competências docentes



Os(As) alunos(as) da quarta turma do curso Formação de Formadores concluíram, no dia 20 de setembro, as atividades do seu percurso formativo. Iniciado em 16 de fevereiro, a capacitação ofereceu aos inscitos(as) a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a elaboração de conteúdos significativos, metodologias e técnicas para a tutoria em cursos à distância.

Em depoimento, a aluna Ana Carla Bliacheriene, docente de Direito na Universidade de São Paulo e professora do curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Arte, Ciências e Humanidades da USP, ressaltou a importância do curso e as transformações que experimentou durante sua participação:

"Eu tenho saído com muitas experiências didáticas, pedagógicas, mas acima de tudo humanas. Muito enriquecedoras. É impossível uma pessoa passar por esse curso sem ser impactada, sem ser transformada. [...] Então, tem sido um curso muito positivo. Eu, como profissional da educação, como professora, mas acima de tudo como ser humano, agradeço muito à Esmat pela oportunidade que abriu para que pudéssemos vir e fazer essa formação", explicou.

O curso de Formação de Formadores teve como objetivo principal o desenvolvimento contínuo de competências profissionais específicas para a docência e atuação no planejamento e execução de ações de formação no contexto da magistratura. Destinada a magistrados(as) do Tocantins, magistrados(as) de outros estados e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense envolvidos(as) no planejamento e execução de ações de formação de juízes(as) e de servidores(as), a capacitação buscou aprimorar a qualificação dos(as) profissionais que ministrarão aulas nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento no âmbito do Judiciário.

“A Pedagogia Jurídica e o Assessoramento Técnico ao Judiciário” reúne servidores(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM)

Servidores(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) participaram, no período de 14 de fevereiro a 5 de maio, do curso “A Pedagogia Jurídica e o Assessoramento Técnico ao Judiciário”. Tendo como objetivo capacitar os(as) inscritos(as) para compreender o assessoramento ao Judiciário e o atendimento processual com atuação interdisciplinar, a capacitação teve suas atividades ministradas à distância pelos facilitadores Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes, Simony Freitas de Melo e Gidair Lopes de Santos. Com carga horária de 45 horas-aula, o curso foi dividido em três módulos de aprendizagem.



Implementação e aplicação prática da Lei nº 14.133, de 2021, no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO)



As atividades de capacitação do curso Implementação e aplicação prática da Lei nº 14.133, de 2021, no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO): análise da regulamentação interna e principais institutos da contratação pública de acordo com a NLLCA foram realizadas nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2023, com o facilitador Victor Aguiar Jardim de Amorim, que durante as aulas abordou as temáticas relacionadas ao regime transitório da Lei, a regulamentação e a aplicação da NLL pelo TJTO, para o planejamento das contratações, entre outros assuntos.

O curso objetivou promover aos(às) servidores(as) do Poder Judiciário conhecimentos para maior eficiência e segurança na implementação da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações públicas.

Magistrados e servidores tocantinentes participam de treinamento sobre Inovação e o Pensamento de Design



O programa Inovação e o Pensamento de Design, promovido pelo Comitê Gestor da Inovação e do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Poder Judiciário Tocantinense (CGI/INTELECTUS-TO) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) visou capacitar magistrados(as) e servidores(as) do TJTO acerca do mindset que afeta a inovação, de modo que sejam estimulados(as) a pensar sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias.

Realizado de maneira híbrida com encontros presenciais e virtuais entre 27 de fevereiro e 26 de julho, nas atividades individuais e em grupo, os(as) participantes puderam compreender os conceitos de Inovação e o Pensamento de Design; Compreender o porquê de inovar, os tipos de inovação e quais são os processos de inovação a partir da cultura do pensamento de design; apreender conhecimentos sobre como o Pensamento de Design é usado no desenvolvimento de soluções; identificar, mapear mentores(as) internos(as) a partir de mentorias à distância para que estes(as) possam orientar novos grupos no desenvolvimento de projetos, entre outros assuntos.

Preparatório para o Teletrabalho – Turmas V e VI

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, no período de 28 de fevereiro a 23 de março de 2023, a quinta turma do curso Preparatório para o Teletrabalho. Foram ofertadas 90 vagas para servidores(as) efetivos(as), comissionados(as), cedidos(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

As atividades foram desenvolvidas à distância pela Plataforma Google Meet e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola. Tendo como objetivo orientar e capacitar os(as) inscitos(as) para o desempenho das atividades laborais fora das instalações físicas do Poder Judiciário Tocantinense, em regime denominado teletrabalho, na forma da Resolução nº 20, de 24 de junho de 2020, a capacitação contou com uma carga horária de 20 horas. Seguindo o mesmo percurso, a VI turma ocorreu no período de 3 de outubro a 9 de novembro, do corrente ano.



Capacitação sobre o Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) – Turmas I, II, III e IV

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, em 13, 14, 15 e 16 fevereiro, as aulas presenciais das Turmas I, II, III e IV, respectivamente, do curso sobre o Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC). Em parceria com a Academia Nacional de Polícia, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins e o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado (NIS-TJTO), a capacitação foi desenvolvida de forma híbrida, com atividades teóricas à distância e aulas práticas presenciais, e teve como objetivo capacitar magistrados(as) e servidores(as) para desenvolver competências relativas à utilização do Sistema SINIC. As atividades foram ministradas pelos facilitadores Rafaela Oliveira Llorente Barrio, Victor Germano Lino Fonseca Rodrigues, Victor Hugo Silva Gonçalo dos Santos e Sergio José da Veiga e Silva.





Servidores(as) aperfeiçoam técnicas de elaboração de documentos oficiais

Em busca do aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de documentos oficiais, com vista ao aperfeiçoamento da linguagem escrita de forma eminentemente prática, servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos meses de março e abril, do curso Elaboração de Documentos Oficiais – Turma II. Com carga horária de 30 horas, a capacitação foi ministrada à distância pela facilitadora Sibeles Letícia Rodrigues de Oliveira Biazotto.

Aplicação dos Precedentes Qualificados à Admissibilidade dos Recursos

Visando desenvolver o uso das características próprias do Sistema de Precedentes Qualificados, especificamente no âmbito da competência da Presidência do Tribunal de Justiça, quando da análise da admissibilidade dos Recursos Constitucionais, a Esmat realizou, nos dias 6 e 7 de março, o curso “Aplicação dos Precedentes Qualificados à Admissibilidade dos Recursos”. Desenvolvida presencialmente, a capacitação contou com a participação de assessores(as) jurídicos(as) da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Dividido em Módulos I e II, o curso foi ministrado pelo professor Vinicius Teixeira de Siqueira.





Elaboração de sentenças Parte II

Visando apreender as ferramentas necessárias para aprimorar a redação de sentenças no Poder Judiciário Tocantinense, assessores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) participaram, no período de 15 de março a 19 de maio, do curso Elaboração de Sentenças – Parte II. A capacitação, que contou com uma carga horária de 46 horas, foi ministrada presencialmente na Esmat pelos professores Daniel Tempiski Ferreira da Costa, Tiago Gagliano Pinto Alberto, Roberta Martins Soares Maciel Ismael e Joseane Aparecida Corrêa.

Coordenado pela juíza de Direito Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, o curso foi dividido em três módulos com etapas teóricas e práticas. O primeiro módulo abordou a Elaboração de Sentença Criminal, o segundo Elaboração de Sentença Cível e o terceiro Linguagem Simples em Sentenças Judiciais.



Inglês

níveis Introdutório, Intermediário e Avançado



A Esmat promoveu cursos de inglês em três níveis diferentes, sendo introdutório, intermediário e avançado. As atividades foram voltadas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Os cursos, que foram ministrados pela facilitadora Cláudia Regina Carreira Marques, visaram promover a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna nas quatro habilidades: falar, entender, ler e escrever, desenvolvendo a compreensão de valores sociais. Com uma carga horária de 60 horas, as capacitações contaram com exercícios de aprendizagem realizados totalmente à distância.

O curso de inglês Avançado para a turma I foi desenvolvido no período de 2 de março a 20 de junho. Posteriormente, para a turma II, no período de 15 de agosto a 15 de dezembro. A turma de inglês introdutório ocorreu no período de 13 de março a 18 de setembro e para a turma de inglês básico no período de 11 de setembro a 11 de dezembro. Por fim, a turma de inglês intermediário teve suas aulas realizadas no período de 2 de março a 20 de junho.

Esmat promove Capacitação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) visando fortalecer a proteção de crianças e de adolescentes – Turmas I e II

A Capacitação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) – 2023 – Turmas I e II, promovida pela Esmat, foi realizada no período de 27 de abril a 10 de julho (turma I) e 21 de setembro a 10 de dezembro (turma II). O curso visou aprimorar a atuação teórica e prática nas audiências de depoimento especial de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais, utilizando o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF). A capacitação, que contou com um total de 60 vagas, foi direcionada aos(as) profissionais credenciados(as) com atuação nas comarcas e responsáveis técnicos(as) vinculados(as) ao Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM), encarregados(as) de aplicar o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF).

A carga horária total do curso foi de 120 horas-aula, e a modalidade adotada foi o Ensino à Distância (EaD), com as aulas ministradas por meio da Plataforma Google Meet e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat. A facilitação das atividades de aprendizagem foi conduzida pelos facilitadores Simony Freitas de Melo e Gidair Lopes dos Santos.



PRODUÇÃO DE VÍDEOS EDUCACIONAIS

A Esmat realizou no período de 28 de março a 12 de dezembro, o curso Produção e Gravação de VideoAulas, que teve como objetivo conhecer e aplicar técnicas para gravação de aulas ao vivo e gravadas para atividades educacionais à distância. Ao todo foram ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat. O curso visou oportunizar conhecer teoria e prática, o como fazer, ou seja, como produzir material didático audiovisual que enriquecerá as aulas e facilitará a aprendizagem.



Capacitação para atuação no Programa Tempo de Despertar

2 0 2 3

Esmat realiza curso *online* para profissionais que atuam no combate à violência doméstica

A Capacitação para Atuação no Programa Tempo de Despertar – 2023 –, promovida pela Esmat, foi desenvolvida no período de 24 de abril a 31 de agosto e teve como objetivo capacitar os(as) profissionais das equipes técnicas do Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares quanto à compreensão, manejo e prática de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Destinado a servidores(as) e profissionais graduados(as) em Psicologia, Serviço Social e/ou Pedagogia, credenciados(as) e/ou com atuação no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares do Poder Judiciário Tocantinense, Ministério Público do Estado do Tocantins e Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a capacitação contou com uma carga horária de 80 horas-aula e foi realizada na modalidade EaD, por meio da Plataforma Google Meet e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat. Ao todo, foram disponibilizadas 60 vagas para o curso.

Sobre o Programa

O Programa Tempo de Despertar é uma estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que visa enfrentar a violência contra a mulher, em conformidade com a Política Nacional, para o enfrentamento desse grave problema, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça. A proposta é reduzir a reincidência do ato cometido entre aqueles que já chegaram ao sistema judicial, construindo uma cultura de paz e transformando os aspectos sociais e culturais que sustentam comportamentos violentos nas relações interpessoais, principalmente nos espaços domésticos.



“Conhecendo os recursos do Moodle”

A Esmat desenvolveu o curso autoinstrucional “Conhecendo os recursos do Moodle”, cujo objetivo foi capacitar coordenadores, professores e tutores para aproveitar os recursos do Moodle no desenvolvimento dos cursos à distância. Ao todo foram ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat. O curso ficou disponível no período de 20 de abril a 27 de setembro de 2023.

O curso ficou disponível no período de 20 de abril a 27 de setembro de 2023 e contou com videoaulas gravadas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, pelo mestre em Modelagem Computacional de Sistemas, Bruno Odate Tavares, que é especialista em Análise de Sistemas e em Gestão Judiciária. Graduado em Processamento de Dados com experiência na área de Tecnologia da Informação; Suporte a Usuários; Administração de Redes; Tecnologias em Educação à Distância; Formado em Inglês pela American School of Languages.



Elaboração de Minutas de Ementas aprimora o trabalho dos(as) assessores(as) jurídicos(as) no Tribunal de Justiça

O curso Elaboração de Minutas de Ementas, realizado pela Esmat, no período de 18 de abril a 2 de junho, teve como objetivo fornecer aos(as) inscritos(as) do Tribunal de Justiça conhecimentos especializados para elaborar minutas de ementas jurisprudenciais de forma padronizada, clara e precisa. Destinado aos(as) assessores(as) jurídicos(as) responsáveis pela elaboração de minutas e/ou decisões judiciais do Tribunal de Justiça, o curso abordou a importância das ementas jurisprudenciais no sistema de precedentes obrigatórios. O foco principal foi destacar sua função e relevância na jurisprudência, além de proporcionar técnicas para criar minutas com termos recuperáveis, garantindo a consistência e a eficiência das decisões.

Inteligência Emocional foca na Gestão das Emoções – Turmas I, II e III

As Turmas I, II e III do curso Inteligência Emocional – Gestão das Emoções – foram desenvolvidas ao longo de 2023, sendo ministradas pelo facilitador Rudiney Moreira e destinadas aos(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, com o objetivo de orientar e capacitar os(as) participantes no desenvolvimento de recursos para lidarem de forma mais eficaz e consistente com suas emoções e sentimentos no ambiente de trabalho.

A iniciativa visou fortalecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos(as) matriculados(as), contribuindo para um Judiciário mais equilibrado e eficiente, que possa enfrentar os desafios com mais sucesso e bem-estar. O curso teve uma carga horária total de 19 horas para cada turma. As atividades da turma I ocorreram no período de 24 de abril a 22 de maio, para a turma II entre 13 e 30 de junho, e para a turma III, entre 20 de setembro e 9 de outubro.



Esmat realiza curso credenciado pela Enfam sobre Técnicas de Produção da Prova Oral



A Esmat desenvolveu, no período de 10 a 12 de abril, o curso Técnicas de Produção da Prova Oral. A capacitação, que foi credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), visou proporcionar aos(as) inscitos(as) um conjunto de métodos para obtenção de uma melhor colaboração dos(as) depoentes, de modo que essa ação venha incentivar a veracidade nas narrativas e possa assim detectar possíveis distorções da verdade inseridas no discurso testemunhal.

Com carga horária de 24 horas, o curso ofertou 50 vagas para magistrados(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. As atividades foram ministradas pelos professores Carlos Mendes Rosa e Tiago Gagliano Pinto Alberto. Coordenada pelo juiz de direito, Wellington Magalhães, a capacitação foi dividida em dois módulos de aprendizagem, cujos temas foram focados nos Aspectos Psicológicos da Linguagem Verbal e Corporal e nas Técnicas de Compreensão de Prova Oral.

Turmas I e II do curso GISE se aprofundam no monitoramento de atos extrajudiciais no Tocantins

As Turmas I e II do curso de Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (GISE) foram realizadas nos meses de maio e junho, promovendo um importante momento de aprendizado para os(as) delegatários(as) dos Cartórios Extrajudiciais do Estado do Tocantins.

O objetivo da capacitação foi utilizar o Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (GISE), levando em consideração as diversas mudanças e adaptações ocorridas nos últimos cinco anos. Aperfeiçoar o conhecimento sobre a ferramenta é essencial para melhorar sua aplicação no monitoramento dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais do Estado. O curso foi ministrado pelo professor Wagner José dos Santos.



Contramedidas de Vigilância Técnica



O curso *Contramedidas de Vigilância Técnica*, realizado nos dias 23, 24 e 25 de maio, teve como objetivo capacitar os(as) profissionais do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a adotarem medidas eficazes de contramedidas de vigilância técnica. A capacitação visou proporcionar aos(as) participantes as habilidades necessárias para proteger informações sensíveis, atualizar seus conhecimentos tecnológicos, cumprir a legislação pertinente e prevenir possíveis ataques cibernéticos. Com um total de 20 vagas disponíveis, o curso foi realizado de forma presencial nas dependências da Esmat.

Contando com a presença dos professores Antonio Tavares dos Santos Neto e Geraldo César de Deus Oliveira, os conteúdos programáticos incluíram temas como Legislação e Definições Correlatas a Contramedidas de Vigilância Técnica (CMVT); Protocolos de atendimento de demandas relacionadas à varredura de ambientes, conceitos essenciais de física e eletrônica aplicados à CMVT; Entendimento do Oscan Green (equipamento utilizado em contramedidas) e práticas de CMVT com o Oscan Green.

Esmat promove curso que integra Psicanálise e Direito para aprimorar a compreensão jurídica

O curso "Diálogo entre Psicanálise e Direito", realizado nos dias 24, 25 e 26 de maio, reuniu magistrados(as), assessores(as) jurídicos(as) e servidores(as) atuantes no Grupo de Gerenciamento das Equipes Multidisciplinares do Tribunal de Justiça. Com uma carga horária de 24 horas, o curso foi desenvolvido presencialmente na Esmat e teve como objetivo principal pensar e debater o Direito em sua atualidade, considerando uma perspectiva embasada na teoria psicanalítica. A proposta foi a de que essa abordagem contribua para a solução de litígios, ampliando a compreensão e a percepção dos vínculos familiares e criminológicos nos processos em trâmite no Judiciário.



Curso Básico de Educação Financeira

para consumidores em superendividamento
– MINHAS CONTAS EM DIA –

Educação Financeira no Cejusc – Turmas I, II e III

A Esmat desenvolveu ao longo de 2023, três turmas do curso Educação Financeira para Consumidores – Minhas Contas em Dia. O objetivo do projeto foi oferecer educação financeira e orientação psicossocial sobre consumo e formas de tratamento ao superendividamento, para auxiliar na repactuação de dívidas de consumidores nessa situação, conforme estabelecido pela Lei nº 14.181, de 2021, que alterou o Código de Defesa do Consumidor.

Ao todo, foram vagas para consumidores(as) em situação de superendividamento com atendimento pré-processual protocolado no Sistema Eproc nos Cejuscs, Cejusc Ulbra. Os cursos ocorreram para a turma I no período de 3 de maio a 16 de junho, para a turma II no período de 31 de agosto a 10 de outubro, e para a turma III no período de 9 de novembro a 7 de dezembro.

Google Workspace: o uso eficaz dos recursos no TJTO – Módulo I – Turmas I, II e III



Com a adoção da plataforma *Workspace* da *Google*, contratada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, fez-se necessário a capacitação de magistrados e servidores com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos ofertados pelo pacote de aplicações. As atividades do curso foram desenvolvidas na modalidade de ensino à distância, tendo como intuito o desenvolvimento e construção de um trabalho mais dinâmico, de acordo com as tendências e necessidades da força de trabalho. As atividades ocorreram no período de 15 de maio a 2 de agosto.

A capacitação está alinhada ao Plano-Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2021-2023), além de promover as melhores práticas previstas nas Resoluções nº 370 e 396 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ambas de 2021, que impactam em aspectos relevantes, como a transformação digital e na infraestrutura e serviços em nuvem.

Capacitação em Ética em Pesquisa e Projetos na Plataforma Brasil

O mês de maio e junho (29/5 a 22/6) foi marcado pelo desenvolvimento do curso *Ética em Pesquisa e Elaboração de Projetos na Plataforma Brasil*. A atividade, que reuniu estudantes, pesquisadores(as), professores(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, teve como objetivo capacitar os(as) participantes sobre o uso da Plataforma Brasil e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Com uma carga horária de certificação de 24 horas, as atividades foram realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e na Plataforma *Google Meet*. Dividido em oito temas centrais, o curso contou com a presença dos facilitadores Laís Alves de Souza Bonilha, Raísa Breda Toso Sfalsini, Matheus Morbeck Zica, Heitor Alberto Stahnke, Luis Fernando Castagnino Sesti e Marcela Santa Cruz.



Mindfulness para o Autocuidado – Turmas I e II

O curso "Mindfulness para o Autocuidado – Turmas I e II" –, realizado no período de 11 de maio a 6 de julho para a primeira turma e entre 10 de agosto a 29 de setembro para a segunda, teve como objetivo promover a saúde integral e o bem-estar dos(as) magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e profissionais da Saúde. Essa iniciativa visou especialmente cuidar da saúde mental e contribuir para a melhoria das atividades e serviços jurisdicionais.

Ao longo de 8 encontros, com carga horária de 16 horas, os(as) participantes tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e técnicas relacionados à promoção da saúde mental e prevenção de adoecimento mental. As sessões foram ministradas pela professora Lucilene Prado e Silva, especialista no tema.



Curso autoinstrucional sobre produção de material didático em EaD

O curso "Material didático na EaD: princípios e processo de produção", realizado no período de 16 de maio a 20 de setembro, de forma autoinstrucional, teve como objetivo apresentar os princípios básicos da produção de materiais didáticos para a modalidade à distância. Destinado a servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos órgãos parceiros da Esmat, o curso teve carga horária de 30 horas e foi realizado totalmente à distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola.

Coordenado pela doutora e mestra em educação, Valdirene Cássia da Silva, as atividades foram desenvolvidas a partir de videoaulas gravadas pela mestra em linguística portuguesa, Marcela Santa Cruz. Estavam entre os objetivos específicos do curso os Princípios básicos da produção de materiais didáticos para uso na modalidade de ensino e aprendizagem à distância; Produção dos materiais didáticos para a educação à distância.



Curso autoinstrucional Recursos Dinâmicos e Criativos em sala de Aula

A Esmat desenvolveu o curso autoinstrucional “Recursos dinâmicos e criativos em sala de aula”, que teve como objetivo conhecer e aplicar recursos que podem tornar as aulas dos cursos na modalidade a distância de alto nível, mais dinâmicos e criativos. Ao todo foram sendo ofertadas 120 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat.

A capacitação ocorreu no período de 16 de maio a 20 de setembro. Com coordenação da doutora e mestre em Educação, Valdirene Cássia da Silva, a capacitação contou com uma carga horária de 30 horas e foi desenvolvida a partir de videoaulas gravadas da facilitadora Lidiane dos Santos Silva no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat.

Prática de Elaboração de Estudo Preliminar, DOD, Termo de Referência, com base na nova Lei de Licitação nº 14.133, de 2021

A Esmat realizou, no mês de maio (5 a 25/5), o curso de Prática de Elaboração de Estudo Preliminar, Documento de Oficialização da Demanda, Termo de Referência, com base na nova Lei de Licitação nº 14.133, de 2021. A capacitação teve como objetivo orientar e capacitar os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense na adaptação dos mecanismos licitatórios e contratuais às exigências da atualidade. Com carga horária de 30 horas, o curso ocorreu em modalidade híbrida.

Após três *webaulas*, a capacitação contou com um último encontro presencial para Análise dos artefatos de contratação de outros órgãos e entidades, e Análise dos artefatos produzidos. O pós-graduado em Redes de Computadores, Sandro Tomazele de Oliveira Lima, ficou responsável por ministrar as atividades. Estavam entre os objetivos específicos do curso: melhora da qualidade e eficiência dos serviços administrativos oferecidos pelas unidades administrativas do Poder Judiciário; aperfeiçoamento da sistematização, tratamento das informações e análise de dados voltados para o processo de contratação e licitação; aplicação prática do processo de elaboração dos estudos técnicos preliminares obrigatórios; compreensão das recomendações da Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-as à elaboração de termo de referência para a contratação de serviços.



Curso Suporte Básico de Vida – Turmas I e II

Em 2023, a Esmat desenvolveu duas turmas do curso Suporte Básico de Vida. A primeira ocorreu em 12 de maio e a segunda no dia 19 do mesmo mês. Ação visou capacitar os(as) inscriteiros(as) sobre como agir diante de situações que exigem socorro imediato, até a chegada dos serviços de saúde. Realizado de forma presencial, o curso contou com uma carga horária de 4 horas e ocorreu no auditório da Esmat. Destinado aos(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a capacitação buscou fornecer conhecimentos essenciais para lidar com emergências médicas.

Com um total de 25 vagas para cada turma, o curso abordou temas importantes, como os princípios de primeiros socorros, o suporte básico de vida para vítimas de parada cardiopulmonar, primeiros socorros para casos de desmaio, convulsão e engasgo, além de abordar o atendimento a vítimas de sangramentos, hemorragias e queimaduras. As facilitadoras de aprendizagem responsáveis pelo curso foram Elaine Cristina Ferreira e Regiane Rodrigues Peixoto, especialistas na área.



Esmat promove curso de Teoria e Prática sobre a Dosimetria da Pena



Iniciada em 31 de maio e finalizada em 2 de junho, o curso Teoria e Prática sobre a Dosimetria da Pena contou com a participação de magistrados(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação, ministrada pelo juiz Thales Flores Taipina, visou aprofundar os conhecimentos sobre a construção e fundamentação da sentença penal condenatória.

Coordenado pelo juiz de direito, titular na 4ª Vara Cível de Palmas, Jocy Gomes de Almeida, o curso tinha entre seus objetivos específicos: compreender o sistema principiológico do processo penal, que conduz o feito à sentença de mérito; transmitir a compreensão acerca da importância da fundamentação para a correta dosimetria penalógica; transmitir a essência do Sistema Trifásico para a correta dosimetria da pena; transmitir a essência do Sistema Trifásico da Pena de Multa para a sua correta dosagem em proporção à pena privativa de liberdade; transmitir os requisitos necessários para a correta fixação do regime prisional preambular e a sua compatibilidade com a prisão cautelar.

Esmat realiza Curso de Aperfeiçoamento da Abordagem no Acolhimento e Escuta Clínica



Foi realizado, no dia 12 de junho, o curso de Aperfeiçoamento da Abordagem no Acolhimento e Escuta Clínica, na Esmat. A ação, que ocorreu de forma presencial, teve como objetivo capacitar os(as) integrantes da equipe técnica do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPSI), do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a lidarem de forma mais efetiva e humanizada com situações de assédio laboral. Com o intuito de promover uma recuperação emocional mais eficaz para as vítimas de assédio e contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e justo, o curso abordou o tema "Assédios, discriminações e suas consequências para a saúde física e psíquica dos(as) trabalhadores(as), principalmente no âmbito do Poder Judiciário".

O responsável por ministrar as discussões foi o professor Roberto Heloani. Durante a ação, foram abordados diversos conteúdos relevantes, como as consequências do assédio moral sob as perspectivas jurídica, psicológica e médica, a construção de provas nos casos de assédio e a maneira como a Justiça e outros espaços do Poder Público têm tratado as denúncias de assédio moral.

Esmat realiza curso focado na Teoria e Prática nos Juizados Especiais Estaduais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública

Realizado nos dias 27, 28 e 29 do mês de junho, o curso Teoria e Prática nos Juizados Especiais Estaduais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, promovido pela Esmat, foi ministrado pelo juiz de direito Maurício Ferreira Cunha, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Com uma carga horária total de 23 horas, o curso teve como público-alvo magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Dividido em quatro módulos de aprendizagem, a capacitação teve como objetivo aplicar os princípios e as regras dos Juizados Especiais nas atividades judicantes e nos serviços de Secretaria, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Maurício é doutor em Direito Processual (PUC/MINAS). Bolsista Capes (Doutorado Sanduíche) na Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Direito Processual Civil (PUC/CAMPINAS). Coordenador dos Juizados Especiais de Poços de Caldas.





USABILIDADE E ALIMENTAÇÃO DOS DADOS CRIMINAIS NO SISTEMA E-PROC

Visando orientar servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense da 1ª Instância quanto à usabilidade e alimentação do menu Dados Criminais no sistema de Processo Judicial Eletrônico – e-Proc Nacional, a Esmat disponibilizou um curso autoinstrucional no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat sobre a Usabilidade e Alimentação dos Dados Criminais no Sistema e-Proc no período de 21 de junho a 30 de agosto.

A alimentação dos dados criminais no Sistema Eproc é fundamental para o bom andamento do processo criminal, e deve ser feita com rigor e precisão, seguindo todas as normas e todos os procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes. Nesse sentido, foram disponibilizadas 500 vagas para os(as) interessados(as) em participar da capacitação, que contaram com videoaulas gravadas pela assessora jurídica de 1ª Instância e advogada, Pamela da Rocha Pires Ferreira.

O Sistema e-Proc Nacional é o sistema processual eletrônico desenvolvido para tramitação de processos e por se tornar um sistema consolidado, permite agilidade às funcionalidades disponibilizadas aos usuários, além de representar economia para a gestão pública e sustentabilidade, pois dispensa o uso de papel e de insumos para a impressão, na busca da melhoria contínua dos serviços oferecidos ao jurisdicionado.

A alimentação dos dados criminais no sistema e-Proc deve ser feita de forma precisa e completa, incluindo informações sobre o delito cometido, a data e o local do crime, a identificação do autor ou suspeito, além de outras informações relevantes para a investigação e o processo criminal.

Esmat oferta curso sobre Segurança Orgânica (SEGOR)

O curso Segurança Orgânica (SEGOR), que teve uma carga horária de 44 horas, foi realizado de forma presencial na Esmat, durante o período de 3 a 7 de julho. O objetivo da capacitação foi preparar os(as) servidores(as) que atuam ou possuem atribuições relacionadas à área de Segurança Institucional do Poder Judiciário Tocantinense, assim como os(as) servidores(as) de órgãos parceiros. A capacitação abordou funções e tarefas relacionadas à Segurança Orgânica, com ênfase em medidas voltadas para a segurança de áreas e instalações.

Foram utilizadas metodologias de análise de riscos e exercícios práticos relacionados às técnicas ministradas, culminando na elaboração de um Plano de Segurança Orgânica. O curso contou com a presença dos professores Waldicharbel Gomes Moreira, André Valdevino, Layla Maria de Sousa Santos, Giotto Venturini Júnior, Thaiza Cardoso Guerino e Rondinei Alves Ribeiro.





PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

A Esmat desenvolveu, no período de 20 de junho a 7 de julho, o curso Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Âmbito do Poder Judiciário. Com uma carga horária de 25 horas, o curso ofereceu um total de 100 vagas e teve como público-alvo magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. O principal objetivo do projeto foi capacitar os(as) inscritos(as) para aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, promovendo uma análise sensível e imparcial dos casos jurídicos. Por meio dessa abordagem, foram consideradas as desigualdades de gênero existentes e buscadas a garantia dos direitos e a equidade no processo de julgamento.

Desenvolvido pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat (AVA), o curso foi ministrado pelos juízes Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, Renata do Nascimento e Silva, Esmar Custódio Vêncio Filho, Arióstenis Guimarães Vieira, e pelo mestre Jossanner Nery Nogueira Lima.

O curso teve como objetivo preparar os(as) participantes para lidar de forma sensível e imparcial com casos que envolvem direitos das mulheres. Isso inclui temas como violência doméstica, discriminação de gênero, assédio sexual, direitos reprodutivos e outras questões que impactam diretamente a vida das mulheres. Ao aplicar o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, o objetivo visa assegurar proteção e justiça para as mulheres que recorrem ao Sistema Judiciário.

Curso Direção Defensiva e Evasiva – Turmas I e II

O curso Direção Defensiva e Evasiva – Turmas I (29 e 30/8) e II (31/8 e 1º/9) foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar as habilidades dos(as) participantes na condução responsável em situações defensivas e evasivas. A cerimônia de abertura da Turma I, no dia 29 de agosto, contou com a presença do juiz José Ribamar Mendes Júnior, coordenador da capacitação, que compartilhou suas perspectivas sobre a importância deste curso para o Poder Judiciário Tocantinense.

A atividade, que se estendeu com aulas teóricas na Esmat e aulas práticas no Kartódromo de Palmas nos últimos dias de agosto, teve como premissa fornecer habilidades específicas para enfrentar situações desafiadoras no trânsito, buscando reduzir o risco de acidentes e de sinistros, além de promover uma condução mais segura e responsável.



Semana de Sensibilização da Justiça Restaurativa nas Escolas

Foi realizada, entre os dias 31 de julho e 4 de agosto de 2023, a Semana de Sensibilização da Justiça Restaurativa nas escolas, que se dividiu em uma formação na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) no dia 31 de julho, e nas escolas: Estadual Frederico José Pedreira Neto, de Ensino Médio Castro Alves, e Estadual Girassol de Tempo Integral Rachel de Queiroz, entre os dias 1º e 4 de agosto. Com o objetivo de difundir os fundamentos da Justiça Restaurativa, seus princípios e valores, e a vivência da prática do processo circular.

No período de 14 de setembro a 27 de outubro, a Esmat desenvolveu um curso teórico voltado para a temática de Justiça Restaurativa nas escolas. A capacitação, que contou com 30 horas de carga horária, trabalhou com a aplicação dos princípios e valores da Justiça Restaurativa, desenvolvendo-os a partir das dimensões do conflito relacional, institucional e social. As atividades foram ministradas pelos professores Lia Diskin, Alexandre Takaschima, Marcelo Nalesso Salmaso, Egberto de Almeida Penido, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Sabrina Paroli, Adoniram Pereira Ramos, Tayná Nunes Quixabeira e Eliene Diniz da Silva.



Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes: metodologias, desafios e garantia da convivência familiar e comunitária

Desenvolvido à distância, no período de 10 de agosto a 20 de outubro, o curso Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes: metodologias, desafios e garantia da convivência familiar e comunitária contou com a presença de servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, conselheiros(as) tutelares e servidores(as) dos Órgãos Parceiros da Esmat que atuam na Rede de Serviço de Acolhimento do Estado do Tocantins.

Foram 80 horas de carga horária, tendo como objetivo capacitar os(as) participantes, com vista ao desenvolvimento de apropriação teórica, legal, parâmetros metodológicos e de funcionamento do Programa de Acolhimento Institucional e Familiar. Ivan Ferreira da Silva e Elma Alves Garcia Lopes foram os responsáveis por ministrar as atividades do curso.



Capacitação em Heteroidentificação

promove reflexões sobre dimensões históricas e sociais do racismo

A capacitação para formar membros da Comissão Permanente de Heteroidentificação do Poder Judiciário Tocantinense avançou, no período de 29 de agosto a 1º de setembro, com foco direcionado às políticas de igualdade racial. As atividades ocorreram presencialmente nas instalações da Esmat, em uma iniciativa que busca preparar os(as) participantes para conduzirem o processo de heteroidentificação de forma ética, imparcial e respeitosa.

A equipe de professores foi composta por Solange Aparecida do Nascimento, George França dos Santos e Ana Paula dos Santos. Sob a Coordenação da juíza de direito Renata do Nascimento e Silva, a ação se alinha à Resolução nº 478 do Conselho Nacional de Justiça, de 2022.

Nesse sentido, a professora Solange do Nascimento enfatizou a importância do curso para a formação dos membros do Judiciário em relação à ampliação das políticas de cotas. "Esse curso é de extrema necessidade para a formação do corpo do Judiciário por conta da ampliação da política de cotas como tem se dado nos últimos anos, principalmente no que se refere aos concursos públicos e para que as pessoas se apropriem dos conceitos e negociações em relação à questão de racismo", comentou.

O professor George França dos Santos também apresentou sua visão sobre a relevância da capacitação. "Este é um curso importante porque se fazem estudos e reflexões sobre a questão das ações afirmativas nas instituições públicas e como estas ações podem ser aplicadas com eficácia. Há certa tendência de essas ações afirmativas se fortalecerem cada vez mais nos próximos anos. Então, é importante que as instituições públicas do Tocantins vejam isso com seriedade, criem suas equipes e façam seus trabalhos com dinamismo", explicou.

Ministrada também pela professora Ana Paula dos Santos, a especialista ressaltou a dimensão da heteroidentificação como garantia das políticas públicas e combate ao racismo estrutural. "A gente considera o ato da heteroidentificação um ponto

fundamental para a garantia das políticas públicas, para além da reserva de vagas, para além do entendimento e letramento racial. A heteroidentificação é uma ação lá no final da atividade de concurso como, por exemplo, a de garantir que a lei seja cumprida, porque durante os processos de autodeclaração ainda pode haver algum tipo de equívoco, nem sempre de má-fé, mas de algo que se busca, e isso pode ser sanado lá no final, por isso a importância de capacitar servidores(as) que irão atuar provavelmente em concursos", disse Ana.





AUTOCONHECIMENTO no trabalho

Turma 1 e Turma 2

Tendo como foco desenvolver nos(as) alunos(as) competências emocionais favorecendo as relações interpessoais, o exercício da liderança e a qualidade de vida, a Esmat realizou duas turmas do curso Autoconhecimento no Trabalho. Sendo 50 vagas para cada turma, as atividades ocorreram para a Turma 1, no período de 15 de agosto a 20 de outubro, e para a Turma 2, de 17 de agosto a 25 de outubro. O professor André Barreto Prudente foi o responsável por conduzir o curso.

Com carga horária de 40 horas, participaram de forma presencial da capacitação magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. André é mestre em Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto/SP, e atua há mais de 20 anos como psicoterapeuta de crianças, adolescentes e adultos, realizando atendimentos individuais e em grupo baseados na abordagem terapêutico-educativa desenvolvida por ele mesmo, chamada Psicoterapia Integrativa do Eneagrama.



Conceito à Implementação: capacitação para laboratoristas de inovação

O curso “Do Conceito à Implementação: capacitação para laboratoristas de inovação” teve como objetivo capacitar magistrados(as) e servidores(as) para atuarem em laboratórios de inovação. A ação buscou proporcionar o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação e trabalho em equipe. A carga horária do curso foi de 24 horas, divididas em três dias de atividades presenciais, nas instalações da Esmat, nos dias 2, 3 e 4 de agosto.

A facilitadora das aulas foi Yna Barbosa Honda e Sousa, doutoranda em Tecnologia e Inovação, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O curso foi uma solicitação da desembargadora Ângela Prudente, presidente do Comitê Gestor da Inovação e coordenadora do Programa. Em sua justificativa, a desembargadora destacou a importância de preparar o Poder Judiciário Tocantinense para uma jornada de inovação, com metodologias de trabalho atualizadas, estímulo à criatividade e ao pensamento crítico, além do fomento à colaboração.



Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratação de Serviços em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

As atividades do curso "Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratação de Serviços em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra" foram concluídas com sucesso no mês de agosto (2 a 10/8). Ministrado pela contadora e advogada Flaviana Vieira Paim, o curso disponibilizou 30 vagas para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e contou com uma carga horária de 20 horas. A ação teve como objetivo principal orientar e capacitar os(as) inscrites(as) na elaboração do orçamento estimado para contratação de serviços terceirizados, garantindo uma dedicação exclusiva de mão de obra.



Gestão e Fiscalização de Contratos Terceirizados

A Esmat concluiu em agosto (15 a 30/8), o curso de "Gestão e Fiscalização de Contratos Terceirizados". Sob a instrução da facilitadora Flaviana Paim, os(as) participantes exploraram os "Aspectos práticos e operacionais da fiscalização administrativa de contratos" e "Análise documental: o que deve ser verificado nos documentos solicitados pela Fiscalização de Contratos".

A capacitação contou também com os facilitadores Gustavo Cauduro Hermes, Henrique Malaquias Xavier e Andrea Morais Hermes. Participaram do curso servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, tendo como objetivo orientar e capacitar os(as) inscrites(as) a fornecerem subsídios para otimização do controle relativo ao acompanhamento dos contratos, proporcionando-lhes uma base teórica, legal e jurisprudencial sobre a Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, bem como promover a qualificação para atuarem no exercício de atividades relacionadas às Licitações e Contratos.



Tomada de Decisão e Tecnologia

A Esmat realizou, no período de 3 de agosto a 12 de setembro, as atividades do curso Tomada de Decisão e Tecnologia. A capacitação, credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), trouxe insights fundamentais sobre as interfaces cérebro-máquina, inteligência artificial e sua relação com o neurodireito.

Voltado para magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense e de outros estados, o curso teve como objetivo fornecer uma compreensão abrangente das descobertas e propostas das neurociências, explorando as implicações na tomada de decisão no âmbito jurídico.

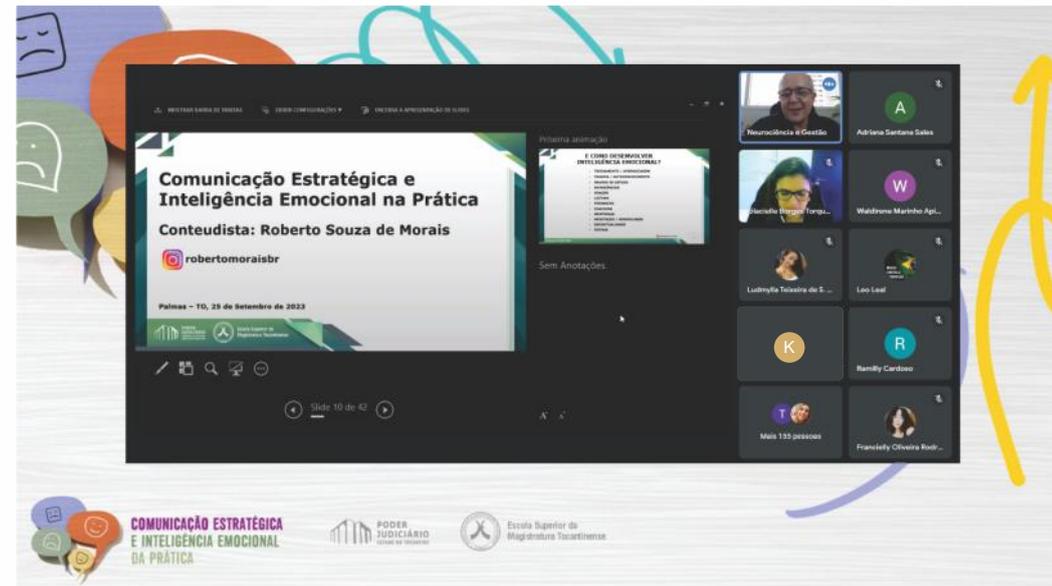
Com uma carga horária de 40 horas e na modalidade presencial, a capacitação ocorreu nas instalações da Esmat. A capacitação contou com a presença dos professores Léo Peruzzo Júnior, Murilo Karasinski, Solange Mata Machado, Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior, Tiago Gagliano Pinto Alberto e José Eustáquio de Melo Júnior.



Comunicação Estratégica e Inteligência Emocional na Prática

Realizado em 25 de setembro, o curso Comunicação Estratégica e Inteligência Emocional da Prática disponibilizou 200 vagas para servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Ministrada pelo facilitador Roberto Souza de Moraes, a capacitação abordou alguns aspectos da comunicação nas organizações e como usar a comunicação para melhoria do ambiente organizacional.

Desenvolvido pela Esmat, na modalidade à distância, o curso visou promover a capacitação dos(as) participantes, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário Tocantinense e prestígio aos princípios constitucionais de eficiência e eficácia, por meio de uma comunicação clara, transparente, eficiente, subsidiada pelo desenvolvimento da inteligência emocional na prática.



Contratações de Bens e Serviços de TIC conforme a Resolução nº 468 do CNJ, de 2022



Ocorreu, nos dias 25 e 26 de setembro, o curso Contratações de Bens e Serviços de TIC, conforme a Resolução nº 468 do CNJ, de 2022. Desenvolvido pela Esmat, a ação visou permitir que os(as) gestores(as) do órgão envolvido nas três fases do macroprocesso de contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação atuem em conformidade com os ditames da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente com o que determina a Resolução nº 468 do CNJ, de 2022, considerando as peculiaridades de tais objetos contratuais.

Ministrado pelo facilitador Paulo José Ribeiro Alves, servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça e titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal, a capacitação contou com uma carga horária de 16 horas e disponibilizou 35 vagas para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Durante as atividades foram abordados temas como: Resolução CNJ n. 468/2022 (Âmbito de aplicação); Estratégia das Contratações; Fase de Planejamento das Contratações; Fase de Seleção do Fornecedor; Fase de Execução Contratual

Credenciamento na nova lei de licitações e contratos

Objetivando-se capacitar os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense para entender e aplicar as novas regras e procedimentos estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos quanto à transparência e a eficiência do credenciamento nas contratações públicas na nova Lei, o curso Credenciamento na nova lei de licitações e contratos ocorreu nos dias 18 e 19 de setembro, de forma presencial nas instalações da Esmat.

Com carga horária de 16 horas, as atividades foram ministradas pelo advogado Paulo Roberto Teixeira, que durante as aulas abordou temas como: Aspectos Legais do Credenciamento; Admissibilidade do uso do Credenciamento; Contratações Diretas; Dispensa; Inexigibilidade; Amplo sentido de competição; Hipóteses de contratação pelo Credenciamento; Distribuição de Demanda do Credenciamento; Publicidade; Regulamentação da contratação pelo Credenciamento; Irregularidades da contratação por Credenciamento.



Básico de Programação Neurolinguística (PNL)

– Contribuições da PNL para Resolução de Conflitos

Os(Às) inscitos(as) no curso Básico de Programação Neurolinguística (PNL) — Contribuições da PNL para Resolução de Conflitos — foram apresentados, no dia 27 de setembro, aos conceitos iniciais sobre a temática. A capacitação, desenvolvida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), ocorreu em modalidade híbrida (com aulas à distância e encontros presenciais) até o dia 31 de outubro. Foram 40 horas de carga horária, com as atividades sendo ministradas pela juíza de direito Cristiane Menezes Santos Barreto, do estado da Bahia. O curso visou desenvolver a aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes ao nível Practitioner em Programação Neurolinguística, por meio de seus conceitos e de ferramentas, de forma a influenciar positivamente na qualidade de vida dos(as) participantes, promovendo a habilidade de ter sucesso profissional e pessoal.



Inovação e Pensamento de *Desigs* Multiplicadores

Em 2023, a Esmat realizou no período de 4 de setembro a 6 de novembro, o curso Inovação e Pensamento de *Desigs* Multiplicadores. Ministrado pela pós-doutora em Neurociência, Solange Mata Machado, a capacitação contou com a presença de Magistrados(as) e Servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. O curso teve como objetivo capacitar os inscitos sobre conceitos inovação e o pensamento do design e treinar multiplicadores da equipe do primeiro semestre e estimular os participantes a pensarem sobre como a inovação transformacional pode aumentar os resultados e romper os desafios trazidos pelas novas tecnologias no Poder Judiciário.



Libras Básico – Turmas I e II



A Língua Brasileira de Sinais é a principal forma de comunicação utilizada por pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Nesse sentido, a Esmat realizou, no período de 17 de outubro a 5 de dezembro, o curso de Libras para as Turmas I e II. O público-alvo foi composto por magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, tendo em vista a promoção da inclusão social e garantia do acesso aos direitos e serviços públicos para pessoas surdas.

O curso em questão foi apresentado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), como uma necessidade de cumprimento ao artigo 8º da Resolução nº 401, de 2021, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça. A formação ocorreu na modalidade EaD com atividades via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat e também por meio de webaulas expositivas e encontros dialógicos síncronos – pela Plataforma *Google Meet* – e assíncronos (fóruns), a fim de promover mais interação entre aluno(a)/professor(a) e aluno(a)/aluno(a), com carga horário total de 60 horas-aula.

Licitações e contratações sustentáveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021

Destinado a servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, no período de 27 de setembro a 17 de outubro, as atividades do curso de Licitações e Contratações Sustentáveis, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021. Com uma carga horária de 30 horas, a capacitação ocorreu na modalidade à distância. O principal objetivo do curso foi capacitar os(as) participantes a compreenderem as mudanças trazidas pela Lei nº 14.133, de 2021, e aplicá-las no processo de licitação e contratação de bens, serviços e obras públicas. Ao longo da capacitação, foram ministradas seis *webaulas* pela facilitadora Luciana Stocco Betiol.



Teoria e Prática dos Precedentes Judiciais no Brasil

A Esmat desenvolveu com sucesso, nos dias 4 e 5 de setembro, o curso Teoria e Prática dos Precedentes Judiciais no Brasil. A capacitação, destinada a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, foi realizada de forma presencial, com duração de 16 horas-aula.

Com um total de 60 inscritos(as), o objetivo do curso foi aprofundar o estudo teórico e prático do modelo de precedentes fortalecido pelo Código de Processo Civil, de 2015, bem como relacionar as atividades decorrentes desse modelo com a racionalização de julgamentos, a definitividade e o ganho em eficiência na atividade jurisdicional. Dentre os tópicos abordados, houveram atividades visando analisar o papel do Poder Judiciário e a possibilidade de suas decisões possuírem efeitos além do processo, Precedentes judiciais e o papel dos tribunais, diferença entre precedente e jurisprudência: aspectos práticos, entre outros.



Metodologia ESG Environmental, Social and Governance no Setor Público – Turmas I e II



No período de 21 a 30 de setembro, ocorreram as atividades da Turma I do curso Metodologia ESG – Environmental, Social and Governance no Setor Público. Voltado para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a capacitação foi realizada de forma presencial nas instalações da Esmat. Ministradas pelo facilitador João Ornato Benigno Brito, as aulas da Turma II foram desenvolvidas no período de 6 a 24 de novembro.

Ambas as turmas contaram com uma parte mais prática em que tiveram de realizar um projeto-modelo e apresentá-lo ao facilitador. O curso visou promover o conhecimento e a aplicabilidade da metodologia ESG nas instituições públicas alinhados com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), contribuindo para o desempenho sustentável e disseminação das melhores práticas de governança corporativa, no atual contexto de complexidades globais, incertezas e transformações tecnológicas em ritmo extraordinariamente acelerado.

Cálculos Trabalhistas e Previdenciários



No período de 30 de outubro a 28 de novembro, a Esmat desenvolveu o curso “Trabalhistas e Previdenciários”, com carga horária de 40 horas-aula de forma virtual. Voltado para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, com atuação na Contadoria Judicial Unificada, a capacitação teve como objetivo fornecer conhecimentos e habilidades técnicas necessárias para realizar cálculos com precisão e de acordo com as normas e diretrizes legais, contribuindo para a justiça e equidade nos processos judiciais.

O curso foi conduzido pela facilitadora Elaine Cristina Sampaio Paixão. Após seis *webaulas*, a capacitação contou ainda com dois encontros presenciais para estudo de casos envolvendo cálculos previdenciários.

A nova fronteira judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT – Turmas I, II e III



O curso “A nova fronteira judiciária: entendendo a IA Generativa e o ChatGPT” destacou-se pelo sucesso e interesse coletivo da comunidade judiciária. Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram da capacitação. Os professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo Bliacheriene responsáveis por ministrar as atividades.

Nos dias 9 e 10, ocorreu a turma I; nos dias 25 e 26 de outubro ocorreu a turma II; e nos dias 6 e 7 de novembro ocorreu a turma III. O curso visou capacitar os(as) inscrites(as) sobre os conceitos, aplicações, limitações e implicações éticas e práticas do uso da Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o ChatGPT, a fim de apoiar as atividades judiciais e a inovação e eficiência no Poder Judiciário Brasileiro. Durante as aulas foram discutidos temas como: Abordar os limites da Engenharia de Prompt e como superá-las; Exercitar casos de aplicação de uso das IAGs no TJTO; Desenvolver habilidades práticas para refinamento de consultas e apoio às atividades dos(as) magistrados(as) e servidores(as); Identificar oportunidades para o uso e a implementação de inovações com o uso de IAGs para o TJTO.

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de formação sobre o uso prático da Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o ChatGPT, tendo como finalidade o apoio às atividades judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), a Esmat desenvolveu nos dias 4 e 5 de dezembro três novas turmas – Etapa 2 – do curso A Nova Fronteira Judiciária: Entendendo a IA Generativa e o ChatGPT.



Nova Fronteira do Judiciário – A Revolução da Inteligência Artificial Generativa para desembargadores

A Inteligência Artificial está se tornando um assunto cada vez mais relevante e impactante em diversos setores da sociedade. Nesse contexto, a Esmat realizou um curso específico para a temática. Desta vez, a capacitação “A Nova Fronteira do Judiciário: A Revolução da Inteligência Artificial Generativa” contou com a presença de desembargadores(as) e assessores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Dentre os assuntos abordados, foi apresentado o contexto histórico da Inteligência Artificial, marcado pela evolução tecnológica exponencial. No cenário jurídico brasileiro, sua aplicação oferece uma transformação significativa, levando em consideração as normativas pertinentes da conjuntura jurídica brasileira. Além disso, como parte de sua proposta de fomentar a educação e incentivo ao intercâmbio de conhecimentos, a Esmat disponibilizou vagas para o desembargador Elcio Sabo Mendes, o juiz Bruno Perrotta de Menezes e o servidor Breno Cavalcante do Nascimento, todos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

A ação teve como objetivo principal atribuir uma compreensão abrangente sobre a Inteligência Artificial Generativa (IAG), fornecendo uma visão estratégica de como utilizar IAGs como suporte administrativo para otimização das rotinas dos gabinetes, auxílio na redação de relatórios e votos, verificação de pré-requisitos formais processuais e apoio para melhorar os resultados avaliados pelo CNJ nos indicadores administrativos. A capacitação teve uma carga horária de 12 horas, sendo que, com exceção da primeira aula realizada presencialmente na Escola, em 6 de novembro, as outras atividades foram conduzidas por meio de mentorias online até o dia 29 de novembro.



Facilitação Gráfica e Visual para Redesenho de Serviços Públicos

O facilitador gráfico Rafael da Silva Rodrigues, conhecido como Sidan, ministrou presencialmente, nos dias 30 e 31 de outubro, a capacitação em facilitação gráfica e visual para redesenho de serviços públicos. Desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o curso contou com a presença de magistrados(as) e de servidores(as) atuantes nos cargos de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) ligados(as) diretamente à Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense.

A capacitação teve como objetivo aprimorar as atividades judiciais e administrativas do Poder Judiciário por meio da facilitação gráfica e visual no processo de redesenho de serviços públicos, resultando em soluções mais eficientes, centradas na comunicação dos(as) usuários(as) do sistema de justiça, bem como suas estruturas de comunicação internas. O curso abordou não somente a importância da inovação, mas também forneceu ferramentas práticas para a construção de uma cultura organizacional que estimule a criatividade, a colaboração e a busca contínua por soluções eficientes e alinhadas às demandas da sociedade.



Gestão e Fiscalização de Obras e Atos de Serviços de Engenharia



O curso Gestão e Fiscalização de Obras e Atos de Serviços de Engenharia foi realizado presencialmente nas instalações da Esmat, nos dias 23 e 24 de outubro, com os(as) servidores(as) do Poder Judiciário. Com carga horária de 16 horas-aula, o curso objetivou orientar e capacitar os(as) servidores(as) a atuarem no controle e na fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, abordando a atuação sistêmica na fiscalização e gestão de contratos de obras públicas, compras, serviços de natureza continuada, atas de adesão de serviços de engenharia e orientações técnicas e legais, de acordo com as Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2021.

Durante o curso foram abordados temas como: Medições e Pagamentos; Subcontratação de serviços; Alterações Contratuais; Reequilíbrio econômico-financeiro; Noções sobre superfaturamento e sobrepreço; Prazos Contratuais; Reajustes contratuais; Recebimento da Obra; Gestão do Empreendimento após o Recebimento da Obra; Jurisprudência do TCU sobre o assunto; Regras da nova Lei de Licitações sobre a Fiscalização de Contratos. As aulas foram ministradas pelo engenheiro André Paconi Baeta, auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, desde 2004.

Fundamentos Segurança Institucional TJTO

Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no dia 22 de novembro, do curso Fundamentos da Segurança Institucional. O curso foi ministrado na modalidade híbrida, sendo presencial no auditório do Tribunal de Justiça, com transmissão via web pelo canal da Esmat. Conduzido pelo doutor em Ciências Militares, Camel André de Godoy Farah, a ação teve como intuito apresentar aos participantes os aspectos fundamentais da Segurança Institucional, com visão sistêmica da Segurança no TJTO, debatendo a integração e a inter-relação dos diversos setores do Tribunal.

Durante as exposições, Camel apresentou aos(às) inscritos(as) os conceitos básicos ligados à segurança institucional, proporcionando uma visão teórica abrangente antes de se aprofundar nas questões mais práticas relacionadas à segurança. "O cenário atual da segurança institucional está passando por transformações significativas, em meio a uma série de mudanças no mundo. Essas transformações socioeconômicas, políticas e culturais têm impactos diretos na segurança. Diante desse ambiente em constante evolução, foi necessário revisar o modelo de segurança existente, surgindo o conceito de segurança institucional por volta de 2010", explicou o doutor.



E-Proc 2023: cumprimento de atos de comunicações processuais e disponibilização de sala para audiências e oitivas de testemunhas pelos serviços notariais – Turmas I e II

Nos dias 20 e 21 de novembro, a Esmat realizou as turmas I e II, respectivamente, do curso E-Proc 2023: cumprimento de atos de comunicações processuais e disponibilização de sala para audiências e oitivas de testemunhas pelos serviços notariais. Com carga horária de 6 horas por turma, o curso foi ministrado pelos facilitadores Wagner José dos Santos, Juliane Silva Fernandes e Celma Barbosa Pereira.

A capacitação teve como público-alvo servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e servidores(as) das serventias extrajudiciais, e teve como objetivo capacitar os(as) responsáveis pelas Serventias Extrajudiciais a compreenderem os conceitos e as práticas relacionadas ao cumprimento de atos e comunicação processual que vão desde à regularidade cadastral, adesão, manuseio de sistema e prestação de contas, de modo que possam desempenhar suas atividades profissionais com segurança e eficiência, promovendo o conhecimento para o cumprimento de atos de comunicação processual no Poder Judiciário Tocantinense.



GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GESI)

A Esmat desenvolveu em novembro o curso Gestão Estratégica de Segurança Institucional (GESI), que visou apresentar os aspectos de gestão estratégica de Segurança Institucional aplicados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Com disponibilidade de 30 vagas, o público-alvo foi voltado para integrantes do TJTO que atuam na área de Segurança Institucional e Inteligência, em funções de Direção, Gerência, Chefias, Assessorias de Segurança, Coordenadorias, assim como agentes, analistas e técnicos de Segurança e Inteligência.

O curso teve carga horária de 45 horas e foi realizado na modalidade EaD, no período de 6 de novembro e 7 de dezembro pela Plataforma Digital de Ensino da LOGOS – Inteligência e Planejamento Estratégico e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da LOGOS.

Gestão Tributária de Contratos e Convênios: retenções e encargos incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas

O curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios: retenções e encargos incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS E ISS) foi realizado nos dias 21, 22, 23 e 24 de novembro, via Google Meet, para servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 20 horas, a capacitação contou com a presença dos facilitadores Alexandre Marques Andrade Lemos e Gustavo Batista dos Reis. O curso visou capacitar os participantes a compreenderem e aplicarem os principais conceitos e técnicas relacionados à gestão tributária na elaboração, execução e fiscalização de contratos e convênios, analisando os impactos tributários e identificar as melhores práticas para garantir a correta incidência de impostos e contribuições em contratos e convênios, evitando erros e contingências fiscais.



Visando qualificar e aprimorar magistrados(as) na aplicação com meios legais no uso de arma de fogo, observando as técnicas e táticas de tiro, bem como manutenção do armamento após seu uso, reduzindo assim os incidentes com armas de fogo, a Esmat realizou no dia 30 de novembro e 1º de dezembro, o curso Preservação da Vida: Estratégias de Segurança para as turmas I e II respectivamente.

Com carga-horária de 10 horas, as atividades do curso foram divididas em quatro módulos: Fundamentos de Tiro e regras de segurança; Princípios de funcionamento, nomenclatura e manutenção de armamento; Técnicas de saque, empunhadura e posicionamento de tiro; Disparos controlados em situações diversas. O curso foi ministrado pelos professores Guinomar Regino Dias Magalhães, Yurg Nolêto Coêlho, Danyllo Cordeiro de Macedo e Bruno Brito Mota.





Capacitação

SOBRE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO

A Capacitação sobre Sistemas Eletrônicos de Busca Patrimonial na Execução ocorreu no dia 13 de dezembro, de forma presencial nas instalações da Esmat, com intuito de capacitar magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado Tocantins na gestão e operacionalização de sistemas para execução de cumprimento de sentenças.

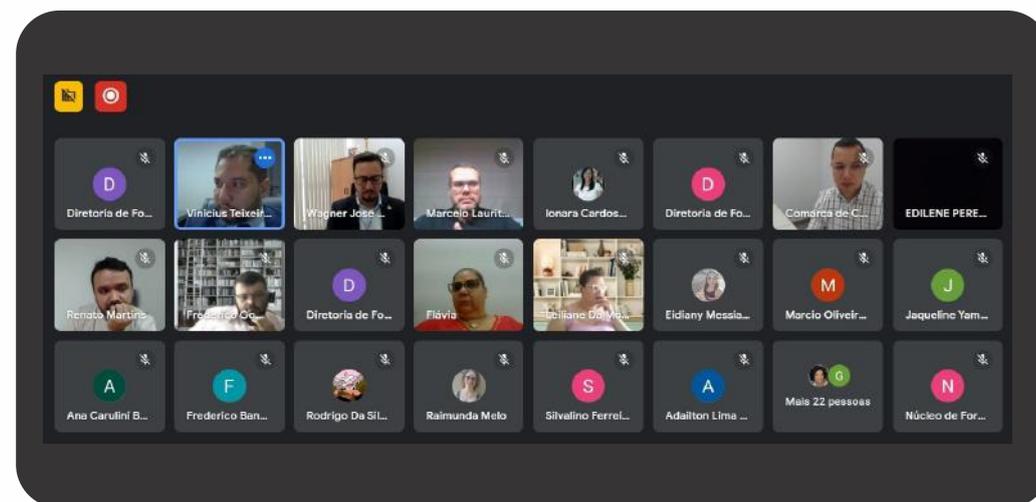
A atividade foi ministrada pelo criador do Projeto Audiências Online e dos Treinamentos Expert em Audiências e Expert em Execução, José de Andrade Neto, que durante as aulas abordou a temática Sistemas eletrônicos de busca de bens, SISBAJUD, RENAJUD, CNIB e Penhora On line: O Sisbajud, seu funcionamento e utilidade prática; O Renajud, seu funcionamento e utilidade prática; O CNIB, seu funcionamento e utilidade prática; O estudo teórico e prático de diversos sistemas que permitem a realização de penhoras on line no processo de execução.



Aspectos Gerais sobre a Posse e Exercício na Atividade Notarial e Registral pelos Delegatários

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) concluiu, nos dias 14 e 15 de dezembro, o curso "Aspectos Gerais sobre a Posse e Exercício na Atividade Notarial e Registral pelos Delegatários". Destinado a magistrados(as), corregedores(as) permanentes, assessores(as) e secretários(as) do Foro, o curso teve como objetivo principal capacitar os(as) juizes(as) corregedores(as) encarregados(as) da fiscalização da atividade notarial e registral. Durante o evento, foram fornecidos conhecimentos abrangentes e detalhados sobre os aspectos iniciais da delegação e transmissão do acervo.

Com um total de 60 vagas disponíveis, o curso virtual proporcionou a interação entre os participantes por meio da Plataforma Google Meet. A iniciativa buscou não apenas capacitar, mas também promover a troca de experiências entre os profissionais da área.



EVENTOS

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023



Servidores do Fórum de Araguatins recebem capacitação sobre Coleta Seletiva em prol da sustentabilidade no Judiciário Tocantinense

Os(As) servidores(as) do Fórum de Araguatins participaram, no dia 23 de janeiro, do *Workshop* Coleta Seletiva Solidária, uma capacitação sobre resíduos sólidos que visa proporcionar conhecimento sobre o Plano de Logística Sustentável. Realizada pela Esmat, a ação, que já está em sua décima segunda turma, contou com a presença do desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), e da desembargadora Ângela Prudente.

Com carga horária de 5 horas, o *Workshop* foi ministrado pela facilitadora Leila Maria de Sousa Jardim e teve como público-alvo servidores(as), magistrados(as), estagiários(as), colaboradores(as) e credenciados(as) do Poder Judiciário Tocantinense lotados(as) na comarca de Araguatins.

Workshop "Orientações sobre Módulo de Correição Presencial das Serventias Extrajudiciais"

O *Workshop* Orientações sobre Módulo de Correição Presencial das Serventias Extrajudiciais, promovido pela Esmat, foi realizado à distância, via *Google Meet*, tendo como público-alvo servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, em 16 de fevereiro. Com carga horária de 4 horas, o *Workshop* visou orientar os(as) usuários(as) do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudicial (GISE) sobre a implantação e a disponibilidade do "Módulo de Correição dos Serviços Extrajudiciais" de uso obrigatório nas correições ordinárias, extraordinárias e inspeções nas unidades extrajudiciais. Foram disponibilizadas 150 vagas para juízes(as) corregedores(as) permanentes das comarcas; assessores(as) e secretários(as) de Fóruns do Poder Judiciário Tocantinense.





III WORKSHOP

ESTADUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS

Estratégia de Superação de Desafios no Campo da Privação de Liberdade

21 DATA DE REALIZAÇÃO
e 22 MARÇO
2023



A Esmat realizou, a terceira edição do *Workshop* Estadual de Alternativas Penais, com o tema “Estratégia de Superação de Desafios no Campo da Privação de Liberdade”. De forma resumida, foram debatidos estratégias e desafios para superação da privação de liberdade, por meio do investimento em iniciativas desencarceradoras. Durante a solenidade de abertura, o juiz Allan Martins Ferreira, representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tocantins, frisou a importância de disseminação da política de não encarceramento.

O secretário Deusiano Amorim, da Secretaria do Estado da Cidadania e Justiça do Tocantins, também marcou presença no Evento. Em sua fala, Deusiano destacou o comprometimento e o empenho da Secretaria na construção de políticas de desencarceramento. Para o defensor público Fabrício Silva Brito, representante da Defensoria Pública do Tocantins, as medidas alternativas devem ser pensadas para além da punição. Atuando de forma reintegradora dos custodiados.

Representando a OAB Seccional Tocantins, a advogada Giovanna Helena Monteiro Ferraz também discursou sobre a necessidade de análise das alternativas penais vistas a partir dos direitos humanos. Segundo a advogada Sibeletícia Rodrigues de Oliveira Biazotto, representante do Conselho Penitenciário, o Evento é uma oportunidade para o desenvolvimento de reflexões e debates sobre o não encarceramento.

Na oportunidade, participaram da solenidade de abertura, Lucivania Pereira Carneiro, representando o Conselho da Comunidade; e Mayesse Silva Parizi, representante da Secretaria Nacional de Políticas Penais (MJSP).

Ministrada pelo coordenador nacional de Alternativas Penais da SENAPPEN/MJSP, Carlos Andre dos Santos, a palestra de abertura teve como tema o "Panorama Nacional sobre Políticas Criminais e Alternativas ao Encarceramento".

As semelhanças entre os tempos históricos de escravidão e as condições de encarceramento no Brasil foram alguns dos tópicos de debate durante a palestra da juíza Renata do Nascimento e Silva, no segundo dia do *Workshop*.

Sob moderação da assistente social Delisangela Alves de Souza, da Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA) de Paraíso do Tocantins, o primeiro painel colocou em discussão a questão racial e a justiça criminal. Para a juíza Renata, "é de extrema importância a gente refletir sobre esse tema central na nossa sociedade. É um tema muito caro a cada um de nós como sociedade que se pretende integrar em um estado democrático de direito", disse.

Durante a sua apresentação, a juíza fez uma retomada histórica da marginalização racial no Brasil, que fundamenta o argumento da existência de uma política de aprisionamento de negros, destacando que os processos de continuidade de encarceramento contra esse grupo, que consiste nos grupos de pessoas escravizadas no Brasil de ontem, e majoritariamente de pessoas presas, permanecem no Brasil de hoje. Esses apontamentos reafirmam como a formação sócio-histórica do Brasil foi e ainda é forjada a partir da escravidão.

O segundo painel foi ministrado pela promotora de justiça Cynthia Assis de Paula e mediado pelo coordenador da Cepema de Palmas, Marciano Almeida da Silva. Em sua fala, a painelistas expôs informações relacionadas à justiça negociada e o acordo de não persecução penal.





Abertura da 23ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa: julgamento com Perspectiva de Gênero

“É um tema essencialmente necessário para a gente pensar na construção de um país melhor livre, justo e solidário, quando mais da metade de população, as mulheres, ainda tem seus direitos diuturnamente desrespeitados”, disse o juiz federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a palestra de abertura da 23ª semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O Evento foi realizado em cerimônia virtual no dia 6 de março, com transmissão pelo canal do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), no *Youtube*. A solenidade foi aberta ao público.

A abertura da Semana Justiça pela Paz em Casa foi feita pela desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, que na ocasião enalteceu o objetivo do Programa e a sensibilização da sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam. “Todos os esforços direcionados a erradicar a violência doméstica e familiar

contra a mulher são necessários e contribuem sobremaneira para a redução da desigualdade de gênero, possibilitando à mulher uma vida digna, com a garantia de receber e usufruir todos os direitos inerentes a uma sociedade justa e igualitária”, destacou a desembargadora.

O Evento foi uma realização da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEMSVID) em parceria com o Poder Judiciário Tocantinense e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e teve como objetivo capacitar e aprimorar os(as) participantes para que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, feminicídio e julgamento com perspectiva de gênero.

Workshop Gestão Socioambiental no Poder Judiciário do Estado do Tocantins: plano de logística sustentável na prática discute soluções socioambientais



Servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, em 7 de março, na Esmat, do *Workshop* Gestão Socioambiental no Poder Judiciário do Estado do Tocantins: Plano de Logística Sustentável na prática. O Evento visou promover a preservação e defesa do Meio Ambiente. O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 201, de 2015, na qual foi determinada a instituição do Plano de Logística Sustentável pelos tribunais de justiça brasileiros.

O PLS/PJTO prevê a obrigatoriedade de acompanhamento das metas e dos indicadores em todas as unidades administrativas. Estes são monitorados pelo Sistema de Gestão da Informação Socioambiental (SIGA), mensal e anualmente. Há necessidade de prestação de informações no período mensal e anual ao Conselho Nacional de Justiça que as publica, anualmente, em seu Balanço da Sustentabilidade. No Evento, a desembargadora Ângela Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (CGPLS/PJTO) reforçou a preocupação com a gestão sustentável com reduções de consumo. “Precisamos ser precursores, dar o exemplo. É preciso haver a quebra de paradigma”, afirmou.



Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário

Dialogar e compartilhar conhecimento a respeito da regularização fundiária são as bases que a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça no Tocantins, destacou no dia 24 de março, na abertura do Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário.

Em seu discurso, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou o papel da instituição na ampliação de debates tão importantes como o da regularização fundiária. "A Regularização Fundiária é uma pauta histórica no nosso País, e discussões e soluções precisam ser pensadas e debatidas. A Esmat tem muita satisfação em fazer parte deste momento. Temos a missão de formar e aperfeiçoar magistrados(as) e servidores(as), principalmente no que diz respeito a temas relevantes como é o caso da Regularização Fundiária. Por meio dessas discussões é que avançamos nas boas práticas e na prestação jurisdicional".

O juiz Wellington Magalhães, coordenador do Nupref, também falou na abertura do Evento. O magistrado afirmou entender que eventos iguais ao Seminário são plataformas que oportunizam a reflexão, a troca de experiências e a sugestão de soluções para temas que precisam de atenção com relação à segurança jurídica, questões econômicas, sociais e sustentáveis, que, de forma direta, impactam a vida das pessoas. Richard Martins Torsiano, diretor executivo da FAO, foi o responsável pela palestra de abertura com o tema "Regularização Fundiária, Segurança Jurídica e Desenvolvimento Sustentável". Durante sua apresentação, o palestrante discorreu sobre as bases constitucionais da regularização fundiária rural. Além de comentar





sobre o histórico de governança de terra e políticas fundiárias no Brasil, pontuou sobre a importância de entender o contexto histórico nacional e internacional da questão fundiária, assim como a relevância da governança da terra e da estruturação dos sistemas de administração de terras no Brasil.

O primeiro dos seis painéis, ministrado por Valdiram Cassimiro da Rocha Silva, presidente ANOREG-TO, teve como enfoque os aspectos relacionados à regularização fundiária rural no Tocantins. Estavam presentes, como mediador, o magistrado Wellington Magalhães, e como debatedor, Vagmo Pereira Batista. A painelistas Ana Cristina Maia, oficiala de registro de imóveis em Mariana (MG), apresentou um importante panorama sobre o cartório de registro de imóveis e a Reurb – procedimento por meio do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas áreas urbanas.

A nova dinâmica das certidões no Registro de Imóveis foi tema da exposição de Flaviano Galhardo, 10º oficial de registro de Imóveis de São Paulo. Mediado pelo magistrado Wellington Magalhães e debatido por Valdiram Cassimiro da Rocha Silva, o terceiro painel trouxe um quadro sobre esse novo modelo de procedimento, ocasionado por alterações na Lei nº 6.015, de 1973, que regulamenta os registros públicos no Brasil. O quarto painel, com o tema "Registro Paroquial e sua Convalidação Registral", foi apresentado por Valdiram Cassimiro da Rocha Silva, ministrado por Vagmo Pereira Batista, tabelião e registrador de imóveis em Brejinho de Nazaré (TO), e mediado por Wagner José dos Santos. Na ocasião, além de trazer o tópico para uma perspectiva vivenciada no estado do Tocantins, o tabelião explicou o que significa cada termo do tema abordado, como eles se relacionam e quando devem ser aplicados.



Mediado por Océlio Nobre da Silva e debatido por Ana Cristina Maia, o penúltimo painel discutiu sobre a importância do Reurb e o papel do Poder Judiciário e municípios nesse processo. Michely Freire Fonseca Cunha, registradora de Imóveis em Virginópolis (MG), apresentou, durante sua palestra, alguns parâmetros de como o Judiciário pode atuar nos municípios. As Alterações Legislativas, Novo Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do Tocantins, e Enunciados da I Jornada de Direito Notarial e Registral foram temas de argumentação para o palestrante Wagner José dos Santos, coordenador dos Serviços Notariais e de Registro na Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, finalizando as atividades do Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário.



LV ENCONTRO DO COPEDEM



O PAPEL DAS ESCOLAS HÍBRIDAS
NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
DO PODER JUDICIÁRIO



Os desafios da formação acadêmica no Brasil ante as mudanças no processo educacional foi tema da abertura da 55ª Edição do Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), no dia 30 de março, em Salvador (BA). Ministrada pelo professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação, a palestra “Desafios Contemporâneos na Educação Superior” abriu o LV Encontro do Copedem.

Com a presença de magistrados(as), diretores de Escolas de Magistratura de todo o País, a cerimônia da solenidade de abertura foi realizada pelo desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), acompanhado do desembargador Mario Albiani Alves Junior, diretor geral da Universidade Corporativa do TJBA (UNICORP), do diretor geral da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), do juiz Marcelo José Santos Lagrota Felix e do desembargador Nilson Soares Castelo Branco, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).



O desembargador Marco Villas Boas, falou da necessidade de se debater sobre os avanços tecnológicos ante o novo paradigma da prestação jurisdicional no País.

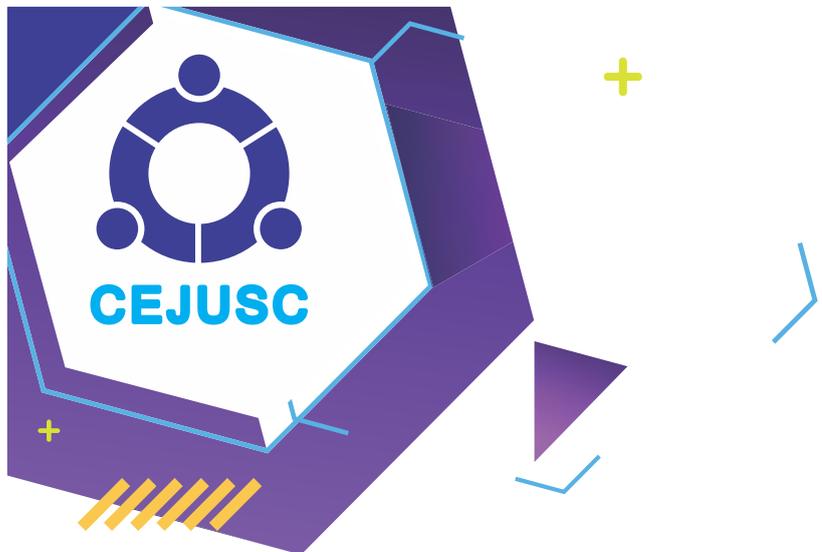
Na solenidade foram entregues as medalhas Mérito Acadêmico Des. Antonio Rulli Junior para o desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior; a desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza; e ao juiz Rosalvo Augusto Vieira da Silva. Medalha Domingos Franciulli Neto para o desembargador Nilson Soares Castelo Branco; o professor doutor Fredie Didier Júnior; a desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus; e a desembargadora Nágila Maria Sales Brito. Medalhão Comemorativo ao LV Encontro do Copedem para o professor mestre Eugênio de Souza Kruschewsky; o prefeito de Ilhéus Mário Alexandre Correa de Sousa; o juiz Antônio Carlos de Souza Hygino; o professor doutor Alessandro Fernandes de Santana; o professor doutor Luiz Roberto Liza Curi; o analista e consultor Ivan Lindenberg Junior; o professor doutor Felipe da Silva Freitas; a professora mestra Roberta Silva de Carvalho Santana; e a secretária de Educação da Bahia, professora doutora Adélia Pinheiro.

Em seu segundo e último dia (30/3), o Evento foi marcado pelas exposições apresentadas pelo doutor Ivan Lindenberg Junior, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), sobre o Programa de Justiça 4.0, que possibilita a proximidade entre o sistema judiciário e a sociedade brasileira ao disponibilizar novas ferramentas tecnológicas, contribuindo assim com o impulsionamento da transformação digital na Justiça. Os debates sobre o modelo de funcionamento da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), pelos conferencistas juiz Fabrício Castagna Lunard e Luana pimenta de Andrada, também foram foco de destaque.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Copedem, enfatizou a importância de atuação da Esmat como uma instituição responsável pela formação e aperfeiçoamento de magistrados(as) e servidores(as) no Tocantins.

“As nossas formações têm uma finalidade de ordem prática para poder fazer funcionar melhor o sistema de justiça e oferecer produtos que melhorem o Sistema Judiciário, visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional e da vida das pessoas, e nisso temos alcançado êxito, pois conseguimos derrubar uma série de preconceitos em relação à formação acadêmica stricto sensu dentro do sistema de aperfeiçoamento contínuo”.





VI SEMINÁRIO

*SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS*

7º ENCONTRO

*DOS CENTROS JUDICIÁRIOS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS*

“Embora sejam muitas as dificuldades, os esforços dos(as) juízes(as), dos tribunais e do CNJ têm possibilitado grandes avanços”, destacou o desembargador Kazuo Watanabe, do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao falar sobre a relevância da política de tratamento adequado de conflitos e sobre a importância dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs) para o acesso à ordem jurídica justa, durante palestra virtual de abertura do 6º Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e 7º Encontro dos (CEJUSCs). Os eventos foram realizados, em 17 de março, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Após fazer algumas considerações sobre acesso à ordem jurídica justa, o desembargador falou sobre a evolução do acesso à Justiça no Brasil, citando marcos, como a lei que instituiu os Juizados Especiais de Pequenas Causas, com a Lei da Ação Civil Pública e com o Código de Defesa do Consumidor. Para o palestrante, esse acesso do cidadão aos serviços que possibilitam a solução de seus problemas vem alcançando uma dimensão muito boa nos últimos tempos, apesar de ainda haver resistência por parte de instituições e pessoas vinculadas à concepção tradicional de acesso à justiça.

“Eu vejo que o Tribunal de Justiça do Tocantins tem dado plena implementação a essa política pública instituída pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça”, destacou, referindo-se à Resolução que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses. Ao falar sobre tratamento adequado de conflitos, o palestrante citou duas perspectivas importantes: a que considera os conflitos por partes, com vista a uma organização mais adequada para o sistema de justiça, em especial o Poder Judiciário; e a que considera os conflitos de interesses individualizados e estão à procura de solução adequada por meio de outro órgão do sistema de justiça público ou privado.



A segunda palestra, ministrada pelo juiz Gildo Alves de Carvalho Filho, presidente do Fonamec, e coordenada pela juíza Silvana Maria Parfieniuk (TJTO), abordou questões relacionadas às dificuldades da instituição após a pandemia do coronavírus. Na oportunidade, o juiz realizou a entrega de um presente simbólico, uma pequena canoa em madeira, símbolo do Fonamec, para a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Durante sua palestra, o juiz apresentou aos(às) inscrite(as) uma contextualização dos principais desafios enfrentados pela Fonamec durante e após o período pandêmico. Em suas exposições, citou algumas problemáticas relacionadas à comunicação.

A terceira palestra contou com a presença e exposições do juiz Richardson Xavier Brant, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), coordenada pela juíza Rosa Maria Gazire (TJTO). Com uma apresentação mais acadêmica, o juiz Richardson trouxe aos(às) inscrite(as) uma variada e completa bibliografia sobre a temática envolvendo os desafios de implementação da justiça restaurativa. Além, é claro, de reflexões sobre as mudanças de antigos paradigmas.

Coordenado pela desembargadora Angela Issa Haonat, a quarta palestra foi ministrada pelo conselheiro Marcello Terto e Silva, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e contou com exposições relativas às soluções adequadas de conflitos, a desjudicialização, cidadania e interinstitucionalidade.

A penúltima palestra discutiu apontamentos sobre o tratamento adequado de conflitos nas demandas decorrentes do superendividamento. A apresentação foi coordenada pelo juiz Márcio Soares da Cunha e ministrada pelo juiz Alexandre Abreu, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Finalizando o Evento, participaram da Mesa Redonda, com o tema “Cejuscaf e o Papel do Poder Judiciário para o Desenvolvimento Social e Econômico”, a desembargadora Angela Issa Haonat, a juíza Silvana Maria Parfieniuk, o juiz Wellington Magalhães e a procuradora do Estado Ana Flávia Ferreira Cavalcante.



**VOCÊ FAZ PARTE
DESTA HISTÓRIA!**

O I Chá Literário da Esmat, realizado no dia 3 de abril, em comemoração dos 20 anos de aniversário da Instituição, foi um verdadeiro sucesso. Com uma programação repleta de atividades culturais, o Evento contou com a presença de servidores(as), magistrados(as) e convidados(as) especiais. Idealizado pela bibliotecária, Silvânia Olortegui, o Chá Literário se mostrou um Evento de grande importância para todos(as) os(as) presentes. Os(As) alunos(as) da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche, do projeto “Pedalando na Leitura”, marcaram presença no Evento, mostrando seu interesse pela leitura e pela cultura literária.

A presença dos(as) alunos(as) na comemoração é atribuída ao fato de que, em 2019, a escola foi a primeira a ser contemplada com as campanhas de arrecadação de livros, realizada pela equipe da Esmat. De acordo com a professora Rúbia de Carvalho Fonseca Batista, organizadora do projeto, os mais de 800 livros arrecadados, cinco anos atrás, ainda contribuem com a promoção e incentivo da leitura entre os(as) jovens.

“Não poderia ter escolha melhor para iniciar as comemorações dos 20 anos da Esmat, do que com esse Evento, um projeto dessa magnitude e que incentiva as pessoas a buscarem a literatura como uma ferramenta de crescimento e de transformação de vida deve ser um projeto sempre ovacionado pela comunidade, aplaudido e valorizado”.



A fala do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, citada acima foi uma das muitas manifestações de reconhecimento e gratidão expressadas durante o Evento. A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, também foi uma das convidadas. Ela agradeceu à Escola pelo convite. Destacou o apoio do Poder Judiciário e a importância dos(as) servidores(as) para o sucesso da Instituição. Além disso, parabenizou a professora Rúbia pelo projeto "Pedalando na Leitura", que incentiva os(as) alunos(as) a desenvolverem o hábito da leitura e a transformarem suas vidas por meio do conhecimento.

O professor doutor Gustavo Paschoal Oliveira e o egresso do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Jadir Oliveira, participaram da programação cultural do evento. Outro destaque foi a participação de Orion Milhomem, integrante da Academia Palmense de Letras (APL) e escritor, que recitou algumas poesias de seu último livro. A servidora aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Rosete de Farias Meireles, também participou das apresentações recitando um poema de Camões.





Em preparação para o Dia dos Povos Indígenas, comemorado em 19 de abril, o Poder Judiciário em parceria com a Corregedoria-Geral do Tocantins, por meio da Esmat, realizaram no dia 18 de abril, a terceira edição do *Webinário* “Cidadania e Justiça no Olhar Indígena Tocantinense – Um Diálogo Necessário e de Direito”. O Evento visou conscientizar magistrados(as), servidores(as) e a comunidade sobre os direitos humanos dos povos indígenas. Durante a abertura do Evento, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), destacou a importância de discutir o tema e de construir um diálogo respeitoso com as comunidades indígenas.

A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral de justiça do estado do Tocantins, destacou a importância do diálogo intercultural promovido pela Esmat em relação aos direitos dos povos indígenas. Em suas palavras: "Esse é um tema importantíssimo para o Judiciário, as questões que serão abordadas são de extrema importância para crescermos como sociedade, e o Poder Judiciário tem de fazer parte dessa evolução".

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, destacou a importância do diálogo com os povos indígenas do estado do Tocantins. Ele afirmou que o diálogo é fundamental para identificar as diferenças e promover a inclusão social, a convivência amistosa e o desenvolvimento das diferentes dimensões da sociedade indígena e ocidental. Nesta edição foi pensado em entrevistas com especialistas e estudiosos sobre temas indígenas, seguidas de debates em que os(as) participantes discutiram e aprofundaram os tópicos apresentados. No primeiro bloco, foi abordado o tema "Inclusão social e o papel da mulher indígena na sociedade", com a participação do defensor público e coordenador do Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (NUCORA), Arthur Luiz Pádua Marques; e da secretária dos Povos Originários e Tradicionais do Estado do Tocantins, Narúbia Silva Werreria.

Já no segundo bloco, foi discutido o tema "Democracia e representatividade dos povos indígenas", com a participação do vereador do Município de Itacajá-TO, Renato Yahé Krahô; e do antropólogo da Funai, Gustavo Hamilton de Sousa Menezes. No terceiro e último bloco, foi debatido o tema "Direito dos Povos Indígenas e a proteção do meio ambiente", com a participação do procurador da República no Tocantins, Álvaro Lotufo Manzano, e do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Tocantins e diretor adjunto da Esmat, José Ribamar Mendes Júnior. O juiz Wellington Magalhães mediu os três blocos.



Workshop sobre a Usabilidade do Sistema Sicor nas correções realizadas pela CGJUS Turmas I, II, III, IV, V, VI



Oficina sobre Produtividade com Foco na Parametrização dos Processos de Violência Doméstica e Femicídio

A Oficina sobre Produtividade com Foco na Parametrização dos Processos de Violência Doméstica e Femicídio teve como objetivo promover o conhecimento da importância do cadastramento correto das classes, assuntos e movimentos que envolvam os processos de violência doméstica e feminicídio, visando contabilizar os relatórios estatísticos oficiais do Conselho Nacional de Justiça. Foram ofertadas 170 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, membros e servidores(as) do Ministério Público, membros e servidores(as) da Defensoria Pública e representantes da OAB. A Oficina ocorreu de forma remota, por meio da Plataforma *Google Meet*, nos dias 27 e 28 de abril, com duração total de 4 horas-aula.

Tendo como objetivo promover o conhecimento do uso do Sistema Sicor, com vista à realização das correções ordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) desenvolveu seis turmas do *Workshop* sobre a Usabilidade do Sistema Sicor nas correções realizadas pela CGJUS. As atividades foram divididas entre os(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário das comarcas do estado do Tocantins, nos meses de abril, junho, agosto e outubro. A instrutora Juliane Ferreira Tavares ficou encarregada de ministrar, de forma virtual, o Evento juntamente com a facilitadora Lilian Carvalho Lopes.



Audiência Pública debate implantação da Casa Abrigo da Mulher Vítima de Violência Doméstica na Região Sul do Tocantins

Contando com a presença de autoridades estaduais, integrantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, das forças de segurança e membros da sociedade civil, a audiência pública de implantação da Casa Abrigo da Mulher Vítima de Violência Doméstica foi realizada no dia 29 de maio, em Gurupi, atendendo a municípios da Região Sul do Tocantins. Dezenas de participantes debateram, ao longo de quatro horas, tópicos referentes à violência doméstica e mecanismos de enfrentamento desse conflito social.

Participaram da audiência membros do Poder Judiciário, Governo do Tocantins, Assembleia Legislativa, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Gurupi, do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional Tocantins, Polícia Militar, Defensoria Pública, entidades representativas de auxílio a mulheres vítimas de violência doméstica, autoridades municipais dos municípios da Região Sul do Estado e a população em geral.

De acordo com a magistrada Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Casa Abrigo é uma ferramenta de grande importância para o combate à violência contra a mulher, pois, além do amparo jurídico e da segurança física, o local vai oferecer também orientação psicológica e atendimento humanizado a todas as mulheres que solicitarem acolhimento.

“Nosso objetivo na audiência pública é sensibilizar a sociedade civil organizada e as autoridades públicas da necessidade de implementar esse serviço. A violência doméstica está inserida num contexto social, e todas as esferas de poder devem ter esse compromisso, qual seja, o de reduzir e combater a violência doméstica. Todas as autoridades municipais e estaduais, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo devem apoiar o Poder Judiciário”, afirmou.

Segundo Berenice Barbosa, secretária de Estado da Mulher, o Governo do Estado trabalha de maneira integrada entre a sociedade civil e as instituições em todas as esferas, visando à proteção, à segurança e à promoção da mulher.





Esmat sedia Encontro Regional sobre o Sistema Pergamum

No dia 11 de abril, no auditório da Esmat, foi realizado o Encontro Regional do Sistema Pergamum, um Evento que reuniu profissionais da área de bibliotecas e gestores(as) do Poder Judiciário para discutir as novidades e atualizações do sistema. A programação do Evento foi dividida em duas partes: na parte da manhã, houve a apresentação da nova versão do Sistema Pergamum, a V.10, e o novo formato de atualização. Já no período da tarde, foram apresentados os novos recursos do Pergamum Eventum e Pergamum Analysis.

Joubert Tamitaro Ogawa, o palestrante do Evento, ressaltou a importância do encontro após um longo período de pandemia e a necessidade de voltar a realizar encontros presenciais. Ele afirmou estar atendendo aos clientes e que este é uma oportunidade para olhar nos olhos das pessoas. O Encontro Regional do Sistema Pergamum foi um sucesso e proporcionou aos(às) participantes uma troca de conhecimentos e experiências.



II SEMANA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO MORAL E O COMBATE A DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

No dia 4 de maio ocorreu o Evento da II Semana de Prevenção do Assédio Moral e o Combate à Discriminação no Trabalho no Âmbito do Poder Judiciário, que contou com a presença da juíza Odete Dias Almeida, presidente da Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO), e da desembargadora Angela Issa Hanoat, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Poder Judiciário Tocantinense.

Durante a abertura do Evento, a desembargadora Angela Issa Hanoat expressou sua gratidão pela confiança na indicação e destacou a importância da Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a política de prevenção e combate ao assédio moral e sexual, além de todas as formas de discriminação no Poder Judiciário. Ela ressaltou que essa iniciativa visa promover um ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e sustentável para magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as), abrangendo atos praticados no âmbito do trabalho presencial e virtual, e que a Semana de Prevenção do Assédio e o Combate à Discriminação no Trabalho, instituída pela Resolução nº 450, em abril de 2022, é mais uma iniciativa para concretizar os objetivos da Agenda 2030 da ONU.



A primeira palestra, intitulada "O assédio moral e sexual no mundo do trabalho", foi ministrada pela juíza Adriana Manta da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e abordou elementos e conceitos baseados na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 2020, e na Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho. A juíza Flávia Afini Bovo, diretora do Fórum de Palmas e presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, no âmbito do 1º Grau do Poder Judiciário do Tocantins, coordenou a Mesa.

Tendo como tema "Atitudes cotidianas que podem caracterizar Assédio Moral e Sexual", a segunda palestra foi ministrada pelo doutor José Roberto Montes Heloani, professor da Unicamp (FE/IFCH), que abordou as diferentes formas de assédio presentes no ambiente de trabalho e as atitudes que podem caracterizar esse tipo de comportamento. De acordo com o doutor José, para entender o que ocorre no Judiciário brasileiro, é imprescindível compreender o papel da grande mídia no País. Somente assim poderemos compreender a representação social, um conceito importante da psicologia social, que envolve a construção de ideias e de conceitos na mente das pessoas, com base nas mensagens que recebem. A juíza Odete Dias Almeida, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, atuou como coordenadora da Mesa.





Socialização de Boas Práticas: III Webinário Adoção Amor sem Idade impulsiona melhorias nos processos da infância e juventude

A Esmat em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça realizaram, em 16 de maio, o III Webinário Adoção Amor sem Idade, com o tema "A socialização de boas práticas nos processos da infância e juventude". O Evento, realizado na modalidade de Ensino à Distância (EaD), teve como objetivo adotar medidas e procedimentos necessários para promover a celeridade processual nos casos de adoção, destituição e acolhimento de crianças e de adolescentes, visando à socialização de boas práticas nessa área. A abertura do Webinário foi conduzida pela desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral de justiça, que ressaltou a importância de estimular magistrados(as) e servidores(as) na busca pelo aprimoramento e aperfeiçoamento de boas práticas, com o intuito de reduzir ao máximo o tempo que as crianças passam em casas de acolhimento.

“Esse tema é muito sensível, e o que o Poder Judiciário quer é proporcionar aos(às) menores, desprotegidos(as) social e afetivamente, uma perspectiva de segurança jurídica e de cidadania, e a efetiva demonstração do amor ao próximo”, falou.

A programação do Webinário contou com a participação de palestrantes e debatedores especializados na área da Infância e Juventude. Dentre eles estavam o doutor Adriano Gomes de Melo Oliveira, juiz da Infância e Juventude de Palmas e coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude de Palmas (CIJ); o doutor Sidney Fiori Júnior, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância.

Durante o Webinário, o juiz Adriano enfatizou a importância do debate sobre as boas práticas vivenciadas diariamente no Judiciário Tocantinense, tanto na área protetiva como nos processos relacionados a práticas infracionais. Ele ressaltou que as medidas socioeducativas não devem ser encaradas apenas como punição, mas também como instrumentos de proteção para os(as) adolescentes vítimas de abandono, preconceito e vulnerabilidade social.





PROJETO CORREGEDORIA NAS UNIVERSIDADES

Aproximação Acadêmica: Esmat e Corregedoria-Geral da Justiça dialogam com futuros profissionais do Direito

Levar a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) para dentro das universidades, este é o mote de um projeto iniciado, em 15 de maio, pela CGJUS em parceria com a Esmat. Visando à aproximação do Judiciário com a população, palestras e bate-papos foram realizados no ambiente acadêmico para ampliar o diálogo e promover a troca de conhecimentos a respeito da atuação da CGJUS. O projeto faz parte do Plano de Gestão 2023-2025 e foi desenvolvido com o objetivo de informar, orientar e compartilhar informações relevantes sobre o trabalho da Corregedoria com acadêmicos do curso de Direito, fortalecendo a relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

A primeira edição da Corregedoria nas Universidades foi realizada com estudantes de Direito da Universidade Luterana do Brasil (CEULP-ULBRA), em Palmas. Cerca de 90 acadêmicos(as) participaram do momento de conversa com o Judiciário. Para o professor Sinvaldo Neves, que representou a Coordenação do Curso de Direito no Evento, a iniciativa de o Judiciário ir até as universidades reforça a abertura ao diálogo e contribui para aproximar a Justiça do(a) cidadão(ã).

A primeira palestra do projeto foi sobre “O Poder Judiciário e a Regularização Fundiária no Tocantins”. O tema foi abordado pelo juiz Wellington Magalhães, coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária do Tocantins (NUPREF), que destacou as ações do Poder Judiciário voltadas ao(à) cidadão(ã) e explicou aos(às) estudantes os objetivos da iniciativa. “O programa de regularização fundiária é um instrumento de transformação que promove a inclusão social e econômica. É um mecanismo coletivo de pacificação social que valoriza os imóveis e proporciona poder econômico ao(à) cidadão(ã). Nesse sentido, destaco a importância do envolvimento de todos os atores públicos no processo”, disse. No dia 16 de maio, em mais uma edição do projeto no Ceulp-Ulbra, o assunto em debate teve como foco “Serviços Notariais e de Registro – Aspectos gerais” –, com o juiz auxiliar da CGJUS, Esmar Custódio Vêncio Filho.



Workshop Mapeamento de Competências e Dimensionamento da Força de Trabalho Turmas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII

Em 2023, foram realizadas oito turmas do *Workshop* Mapeamento de Competências e Dimensionamento da Força de Trabalho para servidores(as) e magistrados(os) do Poder Judiciário Tocantinense. A ação visou identificar e mapear as competências específicas de cada unidade administrativa e judicial do Poder Judiciário Tocantinense, no primeiro e segundo graus, propiciando a consecução do Projeto Gestão de Pessoas por Competências. As turmas ficaram programadas para os dias 18 e 19 de maio (Turma I), 22 e 23 de maio (Turma II), 1º e 2 de junho (Turma III), 5 e 6 de junho (Turma IV), 15 e 16 de junho (Turma V), 19 e 20 de junho (Turma VI), 22 e 23 de junho (Turma VII) e 26 e 27 de junho (Turma VIII).



Workshop Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: como conciliar estes propósitos? Turmas I, II, III e IV

Magistrados(as) e servidores(as) efetivos(as), comissionados(as), cedidos(as) e voluntários(as) do Poder Judiciário Tocantinense das comarcas de Paraíso do Tocantins e Dianópolis tiveram a oportunidade de participar do *Workshop* “Saúde Ocupacional, Qualidade de Vida e Inteligência Emocional: Como conciliar estes propósitos?”. Realizado pela Esmat, foram desenvolvidas duas turmas em cada cidade, a fim de proporcionar aos(às) beneficiários(as), mais habilidades comportamentais que lhes oportunizem a prevenção de doenças, a melhoria em seu ambiente de trabalho e nas relações laborais, potencializando sua satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho. Em Dianópolis, o *Workshop* (Turmas I e II) ocorreu nos dias 23 a 25 de maio, e 29 a 31 de maio com a facilitadora Evanuzia Luzia de Oliveira. Já em Paraíso, as Turmas III e IV foram realizadas nos dias 16 a 18 de outubro, e 19 a 23 de outubro, respectivamente.

Estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participam de roda de conversa sobre prevenção do assédio e combate à discriminação no trabalho

No dia 7 de junho, ocorreu uma roda de conversa com o tema "A prevenção do assédio e o combate à discriminação no trabalho". O Evento contou com a presença da psicóloga Thaís Moura Monteiro como palestrante. Com o objetivo de proporcionar uma reflexão profunda sobre as relações e os processos de trabalho vivenciados pelos(as) estagiários(as), a roda de conversa teve como foco a promoção de relações saudáveis, confiáveis e dignas no campo institucional do Poder Judiciário Tocantinense. A ação foi direcionada exclusivamente aos(as) estagiários(as) deste Poder, visando oferecer-lhes ferramentas e conhecimentos para lidar com situações de assédio e discriminação no ambiente de trabalho.

A carga horária total da roda de conversa foi de 4 horas, proporcionando um espaço amplo para a troca de experiências, discussões e aprendizado. Realizado de forma presencial, o Evento ocorreu na Esmat, onde os(as) estagiários(as) tiveram a oportunidade de se expressar e compartilhar suas opiniões e vivências relacionadas ao tema em questão.



Workshop A participação Social Enquanto Requisito para a Manutenção da Saúde – 2023 **Turmas I, II, III e IV**

Visando proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propicie a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho, a Esmat desenvolveu quatro turmas do *Workshop A participação Social Enquanto Requisito para a Manutenção da Saúde*. Sendo que duas foram realizadas na comarca de Paraíso e duas na comarca de Dianópolis. Voltada para magistrados(as) e servidores(as) efetivos(as), comissionados(as), cedidos(as) e voluntários(as) do Poder Judiciário Tocantinense, cada atividade foi realizada em um dia diferente. Para a turma I, a facilitadora Adriana Magna ministrou o *Workshop* no dia 26 de maio; para a Turma II, no dia 1º de junho; para a Turma III, no dia 8 de novembro; e a turma IV, no dia 9 de novembro.

Magistrados(as) participam de Maratona de Inovação e propõem projetos voltados à sustentabilidade

Um momento de criatividade, de escuta e novas ideias. Foi assim a 1ª Maratona de Inovação do Inovassol – Centro de Inovação do Poder Judiciário do Tocantins, ministrada pelo facilitador em inovação, André Tamura, do WeGov, no dia 26 de junho, na Esmat. O evento contou com a presença da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e presidente do Comitê Gestor de Inovação, a desembargadora Ângela Prudente. A 1ª Maratona de Inovação do Inovassol foi realizada dentro do Junho Ambiental e teve como foco buscar soluções criativas para os desafios relacionados ao consumo de água, energia, papel/impressão, copo e telefonia no Poder Judiciário do Tocantins, atendendo assim ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

Maratona

O Inovassol - Centro de Inovação do Poder Judiciário do Tocantins foi criado pela Resolução nº 9, de 18 de maio de 2023. A 1ª Maratona foi realizada baseada no conceito de *design thinking* - centrado no ser humano, altamente colaborativo, experimental, otimista e visual. Durante a maratona, os(as) magistrados(as) foram divididos(as) em quatro grupos e cada um criou uma “persona” – um personagem voltado para cada solução-problema (energia, água, copo e papel). Depois, cada equipe apresentou estratégias, ações para resolver as demandas.





1º ENCONTRO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL do Poder Judiciário Tocantinense

“Desembargadoras destacam o papel dos(as) magistrados(as) na construção de um futuro sustentável: a política de sustentabilidade veio para ficar e não há espaços para retrocessos”

A Coordenadoria de Gestão Socioambiental e de Responsabilidade Social (COGERSA) realizou, no dia 26 de junho, no auditório da Esmat, o I Encontro de Gestão Socioambiental para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário. O Evento contou com a presença da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, e da desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e presidente da Comissão do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Compromisso com a sustentabilidade

Durante o Encontro, a desembargadora Ângela Prudente ressaltou a importância do Evento como um marco significativo para reconhecer o papel dos(as) magistrados(as) no futuro sustentável da sociedade. Ela enfatizou que a política de sustentabilidade veio para ficar e não há espaço para retrocessos, e destacou a necessidade do engajamento dos(as) magistrados (as) e servidores(as) para o sucesso das ações sustentáveis.





A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, por sua vez, comentou que o Encontro proporcionará uma grande oportunidade para debater sobre o assunto, conhecer boas práticas e aprofundar o entendimento sobre a implementação do Plano de Logística Sustentável nas comarcas. Ela ressaltou o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, em colaboração com a presidente desembargadora Etelvina, na busca por iniciativas que promovam a sustentabilidade em todas as ações.

Oficinas

Durante a manhã, a coordenadora da Cogersa, Leila Jardim, ministrou a oficina "Plano de Logística Sustentável na prática das Comarcas". A magistrada Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi apresentou a palestra sobre "Gestão Compartilhada do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)". Na mesma sessão, o magistrado Ariostenis Guimarães Vieira ministrou a oficina com o tema "Bens Apreendidos".



No período da tarde, a facilitadora Francielle Nogueira Braga discorreu sobre o "Sistema de Gestão Socioambiental (SIGA) e Painéis de BI do PLS". Encerrando o Encontro, as facilitadoras Patrícia Urcino Idehara e Welica Rodrigues Lemes Barros conduziram a oficina "Projetos Socioambientais e Indicadores e Metas socioambientais".

Hospital de Amor

Também, na programação, foram entregues 314 quilos de materiais recicláveis, sendo 83 quilos de lacres de bebidas e 231 quilos de tampinhas de garrafas PET, que serão comercializados pelo Hospital do Amor em Palmas, cuja renda será revertida aos pacientes. Os produtos recicláveis foram coletados pelas comarcas judiciais, sedes administrativas, Esmat e Tribunal de Justiça do Tocantins, entre os meses de janeiro a junho de 2023.

III SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL



“III Seminário de Gestão Socioambiental destaca a colaboração interdisciplinar na efetivação da Justiça Climática”.

“A Justiça Socioambiental não diz respeito apenas ao cuidado com a natureza, mas também para com a sociedade e as pessoas”. Ressaltando a conscientização e a importância de se pensar no papel de cada um para preservar o meio ambiente, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), abriu, em 22 de junho, o III Seminário de Gestão Socioambiental: Mudanças Climáticas e Efetivação da Justiça Socioambiental.

Reunindo especialistas, a terceira edição foi realizada pelo Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (COGERSA), Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e ocorreu nos dias 22 e 23 de junho com debates transformadores e de conscientização sobre os desafios ambientais.



A desembargadora Ângela Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Judiciário Tocantinense, trouxe números divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre as consequências das alterações climáticas em todo o mundo, que não afetam apenas o meio ambiente, mas também a sociedade.

Em seu discurso, a presidente do PLS disse que é preciso olhar para os que são atingidos de maneira desproporcional com os impactos ambientais. “Quando falamos em Justiça Socioambiental, temos o compromisso de garantir que os efeitos negativos das mudanças climáticas não agravem ainda mais as desigualdades existentes em nossa sociedade”, observou, complementando que é preciso reconhecer que as populações mais vulneráveis, muitas vezes as menos responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa, são as que sofrem em maior escala com as consequências desses fenômenos.

Contexto histórico

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, fez uma retrospectiva histórica sobre o surgimento da temática Meio Ambiente como núcleo central de transformação da sociedade em que os homens possam ter uma vida melhor e mais saudável. Ele enfatizou sobre o surgimento de novas tecnologias, até mesmo para explorar outros planetas. Falou que o problema do Brasil são as ilicitudes.

“Penso que seminários como estes, bem engendrados e pensados envolvendo toda a sociedade, chamam a atenção para a responsabilidade socioambiental de todos nós. Que a partir do momento que nascemos e respiramos, estamos consumindo recursos naturais. No dia a dia do nosso trabalho, consumimos recursos naturais. A todo o momento, o que vamos fazer depende dos recursos naturais, mas é preciso usar com racionalidade.”



Palestras

Na primeira palestra, a juíza federal Rafaela Santos Martins da Rosa, coordenadora do Jusclima 2030 e atuante na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, abordou o tema "O papel do Poder Judiciário no enfrentamento da emergência climática".

A segunda palestra, ministrada pela advogada Patrícia Faga Iglecias, professora associada da USP e superintendente de Gestão Ambiental da Reitoria da USP, trouxe à discussão o tema "Litigância climática". A doutora Thaysi Castro Coelho Andrade, da Universidade do Tocantins (UNITINS), trouxe à tona a relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as mudanças climáticas. O engenheiro florestal Carlos Vicente, coordenador nacional da IRI Brasil (ONU) abordou a importância de uma nova forma de ser e estar no mundo, baseada no paradigma do cuidado.

A advogada Caroline Marques Leal Jorge Santos, pesquisadora do grupo de estudos aplicados ao meio ambiente da Universidade de São Paulo (GEAMA/USP), discorreu sobre as possíveis repercussões dos danos climáticos no Judiciário, sob a perspectiva da responsabilidade civil. O tema da última palestra foi "REDD+ Jurisdicional: oportunidades de negócio do Tocantins para uma estratégia de desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa: Tocantins competitivo e sustentável".



Paris/France



27 au 29
JUN
2023

SÉMINAIRE DE RECHERCHE BRÉSIL – FRANCE LA PROTECTION JURIDIQUE DE L'ENVIRONNEMENT

O Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizaram, nos dias 27 e 28 de junho, o Seminário de Pesquisa Brasil-França. O Evento, que ocorreu em Paris, contou com importantes conferências relacionadas à temática da "Proteção Jurídica do Meio Ambiente". A cerimônia de abertura contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, e da professora Pauline Le Monnier de Gouville, docente da Universidade Paris Panthéon-Assas.

Durante seu discurso, o desembargador Marco ressaltou a importância do intercâmbio de experiências e pesquisas científicas, bem como a abertura de novos horizontes para que os(as) alunos(as) do Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos (PPGPJDH) tenham acesso a conhecimentos relevantes e possam dialogar com os(as) professores(as) da Instituição, proporcionando mecanismos que melhorem a democracia e a qualidade de vida das pessoas, tanto no Tocantins quanto no contexto internacional.

Conferências

Na ocasião, o desembargador Marco também discorreu sobre a situação das populações tradicionais do Brasil, traçando um panorama sobre os povos indígenas e os aspectos do patrimônio material e imaterial que caracterizam essas comunidades.

Outro destaque do Evento foi a conferência ministrada pelo coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e professor da Universidade Federal do Tocantins, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira. Ele palestrou sobre a "Tutela Ambiental Organizacional e o Poder Judiciário do Estado do Tocantins".

Durante sua exposição, o coordenador contextualizou de forma didática a importância da temática, ressaltando a necessidade de uma abordagem conjunta para tratar de questões ambientais. Ele destacou que todos têm a obrigação de se preocupar com a tutela ambiental, seguindo o princípio de "agir localmente e pensar globalmente".

O Evento também contou com a participação do doutor e mestre em Direito, Tarsis Barreto Oliveira, que apresentou a palestra intitulada "A Sociedade de Risco e a Tipologia dos Crimes em Matéria de Criminalidade Ambiental". O Seminário de Pesquisa Brasil-França continua até amanhã (28/6), promovendo discussões enriquecedoras sobre a proteção jurídica do meio ambiente e fortalecendo o diálogo acadêmico entre os dois países.

No segundo dia, a desembargadora Ângela Issa Haonat, 1ª diretora adjunta da Esmat, versou sobre "O Papel do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na Desburocratização da Regularização Fundiária e do Meio Ambiente Urbano". Também na programação, a professora doutora Bleine Queiroz Caúla, professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ministrou a palestra "A (in)sustentabilidade energética do setor de carros elétricos e a logística reversa de baterias: uma análise da economia legal".

Com a temática "A Proteção Jurídica do Meio Ambiente", o Seminário foi realizado no formato híbrido, sendo presencialmente no Institut de Criminologie et de Droit Pénal de Paris (ICP) da Université Paris-Panthéon-Assas, em Paris, França, e com transmissão ao vivo pela Plataforma da Esmat.





Workshop de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio

Foi realizado nos dias 13 e 14 de junho, de forma presencial na Esmat, o *Workshop* de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio. A atividade visou capacitar os(as) funcionários(as) e gestores(as) do Poder Judiciário a prevenir, identificar e lidar adequadamente com casos de assédio no ambiente de trabalho. Roberto Heloani e Adriana Manta da Silva ficaram responsáveis por conduzir o *Workshop*.

Roberto é graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo, e em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Administração, pela Fundação Getúlio Vargas. Doutor em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutor em Comunicação, pela USP. Livre-Docente em Teoria das Organizações, pela Unicamp. Adriana é magistrada no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito, na Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Direito, pela Universidade Católica do Salvador, 2003. Coordenadora do Grupo de Estudos Contra Práticas Discriminatórias da Escola Judicial do TRT da 5ª Região.

Esmat realiza palestra "Adoecimento no ambiente de trabalho: é possível evitar?" – Turmas I e II

No dia 27 de junho, a Esmat promoveu a palestra "Adoecimento no ambiente de trabalho: é possível evitar?", na comarca de Dianópolis. E em 13 de novembro, em Paraíso do Tocantins. O objetivo principal do Evento foi proporcionar aos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário habilidades comportamentais que lhes permitam prevenir doenças, melhorar o ambiente de trabalho e fortalecer as relações laborais, aumentando sua satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade com o trabalho. A palestra, que teve duração de 3 horas, foi realizada de forma presencial para as duas turmas e ministrada pela facilitadora Evanuzia Luzia de Oliveira.



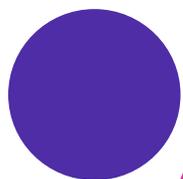
Palestra SAÚDE DO TRABALHADOR



As comarcas Porto Nacional e Colinas receberam, nos dias 31 de agosto e 15 de setembro, respectivamente, a palestra Saúde do Trabalhador, com foco em proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propicie a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho.

Promovida pela Esmat, as palestras foram ministradas em Porto pela psicóloga Thaís Moura Monteiro, e em Colinas pela psicóloga Almerinda Maria Skeff Cunha. Para cada turma, foram disponibilizadas 100 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.





SIMPÓSIO O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) foi palco, no dia 30 de junho, do Simpósio "O Direito e a Saúde: em foco a Judicialização da Saúde". O Evento, realizado pela Esmat, reuniu autoridades, especialistas e profissionais da área para discutir os desafios e buscar soluções relacionadas à judicialização da saúde no País. A abertura do Simpósio contou com a participação da desembargadora Angela Ribeiro Prudente, vice-presidente do TJTO, que destacou a importância do tema e a complexidade que envolve a garantia do direito fundamental social à saúde.



O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho (TJTO) também esteve presente na abertura do Evento. Em sua fala, enfatizou a importância de aproximar a medicina do Judiciário. No período da manhã foram realizadas três palestras.

O desembargador Renato Luís Dresch, vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), foi o palestrante da primeira sessão, intitulada "Tendências Técnicas e Jurídicas na Judicialização da Saúde". Sob a coordenação da desembargadora Angela Ribeiro Prudente, Dresch trouxe uma perspectiva esclarecedora para o público presente. A segunda palestra, intitulada "O paciente como foco do cuidado. Interfaces família/equipe multidisciplinar/operadora/judiciária", contou com a presença da médica psiquiatra Sabrina Christina, auditora e consultora em Psiquiatria. A Coordenação da Mesa ficou a cargo da doutora Elaine Cristina Ferreira, médica cardiologista e chefe do Centro de Saúde do TJTO.

A terceira palestra abordou o tema "Terapias especiais no contexto da saúde suplementar" e contou com a participação das palestrantes Manuely Ansia Dopazo, analista em Saúde, especialista em TEA, e Fernanda Guimarães, especialista em Saúde Suplementar. A Coordenação da Mesa foi realizada pela advogada Thaís de Paula e Silva, representante da Unimed de Palmas.

"O futuro é exatamente encontrar um ponto de equilíbrio, reconhecer que não é possível fornecer tudo que é judicializado". É o que prevê o juiz federal Clenio Jair Schulze, membro do Comitê de Saúde do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ministrou a palestra de encerramento do Simpósio o Direito e a Saúde: em foco a judicialização da saúde, com o tema "Futuro da Judicialização em Saúde".





Aberto oficialmente na tarde do dia 23 de agosto, o 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação discutiu durante a semana, em Palmas, as melhores práticas e estratégias para o desenvolvimento da justiça restaurativa nas escolas, com uma abordagem inovadora. A solenidade de abertura contou com a presença de diversas autoridades, magistrados(as) e educadores(as). Ao abrir o Evento, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, presidente do TJTO, exaltou os inúmeros benefícios da aplicação da justiça restaurativa nas escolas, como a criação de um espaço de escuta compartilhada, diálogo e aprendizagem. “Esse é um investimento na formação de cidadãos conscientes e éticos, na construção de uma cultura de respeito, empatia e colaboração”.

“A base fundamental da Justiça Restaurativa é o relacionamento”, disse a educadora e Ph.D. em Psicologia Educacional, Katherine Evans, durante a palestra de abertura “A potência da Justiça Restaurativa na Educação”. A educadora ressaltou que a Justiça Restaurativa (JR) traz a “crença de que todos os seres humanos têm valor e papel na sociedade”, e a partir disso, é possível fazer a transformação. A palestra foi mediada pelo ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); por Kátia Herminia Martins Lazarano Roncada, juíza federal em São Paulo e membro do Comitê Gestor de JR do CNJ; e por Rosa Maria Gazire Rossi, juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins.

Pitches

O destaque da manhã do dia 24 de agosto, do segundo dia do Encontro, foi para os "Pitches de Boas Práticas", no caso da Justiça Restaurativa, os exemplos de sucesso de implementação de atividades já desenvolvidas na educação.

A juíza Bianca Prediger iniciou as apresentações ao falar sobre as "Missões de Paz: Justiça Restaurativa na comarca de Santo Ângelo", no estado do Rio Grande do Sul. A juíza Luciana Costa Aglantzakis apresentou sua experiência na comarca de Pedro Afonso e Itacajá, onde abordou o tema "Educação Financeira e a Justiça Restaurativa aos Indígenas da Comunidade Krahô". Por sua vez, a juíza Maria Lúcia Prati usou seus minutos para expor o "Programa de Práticas Restaurativas na Escola: Eu e você na Construção da Paz no TJMT".

O juiz Pedro Begatti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, abordou sobre o "Programa Escola que Restaura". Ele enfatizou que o foco do programa é uma realização de círculos de paz para alunos(as) do 6º ao 9º ano das escolas públicas e particulares da comarca. O juiz Marcus Vinícius Mendes focou nos impactos das "Rodas de Conversa e Resolução de Conflitos" na implementação da Justiça Restaurativa nas escolas. Ele reforçou as mudanças positivas ocorridas após a realização dessas atividades.

Outra apresentação marcante veio da juíza Vanessa Cavaliere, do Rio de Janeiro, que apresentou o Protocolo "Eu te Vejo", destinado à prevenção da violência escolar. Ela explicou que o protocolo visa evitar que os(as) estudantes se sintam invisíveis até o ponto em que recorram à violência. Por fim, a psicóloga Valquíria Redua da Silva também trouxe contribuições aos pitches ao apresentar as ações de "Justiça Restaurativa realizadas nas Escolas Estaduais pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul".

Palestras

A primeira palestra, do segundo dia de atividades, foi ministrada pelo desembargador Leoberto Narciso Brancher, do TJRS e membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça, foram abordados os aspectos das "Possibilidades e Desafios da Justiça Restaurativa nas Escolas".



Em seguida, o juiz de direito Egberto de Almeida Penido, do TJSP e membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça, falou sobre o processo de discussão e implementação da Justiça Restaurativa no Brasil.

Painéis

A relevância dos relacionamentos e de uma rede comunitária para a construção de uma cultura de paz também foi ressaltada pelo juiz Marcelo Naleso Salmaso, do Tribunal de Justiça de São Paulo e membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a palestra “A importância do Trabalho em Rede”. A Proposta do CNJ para a Justiça Restaurativa na Educação foi o tema da palestra da juíza federal e membro do Comitê Gestor de JR do CNJ, Katia Herminia Martins Lazarano Roncada, que explicou que o projeto foi pensado a partir da Resolução nº 458 que normatizou o que já era uma realidade e incentivou a expansão das ações da Justiça Restaurativa no contexto do ambiente escolar. O I Painel teve como coordenadoras de Mesa a desembargadora Angela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, e a professora doutora Christiane de Holanda Camilo, da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

O II Painel foi coordenado por Eder Martins Fernandes, secretário executivo da Secretaria da Educação do Tocantins, e contou com a participação de Tainá Nunes Quixabeira, facilitadora e instrutora de Círculos de Construção de Paz no Tribunal de Justiça do Tocantins. O painel contou com a participação da juíza auxiliar da Presidência, Rosa Maria Gazire, que ministrou o tema “A experiência do Tocantins – Sensibilização para a Justiça Restaurativa”. Durante sua fala a magistrada destacou que após a experiência com os(as) alunos(as) do 9º ano de duas escolas públicas dos municípios de Guaraí e Tabocão, o Projeto EducaJus – De papo com a Justiça –, do Poder Judiciário Tocantinense, será levado a outras instituições públicas de ensino do Estado. Na sequência a pedagoga e doutora em Educação, Telma Vinha, ministrou o tema “Violência extrema e possibilidades de uma abordagem transformativa nas escolas”. Durante sua fala sobre ataques violentos a escolas, a palestrante destacou que “Ao contrário do que se pensa, pode acontecer em qualquer escola”.

“Criar e fortalecer vínculos entre alunos e comunidade escolar é essencial para sucesso da Justiça Restaurativa na Educação reforça palestrantes”. A solução foi apontada pela juíza Flávia Pinheiro Brandão Oliveira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), durante apresentação do projeto-piloto desenvolvido em uma escola pública de Planaltina (DF). Já a educadora Eboni Rucker, membro do Chicago City Wide Restorative Justice Committee, ministrou sobre o tema “Transformando Conflitos em Oportunidades de Crescimento”. Eboni apresentou o projeto implementado em uma escola de Chicago com 1.908 alunos(as), onde foi instalada a Reset Room Supplies (Sala Restaurativa) e observada a redução de 89% nos casos de suspensão de alunos(as) após sua abordagem, que consiste em escuta individual e coletiva, por meio de círculo, para avaliar e compreender as emoções. O III e último painel foi coordenado defensora pública Carolina Silva Ungarelli, conselheira suplente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (CSDP).





Salas Temáticas

A manhã do dia 25 de agosto foi marcada pela realização das salas temáticas, realizadas na sede da Esmat. Por meio dos círculos de conversa, os(as) participantes tiveram a oportunidade de compartilhar saberes, refletir sobre a amplitude e a profundidade da Justiça Restaurativa no âmbito educacional. Durante as atividades foram debatidas as temáticas: “A (Potencial) Promessa de Justiça Restaurativa na Educação”. “Transformando Conflitos em Oportunidades de Crescimento”; “Integrando os Círculos de Construção de Paz à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”; “Justiça Restaurativa e Pedagogia da Autonomia: onde as práticas restaurativas e educativas se encontram?”; “A Importância da voluntariedade para Implementação de Projetos de Justiça Restaurativa na Educação”; “Justiça Restaurativa na Prevenção da Evasão Escolar”; “Plantando Sementes de Justiça: Abordagem Restaurativa na Educação Infantil”; “Unindo Vozes e Pertencimentos: Transformando Conflitos Raciais nas Instituições de Ensino”.

Palestras

Coordenadas pela juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Julianne Marques, “Prisão e Evasão Escolar: a necessidade de novos modelos de justiça para a juventude brasileira” e “O Duto Escola – Prisão na Experiência Norte Americana” – foram as duas palestras que abriram a tarde do terceiro e último do Encontro. As palestras foram ministradas pelo defensor público do Estado do Paraná, André Ribeiro Giamberardino, e João Salm, professor associado de Justiça Criminal na Governors State University em Chicago respectivamente.

Em seguida o palestrante André Ribeiro Giamberardino, defensor público do Estado do Paraná, ministrou o tema “Prisão e Evasão Escolar: a necessidade de novos modelos de justiça para a juventude brasileira”, reforçando que todas as relações e interações do encarcerado são afetadas com esse modelo do sistema de justiça. Na sequência o professor doutor João Salm ministrou o tema “O Duto Escola – Prisão na Experiência Norte Americana”, e destacou que “no mundo ideal, a justiça restaurativa é um conjunto de princípios e práticas; ela não é uma justiça legal e sim relacional”.

O Evento reuniu, durante três dias, mais de 600 participantes de todo o País e contou com a participação de palestrantes renomados(as) nacional e internacionalmente. O Evento também contou a presença dos membros do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ: juízes Alexandre Karazawa Takashima (TJSC); Amini Haddad (TJMT); Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa (TJDFT); Fábio Francisco Esteves (TJDFT); Haroldo Luiz Rigo da Silva (TJPE); Josineide Gadelha Pamplona Medeiros (TJPA); e Roberto Portugal Bacelar (TJPR).





GARTNER MEETING

ON TOCANTINS – BRAZIL

AI GENRATIVE & CYBERSECURITY
FOR PUBLIC SECTOR 2023

Evento abre diálogo sobre possibilidades e uso de IA Generativa no Setor Público

Um marco na integração entre o desenvolvimento tecnológico e o setor público foi alcançado no dia 16 de agosto, com a realização do "Gartner Meeting on Tocantins Brazil AI Genrative & CyberSecurity for Public Sector 2023", um Evento articulado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e que reuniu servidores(as), magistrados(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Poder Judiciário. Realizado no auditório do TJTO, o Encontro buscou aprofundar o entendimento de como a tecnologia pode ser empregada em benefício do(a) cidadão(ã), aprofundando-se em *Generative AI* (IA Generativa) e Cibersegurança.

Segurança Cibernética e o complexo desafio de inovar nos serviços prestados ao(à) Cidadão(ã)

A primeira palestra, ministrada por Vitor Mori, especialista em Relacionamentos Gartner, trouxe à tona a importância da cibersegurança no contexto do setor público. Com ênfase, Mori destacou o dinamismo das ameaças virtuais, que se renovam de forma constante ao adotarem novas abordagens.



O Poder da IA Generativa

Com o palco ocupado por Ricardo Machado, sócio executivo do Gartner, a segunda palestra enfatizou o poder das IAs Generativas, com foco nas suas possibilidades transformadoras e seu uso no setor público. Machado esclareceu alguns aspectos das dimensões que regem uma inteligência artificial – como os *ChatBots* e o *Chat GPT*.

Transformação Digital e Novas Oportunidades no Governo

Encerrando o Evento, os palestrantes se reuniram para debater sobre a “Transformação Digital e Novas Oportunidades no Governo”. Gilberto Barata, diretor regional do Gartner Brasil, moderador do painel, fez apontamentos sobre as complexidades das transformações tecnológicas em andamento e provocou uma reflexão sobre a forma como cada um de nós se insere nesse novo panorama que está em constante evolução.

Presenças

O Encontro contou com a presença da desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO; Alírio Félix, presidente da Agência de Tecnologia da Informação (ATI), na ocasião representando o governador do Estado; o juiz auxiliar da Presidência, Roniclay Alves de Moraes; a diretora geral do TJTO, Ana Carina Mendes Souto; a diretora de Tecnologia da Informação (DETINF), Alice Setubal; o presidente do Detran, William Gonzaga; e os diretores Gizelson Monteiro (Financeiro); Ronilson Pereira (Administrativo); Sidney (Controle Interno); e o coordenador da Coges, Ornato Benigno Brito.



Semana Nacional de Regularização Fundiária

SOLO SEGURO

Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana Nacional de Regularização Fundiária

A Esmat realizou, em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, atividades voltadas para o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana Nacional de Regularização Fundiária nas Universidades do Tocantins. Nos dias 21 e 25 de agosto, o auditório da Universidade Estadual do Tocantins – Campus Graciosa – recebeu o juiz Wellington Magalhães para uma palestra sobre a temática. Já no dia 31 de agosto, foi a vez de os(as) alunos(as) e servidores(as) da Faculdade de Guaraí participarem da atividade. A ação visou proporcionar a aproximação do Poder Judiciário à esfera universitária por meio da Corregedoria-Geral da Justiça.

O Projeto apresentou uma programação composta por Ciclos de Palestras que se originou da reunião dos(as) gestores(as) da Meta 2E e definiram pela realização de ações educacionais, com assuntos diversos relacionados com as atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins.





Seminário de Política Criminal e Penitenciária fomenta discussões sobre atual conjuntura do sistema carcerário brasileiro

O Seminário de Política Criminal e Penitenciária, realizado em 28 de agosto, no auditório da Esmat, aprofundou discussões sobre questões cruciais no âmbito da justiça criminal e penitenciária, promovendo reflexões construtivas em busca de soluções. A abertura do Evento contou com a presença do juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Fábio Costa Gonzaga; do superintendente do Sistema Prisional do Tocantins, Rogério Gomes Miranda; e da defensora pública Tessia Gomes Carneiro, representante da Defensoria Pública do Tocantins. Além disso, o professor doutor Tarsis Barreto Oliveira, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), participou como debatedor, enriquecendo ainda mais os debates.

O palestrante doutor Pery Francisco Assis Shikida, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), trouxe aspectos bastante instigantes à discussão. Pery abordou a teoria econômica do crime, analisando a prática criminosa sob uma perspectiva econômica. Além disso, apresentou resultados de pesquisas sobre os motivos por trás da prática criminosa.



SEMINÁRIO A REPERCUSSÃO DO ESTÁGIO NA CARREIRA PROFISSIONAL

**AUTOCONHECIMENTO E AUTODESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS
PARA O CRESCIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL**

Em comemoração do Dia do Estagiário, celebrado em 18 de agosto, os(as) estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), do Seminário “A Repercussão do Estágio na Carreira Profissional”. A ação teve como tema o Autoconhecimento e o Autodesenvolvimento como fundamentos para o crescimento na carreira profissional. O Evento teve como objetivo propiciar aos(às) estagiários(as) uma reflexão acerca das relações e dos processos de trabalho em que estão inseridos(as) e a promoção dessas relações de maneira saudável, confiável e digna no campo institucional do Poder Judiciário Tocantinense.

Para a estagiária Tábita Rafaela, da Corregedoria do TJTO, o evento foi extremamente significativo para o desenvolvimento profissional "Estou muito contente por receber esse reconhecimento por parte do Judiciário e por termos um dia dedicado a nós. As palestras apresentadas tiveram uma importância imensa para a nossa trajetória, porque forneceram ensinamentos muito valiosos para nós estagiários", destacou.

Com enfoque em dois temas, as palestrantes Karen Batista Sousa e Lilian Gama da Silva Póvoa abordaram conteúdos ligados à Inteligência Emocional, aos desafios e às tendências para inserção profissional e humanização do estágio e às etapas do estágio para o sucesso profissional.





Workshop

SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS
TPU – 2023

**Turmas
I, II, III, IV E V**

Promovido pela Esmat, o Workshop sobre Tabelas Processuais Unificadas (TPU) contou com uma carga horária total de 3 horas e ocorreu de forma online para cinco turmas. As atividades foram conduzidas pela facilitadora Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak. A ação visou não somente disseminar o conhecimento sobre as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no contexto do Processo Eletrônico, mas também conscientizar os(as) usuários(as) do Sistema Eproc sobre o símbolo da correta utilização e registro dessas tabelas, bem como capacitar os(as) inscritos(as) quanto aos "movimentos", a serem registrados nos andamentos processuais, demonstrando seus reflexos diretos nos sistemas estatísticos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Cada turma contou com um público-alvo específico, sendo: Turma I – 14 de agosto para advogados(as) registrados(as) na Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Tocantins; Turma II – 15 de agosto para membros e servidores(as) do Ministério Público do Estado do Tocantins; Turma III – 16 de agosto para servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Tocantins; Turma IV – 17 de agosto para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense; e Turma V – 18 de agosto para membros e servidores(as) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participam de *Webinário* sobre Gestão de Unidades Judiciárias

Promovido pela Esmat, no dia 30 de agosto, o *Webinário* sobre Gestão de Unidades Judiciárias, foi realizado de forma remota, e visou fornecer informações e orientações sobre as melhores práticas de gestão de unidades judiciais, auxiliando os(as) gestores(as) judiciais na melhoria da eficiência e da eficácia da gestão das unidades sob sua responsabilidade. O evento teve como público alvo magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, e ao final certificou 232 participantes.

Ministrado pela facilitadora Darllanne Tacho, o Evento contou com uma carga horária de 3 horas tendo como objetivo contribuir com a organização e a padronização das informações de maneira eficiente, moderna e transparente. Darllanne é mestra em Modelagem Computacional, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Graduada em Neuro Law – Neurociência Aplicada ao Direito e Comportamento Humano –, pela Esmafe. MBA, em *Data Science*, pela Anhanguera. Graduada em Estatística, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é assessora técnica de Estatística no Poder Judiciário Tocantinense.

"SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE"

O auditório da Esmat foi palco, em 4 de agosto, da XVIII Edição do Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa Diálogo ACI – Diálogo Ambiental Constitucional Internacional. Por meio de diálogos enriquecedores, o Evento trouxe discussões jurídicas relacionadas ao meio ambiente e à simplificação administrativa. A abertura do Seminário contou com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, que destacou a importância do Grupo de Pesquisa e a relevância das temáticas abordadas.

A desembargadora Angela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, também fez parte da cerimônia de abertura. Em sua fala, enfatizou a importância de debater temas diversificados e promover o diálogo entre pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as). Ainda durante a abertura, a professora doutora Bleine Queiroz Caúla, idealizadora e coordenadora do Seminário, agradeceu a oportunidade de participar do Evento e destacou o apoio da Capes à iniciativa. A professora reforçou a relevância do Seminário como um dos meios para o fortalecimento da cultura de proteção ambiental.

Homenagens

O desembargador Marco realizou a outorga do Medalhão ESMAT ao senhor Luciano Vieira de Araújo, em reconhecimento à sua contribuição para a construção do conhecimento, incentivo às boas práticas e dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica e à melhoria da prestação jurisdicional. Além disso, foram concedidas a Medalha de Mérito Acadêmico "Dr. Feliciano Machado Braga" para Ana Carla Bliacheriene pelos serviços prestados no estudo e aplicação prática de conhecimentos em democracia e instituições: "smart citie, smart citizen e smart management"; para Bleine Queiroz Caúla pela idealização e coordenação do Seminário Internacional "Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional"; e para a desembargadora Angela Issa Haonat pelos relevantes serviços prestados à Esmat e ao Poder Judiciário do Estado, e por sua contribuição para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e dos direitos humanos.



Painel 1 – Ambiental

O primeiro painel abordou temas cruciais relacionados à Tecnologia, Meio Ambiente E Políticas Públicas. A palestrante Ana Carla Bliacheriene, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), focou na importância das tecnologias emergentes, especialmente a IA Generativa, no contexto de um governo que busca ser mais atento ao meio ambiente.

Paula Santos Vieira, mestranda em Relações Internacionais, pela Universidade Federal do ABC (UFABC), trouxe uma abordagem importante sobre o impacto do clima nas migrações por refúgio. Já a palestra da pesquisadora Bleine Queiroz Caúla, pedagoga e advogada da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), apresentou, por meio de uma análise jurídica da economia, reflexões importantes sobre a (in)sustentabilidade energética da indústria de carros elétricos e a necessidade de uma logística reversa adequada para o descarte responsável das baterias.

Painel 2 – Constitucional

O segundo painel do Seminário evidenciou questões constitucionais e tecnológicas, os(as) palestrantes trouxeram pensamentos sobre sustentabilidade econômica, o poder algorítmico, influência dos influenciadores digitais no mundo jurídico e a tutela do direito da inteligência artificial. A mediação ficou por conta da professora Dayane Nayara Silva Colaço, da Uninassau.

O painel “Sustentabilidade econômica e financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos” foi apresentado pelo doutor Aurélio Picanço, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Rodrigo Martiniano, procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pontuou sobre o poder dos algoritmos e os riscos potenciais na integridade da democracia.

Dayse Braga Martins, pesquisadora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), trouxe um debate interessante sobre o papel dos(as) influenciadores(as) digitais no cenário jurídico. A palestrante discutiu os limites e as possibilidades de atuação dos(as) integrantes do Direito na disseminação do conhecimento jurídico e enfatizou a importância de se considerarem questões éticas e profissionais nesse contexto digital.

Hian Colaço, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, encerrou o painel com uma abordagem sobre a tutela do direito da inteligência artificial enquanto um direito difuso e os instrumentos de proteção necessários para garantir sua aplicação ética e responsável.

Painel 3 – Ambiental, Constitucional, Internacional

Mediado por Valter Moura, o último painel contou com a participação de especialistas, que abordaram questões sobre sustentabilidade, incentivos fiscais e atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na construção da educação jurídica brasileira. A primeira palestra do painel foi apresentada por Dayane Nayara Silva Colaço, da Uninassau, que discutiu sobre o conceito de ESG e os incentivos fiscais como práticas sustentáveis na indústria da moda. A advogada Kellen Pedreira trouxe para o debate o tema do ICMS Ecológico Brasileiro e fez um estudo comparativo com as transferências fiscais ecológicas entre Brasil e Portugal, com foco especial no estado do Tocantins.

A última palestra do painel e do Evento foi ministrada por Ana Paula Araújo de Holanda, conselheira federal da OAB e pesquisadora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A palestrante dialogou sobre o papel da OAB na construção da educação jurídica brasileira e os desafios para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), da ONU.





VIII SEMANA + DA SAÚDE

DO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS

A Semana da Saúde é um Evento tradicional do Poder Judiciário. Toda a programação é promovida pelo Centro de Saúde, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), Assessoria Militar (ASMIL), Centro de Comunicação Social (CECOM) e Diretoria Administrativa.

PALESTRA

MINDSET EM BUSCA DA FELICIDADE

“É impossível se falar em inovação quando há pessoas estressadas emocionalmente”, diz pós-doutora em neurociência

A Semana da Saúde é um Evento tradicional do Poder Judiciário. Toda a programação é promovida pelo Centro de Saúde, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), Assessoria Militar (ASMIL), Centro de Comunicação Social (CECOM) e Diretoria Administrativa.

“Eu queria deixar uma mensagem, porque assim que a gente começa a falar sobre isso, parece que estamos falando de coisas impossíveis, mas não são impossíveis, e sim a nossa percepção do impossível”, provocou Solange Mata Machado durante a palestra “*Mindset* em busca da felicidade”, no dia 28 de setembro, na abertura oficial da ação, feita pela diretora geral do TJTO, Ana Carina Mendes Souto.

Pós-Doutora em neurociência aplicada aos processos de inovação, Solange afirmou ser impossível falar em inovação quando as pessoas estão emocionalmente estressadas. “Cuidar do nosso equilíbrio mental, cognitivo, emocional é um respeito que temos de ter com o outro, porque eu estou passando essa informação o tempo todo para todo mundo”, explicou.



PALESTRA

O MUNDO OCULTO DAS FERIDAS EMOCIONAIS E AS DOENÇAS FÍSICAS

“O Mundo Oculto das Feridas Emocionais e as Doenças Físicas” aborda o impacto dos traumas na saúde

Com o tema “O Mundo Oculto das Feridas Emocionais e as Doenças Físicas”, a segunda palestra foi realizada no dia 29 de setembro e ministrada pelo antropólogo pós-graduado em Gendai Reiki Ho, Júlio Nascimento, e pela administradora pós-graduada em Gendai Reiki Ho, Ana Paula Barnabé. Os palestrantes abordaram a prática do Gendai Reiki Ho, uma alternativa ou complemento de terapias medicinais e psicológicas, que tem virado uma filosofia de vida para se viver saudável e feliz.

Cuidado com o colaborador

Ao serem questionados sobre a importância do Evento para os(as) servidores(as) do Judiciário tocantinense, os palestrantes afirmaram: “É de extrema importância estarmos participando desse tipo de Evento, falando de saúde aqui no Tribunal e a importância da saúde sistêmica. Perceber que o Tribunal tem esse olhar de cuidado com o(a) seu(sua) servidor(a), é muito interessante. Outro ponto importante a ser mencionado, é que os(as) participantes tiveram acesso à informação para buscar o autoconhecimento, o autocuidado, a saúde integral. Fomentar isso para o(a) colaborador(as) faz com que você tenha colaboradores(as) mais produtivos(as), mais felizes, que entregam e ajudam mais pessoas, mesmo no mundo do trabalho, do mundo profissional”.



PROTEÇÃO DE DADOS NO Âmbito do Poder Judiciário E SISTEMAS DE JUSTIÇA



“A LGPD traz luz em tempos sombrios, pois ela tem uma relação intrínseca com os direitos humanos ao garantir a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos em relação ao tratamento de seus dados pessoais”, destacou a desembargadora Angela Issa Haonat, primeira diretora adjunta da Esmat, durante a abertura da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na manhã do dia 27 de setembro, no auditório do Tribunal de Justiça (TJTO), em Palmas.

Também prestigiaram a abertura da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o juiz auxiliar Ariostenis Guimarães Vieira, da Corregedoria-Geral da Justiça, que representou a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça do Tocantins; Tarso Rizo Oliveira Ribeiro, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO); Ana Carina Mendes Souto, diretora geral do TJTO; Alice Carla de Sousa Setubal, diretora de Tecnologia da Informação e Comunicações (DTINF/TJTO); Luiz Philipe Azevedo Dias, diretor de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública do Estado; a delegada Milena Santana de Araújo Lima, diretora do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional e membro do Grupo Operacional de Proteção aos Dados Pessoais do TJTO; e André Fontanella, vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Tocantins (ANOREG).



De forma virtual, o diretor Arthur Pereira Sabbat, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), participou da abertura do Evento, oportunidade em que falou sobre a importância da adoção de medidas de segurança da informação e cibernética para a proteção dos dados pessoais. “A segurança da informação é uma caixa de ferramentas gigantesca para uma adequada proteção de dados. Sem isso, não é possível”, destacou Sabbat, parabenizando a iniciativa de o Poder Judiciário Tocantinense promover a cultura de proteção de dados.

As palestras do Evento sobre Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário e Sistemas de Justiça revelaram o comprometimento de o Poder Judiciário Tocantinense se adaptar às novas exigências legais da LGPD. Com o tema “Segurança da Informação e LGPD”, a delegada de polícia Milena Santana de Araújo Lima, diretora do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional e membro do Grupo Operacional de Proteção aos Dados Pessoais do TJTO, juntamente com a servidora Thainá Suzan Silva, analista de suporte técnico na Divisão de Manutenção e Suporte ao Usuário do TJTO, começaram as discussões trazendo aspectos interessantes sobre a segurança de informações pessoais, abordando como viver, conviver e se defender dos métodos dos atacantes em nossa rotina pessoal e profissional, apresentando as fraudes mais frequentes e as principais situações de risco.

A segunda palestra foi ministrada pela advogada Maria Lohana Hexana de Moura Silva Siqueira, com o tema “Desafios e Soluções: LGPD nos Tribunais”. A advogada destacou a necessidade de parceria entre os(as) profissionais do Sistema Judicial. A terceira e última palestra do dia foi com a desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que se encarregou do tema “Proteção de Dados no Âmbito do Poder Judiciário”. Autora do livro “LGPD: Direitos dos Titulares”, a desembargadora focou sua apresentação nos desafios da implementação.





Dando continuidade às atividades da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Esmat realizou, na tarde do dia 27, uma Oficina voltada à exploração das funcionalidades e dos recursos do aplicativo LGPDJus. Os(As) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense foram instigados(as) a compreenderem e aprofundarem o entendimento sobre os casos mais relevantes envolvendo a proteção de dados pessoais apresentados ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

Dividida em dois Workshops, a Oficina contou com a presença de Giovanni Moresco, gerente de projetos da LGPD na Diretoria de Tecnologia da Informação do TJSC; de Marcello Muller Teive, secretário do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do TJSC; e de Victória Lapa Cavalcanti, assessora jurídica do Comitê.

Encerrando os trabalhos da Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as exposições sobre a proteção de dados no âmbito dos serviços notariais e de registro, realizadas na manhã do dia 28 de setembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), apresentaram aos(às) participantes conhecimentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e aplicação dos princípios e requisitos da Lei. A abertura das atividades contou com a presença da magistrada Flávia Afini Bovo, diretora do Foro de Palmas; da senhora Lorena Peclat Barbosa, tabeliã e registradora em Santa Maria do Tocantins, também vice-presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-TO); e do juiz auxiliar Esmar Custódio Vêncio Filho, supervisor dos Serviços Notariais e de Registro, representante da Corregedoria dos Cartórios Extras.

Em sua apresentação, a desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), frisou a importância da organização e planejamento na aplicação da LGPD nos cartórios extrajudiciais e do compliance na adaptação à Lei, destacando que é essencial implementar um programa de compliance eficiente. "A adequação da LGPD nada mais é que a implementação de um programa de compliance. E o compliance nada mais é que cumprir deveres de maneira planejada e harmônica. E este programa de compliance é o instrumento pelo qual você contribui para a boa imagem da organização. Quanto mais organizados(as) vocês estiverem, mais propício será manter uma confiança positiva do serviço prestado pela sua serventia", afirmou.



Oficina Let's Gov – Laboratórios de Inovação no Setor Público

Em 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) se empenhou em aprimorar a qualidade, a eficiência e a confiança no Sistema Judiciário, fortalecendo, assim, a justiça e a cidadania em nossa sociedade. Para atingir esse objetivo, o TJTO, por meio da Esmat, promoveu uma série de atividades para a prática da Inovação. Nesse contexto, a Esmat iniciou, em 20 de setembro, a Oficina "Let's Gov – Laboratórios de Inovação no Setor Público". O Evento, que teve como objetivo fomentar a cultura de inovação no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, reuniu magistrados(as) e servidores(as) diretamente envolvidos na Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário.

Para abordar a importância da inovação no setor público e capacitar os(as) participantes a liderarem iniciativas inovadoras, a ação contou com a presença dos professores André Tamura, cofundador e diretor executivo da WeGov, e Renata Tonial, especialista em gestão pública.





Oficinas preparam servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário para aposentadoria

Visando preparar os(as) servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense para uma transição mais tranquila e consciente sobre a aposentadoria, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), nos dias 26, 27 e 28 de setembro, realizou Oficinas de Preparação para Aposentadoria. O Evento ocorreu no auditório da Esmat. Durante a abertura, Márcia Vieira Mesquita, diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), enfatizou a importância da preparação antecipada para a aposentadoria. “Essa é uma atividade extremamente importante, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) se sente orgulhosa e honrada de tencionar esse momento especial com vocês, de preparação. Vocês estão aqui para refletirmos um pouco sobre uma transição, sobre essa mudança de vida, para prepararmos-nos para um novo ciclo”, explicou.

Rogério Lopes da Conceição, coordenador do projeto e servidor da Esmat, destacou a importância de preparar as pessoas para a aposentadoria, com foco na produtividade. “Estamos começando hoje essa semana de preparação para extensão do Poder Judiciário Tocantinense, e a perspectiva é muito boa. Estamos com uma turma cheia, quarenta pessoas. O nosso pensamento é o de preparar realmente a pessoa para a aposentadoria, porém com foco na produtividade enquanto ainda estiver no trabalho”, comentou.

Comunicação entre instituições

Além dos membros do Poder Judiciário, outras instituições também estão desempenhando um papel ativo nas preparações para aposentadoria. As servidoras do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, Carolina e Géssica, inscreveram-se nas Oficinas visando entender a visão do TJTO e buscar encaminhamentos que auxiliassem a instituição. A diretora de Previdência do Igeprev, Carolina Ramos Nogueira, apontou o propósito de sua participação no Evento. “A gente também vai começar um trabalho de educação previdenciária no Igeprev. Então a gente veio ver a visão do Tribunal, o que ele entende, encontrar os melhores encaminhamentos para buscar e montar um projeto completo que auxilie todos(as) os(as) servidores(as) do estado do Tocantins”, pontuou.



TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE

No dia 20 de setembro, a Esmat realizou uma roda de conversa virtual pela Plataforma *Google Meet*, visando promover reflexões sobre os resultados do teletrabalho, tanto para os(as) trabalhadores(as), quanto para os(as) gestores(as) envolvidos(as), para suas vidas pessoais, saúde, qualidade de vida e rotinas de trabalho, com foco em servidores(as) e magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

A conversa teve o enfoque voltado para a regulamentação do teletrabalho prevista no artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que elimina as distinções entre o trabalho realizado no local de trabalho do(a) empregador(a), e o realizado no domicílio do(a) empregado(a), feito à distância, sendo que este requer a caracterização dos pressupostos da relação de emprego. No dia 20 de outubro, a atividade foi desenvolvida novamente para a turma II.



XV Congresso Internacional Direitos Humanos

**POR UMA JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL E EFETIVA
EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

EM HOMENAGEM AO PROFESSOR LUIZ ROBERTO LIZA CURI

“

***Os direitos humanos não um dado, mas um
construído, uma invenção humana, em constante
processo de construção e reconstrução.”***

Hannah Arendt

Durante a XV Edição do Congresso foram realizadas atividades como minicursos, conferências, painéis temáticos, comunicações orais e exposição de banners, bem como contou com a valorosa presença de palestrantes nacionais e internacionais, que durante três dias debateram questões ligadas à promoção dos direitos humanos, a percepção jurídica ante os avanços tecnológicos, sistema penal, e como nos adaptar e garantir a promoção da vida e dos direitos humanos ante as catástrofes ambientais que já ocorrem com constante frequência.

O Evento contou com a expressiva marca de 1.236 inscritos(as), que participaram na modalidade presencial e virtual promovendo diálogos interdisciplinares e a abertura de espaço para debates sobre a temática “Por uma Justiça mais acessível e efetiva em defesa dos Direitos Humanos”.

Minicursos

A Programação do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos começou com muito aprendizado na manhã do dia 13 de setembro, nas instalações da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), oferecendo quatro minicursos que abordaram temas cruciais para a efetividade das ações e defesa dos direitos humanos no Poder Judiciário.

O primeiro minicurso, intitulado "Nietzsche: Crítica da Cultura e do Fanatismo", contou com uma turma cheia de inscrtos(as) e interessados(as) pela temática. O professor Oneide Perius, doutor em Filosofia, ministrou as discussões que se concentraram na crítica de Nietzsche à cultura e à moral como meios de controle sobre o ser humano.

O segundo minicurso, voltado para o tema "Tomada de Decisão e Credibilidade do Testemunho", forneceu uma base sólida para decisões judiciais com base na psicologia do testemunho. Os facilitadores, o psicanalista Carlos Mendes Rosa e o pós-doutor Tiago Gagliano, discutiram temas, como a Fidedignidade dos Testemunhos, O Processo de Memória e Armazenamento de Fatos, e Métodos de Colheita de Prova Oral.

As doutoras Bleine Queiroz Caúla e Claudia do Amaral Furquim ministraram o minicurso "Capital Jurídico e Meios de Autocomposição de Conflitos". As facilitadoras analisaram como os meios autocompositivos podem impactar positivamente o capital jurídico e quais foram os maiores desafios enfrentados pelo Poder Judiciário nessa questão.

Por fim, o minicurso "Sistema Penal e Direitos Humanos" contou com a presença de especialistas internacionais, como a vice-presidente da Faculdade de Direito de Osaka, Japão, Mana Shimaoka, e o professor assistente de Direito da Universidade Ain Shams, Cairo, Egito, Ahmed Khalifa. O doutor Tarsis Barreto também esteve presente durante as exposições, que focaram nos principais desafios relacionados à preservação dos direitos humanos no sistema penitenciário, bem como as perspectivas de reintegração social da pessoa condenada no Brasil, Japão e Egito.



veja mais!



Homenagens e lançamento de livro marcam abertura do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos

Com o tema “Por uma justiça mais acessível e efetiva em defesa dos direitos humanos”, foi aberta, na tarde do dia 13 de setembro, a XV Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos. A solenidade de abertura, realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), foi marcada por homenagens e pelo lançamento do livro “Escritos em homenagem ao desembargador Marco Villas Boas”. Ao abrir o Evento, o desembargador Marco, diretor geral da Esmat e coordenador geral do Congresso, destacou que o Congresso mais uma vez foca no acesso à justiça, na efetividade por direitos humanos para que sejam cumpridos e bem interpretados pelo Poder Judiciário e pelos demais órgãos institucionais.

“É preciso uma compreensão muito mais ampla, um diálogo interjudicial e interconstitucional no plano internacional para que tenhamos, de fato, uma efetividade dentro dos sistemas de proteção”, disse comentando que a educação se torna um elemento vital na construção dos direitos.

Para Karyleila dos Santos Andrade Klinger, diretora de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, o tema central do Congresso é essencial para levar inclusão, acessibilidade, justiça e cidadania ao povo tocantinense. O professor Gustavo Paschoal, coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, falou que o Congresso é motivo de muito orgulho e satisfação, por ser um momento em que é possível trazer debates e troca de ideias entre todas as questões relacionadas aos direitos humanos.



Por sua atuação no aprimoramento do sistema educacional brasileiro, o professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação, é o homenageado desta Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos.

Ao entregar a placa de homenagem ao professor, o desembargador Marco exaltou sua capacidade intelectual e os serviços prestados em todo o Brasil e fora do país em prol da educação brasileira, destacando o seu incentivo à articulação no Tocantins, entre o Poder Judiciário e a Universidade Federal. O professor Curi, por sua vez, destacou a imensa honra ao receber a homenagem, informando ser esse um destaque em sua carreira. Após fazer uma trajetória de sua vida profissional, disse que a educação brasileira é a base da expressão.



Conferência do Japão destaca desafios na proteção das mulheres

A primeira conferência do Congresso trouxe questões fundamentais sobre os direitos das mulheres e o combate à violência de gênero. Mana Shimaoka, vice-presidente e professora da Faculdade de Direito da Universidade de Osaka, no Japão, e uma das principais especialistas em direito penal no país, foi a responsável por apresentar um panorama bastante detalhado dos desafios enfrentados pelas mulheres no Japão e em outras partes do mundo, com ênfase na prevenção e combate à violência contra a mulher. A mediação da conferência foi conduzida pela desembargadora Angela Issa Haonat, primeira diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).



Conferência destaca acessibilidade na mineração de processos em administrações públicas

“A nossa ideia é tornar a mineração de processos acessíveis”, afirmou a conferencista Sarajane Marques Peres durante sua exposição sobre mineração de processos e administração pública. Mediada pelo professor doutor Oneide Perius, a Conferência abordou aspectos introdutórios e conceituais sobre o tema.

Comunicações Orais

O segundo dia do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos iniciou colocando em prática o tema do Evento: "Por uma justiça mais acessível e efetiva em defesa dos direitos humanos". Na manhã do dia 14, as atividades acadêmicas de comunicações orais dos(as) alunos(as) dos Programas de *Stricto Sensu* da Esmat, em parceria com entidades educacionais, foram o destaque. A professora doutora Lia de Azevedo Almeida presidiu as sessões e enfatizou a relevância do conhecimento científico para a solução de problemas sociais cada vez mais recorrentes.

A juíza de direito e mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, deu início às sessões com seu projeto sobre o "Programa de Educação Sociojurídica Interdisciplinar e Itinerante do Poder Judiciário nas Escolas Públicas do Tocantins para Promoção da (Des)Judicialização Consciente".

A juíza de direito e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, Aline Marinho Bailão Iglesias, trouxe o tema "A Indicação Geográfica da Região do Jalapão para o Artesanato em Capim Dourado enquanto Instrumento de Proteção Jurídica e Desenvolvimento para Comunidades Tradicionais na Percepção dos Atores Locais".

O doutor Wellington Magalhães, juiz de direito, apresentou sua pesquisa sobre "Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas e Efetividade da Prestação Jurisdicional: o Processo Estrutural e a Resolução de Conflitos pelo Uso da Água".

O doutor Marcelo Laurito, juiz de direito, explicou o processo de sua pesquisa relacionada às "Prisões da Fé: Conversões Evangélicas no Contexto Prisional e a Relação entre Interesses Religiosos e Condições de Habitualidade no Mundo do Crime".



veja mais!





Painel discute sistema penal e direitos humanos na América do Sul, África e Ásia

A diminuição da população carcerária no Japão, assim como a conjuntura do sistema de justiça no Egito, foram os temas debatidos no painel "Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, África e Ásia" na tarde do dia 14. Mediado pelo professor doutor Tarsis Barreto (UFT), o painel foi iniciado pela panelista Mana Shimaoka, professora doutora da Universidade de Osaka no Japão, que abordou a diminuição recorrente da população carcerária do país, bem como o rígido sistema penal, até mesmo mencionando a pena de morte. Já o professor doutor Ahmed Khalifa, do Egito, apresentou o contexto histórico do país africano desde os movimentos sociais identificados como a Primavera Árabe em 2010, o que ocasionou uma abertura política e atualizações na constituição egípcia.



Inteligência humana x inteligência artificial gera debate entre participantes do painel Direitos Humanos na Era Digital

“Primeiro, vou fazer um convite à reflexão e trago a vocês mais perguntas do que respostas e ainda os(as) convido a olharem essa primeira imagem tirada do próprio metaverso em que existe uma pessoa, uma representação idosa e uma criança”, provocou Heloisa Helena de Almeida, palestrante no Painel Direitos Humanos e Justiça na Era Digital. A provocação deu lugar a uma pergunta intrigante, mesmo nesses novos tempos. “Será que o metaverso, esse ilustre desconhecido, vai acabar com o que já existe, visto que já há essa conversa de que o metaverso vem em substituição ao ser humano, ou será que nós podemos conviver com ambas as realidades? A virtual, a realidade concreta”.

Comunicações Orais

As sessões realizadas na manhã do dia 15 de setembro concentraram-se em destacar os resultados de pesquisas realizadas por alunos(as) e ex-alunos(as) dos Programas *Stricto Sensu* promovidos pela Esmat. A ação visou evidenciar como o método científico pode se tornar uma ferramenta poderosa para a solução de problemas sociais e para a transformação efetiva da sociedade.

Ao iniciar as atividades a professora doutora Lia de Azevedo Almeida, presidente das sessões de comunicações orais, destacou que "Como professora e pesquisadora que sou, é com muita alegria que iniciamos as comunicações de hoje, pois iremos compartilhar conhecimentos e, principalmente, ressaltar como o método científico pode ser aplicado para solucionar problemas sociais e ser um instrumento de transformação da realidade".

Durante sua apresentação, o doutorando juiz Roniclay Alves de Moraes expressou sua gratidão pelo convite da Esmat "Quero agradecer o convite que me foi formulado pela Esmat para estar aqui mais uma vez no congresso. Para mim, foi de grande valia, pois pude visitar o meu trabalho que ainda está em construção". Roniclay apresentou o escopo básico de seu projeto e explicou alguns aspectos da sua pesquisa sobre "O meio ambiente como um direito humano independente: impactos da opinião consultiva nº 23 da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o Brasil".

O doutorando juiz Ricardo Gagliardi abordou o tema "Quatro paradoxos do sistema criminal e o estado democrático de direito", posteriormente, o mestre Bernardino Cosobeck da Costa expôs sua dissertação sobre "Justiça social face às crianças em vulnerabilidade alimentar: projeto Júri/Criança Feliz no Tocantins". Encerrando as sessões, o juiz Fábio Costa trouxe o tema "Análise da repressão penal no Brasil: entre o garantismo e a economia do crime".



veja mais!



Professor titular da Sorbone, Mathieu Disant defende que custo e prazo não podem ser obstáculos à proteção dos direitos humanos

Redação melhor de projetos e dossiês, aceleração da desjudicialização e mudança no vocabulário dos(as) juízes(as) são algumas das armas para reforçar a defesa da proteção dos Direitos Humanos. Foi o que ressaltou (por videoconferência) o professor titular da Faculdade de Direito da Sorbone, Mathieu Disant, durante o encerramento do XV Congresso Internacional Direitos Humanos, no dia 15.



Liberdade e solidariedade

Já a palestrante Laura Miraut, professora de Filosofia do Direito na Espanha, ao falar sobre as novas realidades dos direitos humanos, destacou que o desenvolvimento tecnológico é um instrumento importante de adaptação aos novos valores dos Direitos Humanos, segundo ela fundamentais em relação à liberdade na qual novos valores dos direitos humanos são fundamentais, como os da liberdade e da solidariedade. Também palestrante, o advogado Marcelo Ribeiro lembrou que o Estado estabelece, pela Lei, um instrumento de segurança para o(a) cidadão(ã), para o(a) jurisdicionado(a), ante o possível árbitro estatal.

Congresso encerra com discussões sobre injustiça ambiental e climática, alimentação sustentável e transumanismo



O último painel do XV Congresso Internacional em Direitos Humanos levantou a discussão sobre a contaminação do meio ambiente e das comunidades por agrotóxicos e da ingestão de produtos químicos bioacumulativos e contaminantes ambientais, como também os conflitos sociais oriundos da biopolítica e da necropolítica, finalizando com a discussão de temas como injustiça ambiental e racismo climático e ambiental.

Na primeira palestra, a doutora e pesquisadora Cristina Larrea, palestrante da Espanha, expôs sobre o processo de contaminação de comunidades por meio da proximidade de áreas agrícolas que utilizam componentes químicos, agrotóxicos e demais defensivos. "É preciso procurar outras maneiras de se relacionar com o mundo a partir de um processo de reconhecimento de diversos saberes e sabedorias, com o fim de abrir novos caminhos e combater injustiças socioambientais", afirmou.

Em seguida a professora doutora Silvana Nascimento lembrou, durante a segunda palestra do dia, a atual situação por onde passa a humanidade, como o antropoceno, que corresponde à era geológica caracterizada pelo impacto da presença do homem na terra. Na terceira e última palestra do Congresso, a professora doutora Mariana Trotta Quintans ressaltou como as mudanças climáticas trouxeram conflitos socioambientais que, apesar de serem percebidos por toda a humanidade, atingem com mais gravidade as populações mais pobres.



Dia do(a) **Servidor(a)** **Corações** Solidários **Ações** Transformadoras



Ao abrir o ciclo de palestra, em 31 de outubro, no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), em comemoração do Dia do Servidor Público, que ocorreu dia 28, a presidente Etelvina Maria Sampaio Felipe, do Poder Judiciário Tocantinense (PJTO), entendeu como crucial a valorização dos(as) servidores(as), aos(às) quais atribuiu a construção de um serviço jurisdicional efetivo, célere, justo, inovador e imparcial.

“É por isso que a valorização do trabalho de cada um(a) de vocês é essencial para que nós possamos exercer as nossas funções”, ressaltou a desembargadora Etelvina. “Vocês desempenham um papel fundamental e muito importante na construção da nossa sociedade”, reforçou. “É imprescindível que os(as) servidores(as) tenham esse compromisso com a ética, com a transparência, com a qualidade dos serviços que nós prestamos e ajam de acordo com os princípios da administração pública”, frisou a presidente do TJTO, ao parabenizar os(as) diretores(as) do Judiciário na pessoa da diretora geral, Ana Carina Mendes Souto.



O Dia do(a) Servidor(a) é uma data que celebra não apenas o trabalho árduo e comprometido desses(as) profissionais, mas também ressalta a importância das ações solidárias e transformadoras que muitos deles(as) desempenham em suas comunidades e dentro do próprio Sistema Judiciário. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desenvolveu duas palestras, sendo: A Arte da Comunicação Não Verbal: Utilize sua Moda e Estilo a seu Favor, com Duda Pretto; e Segredos Mágicos das Ações Transformações, com o mágico, Vitor Hugo Alves Rocco.





1ª Semana de Diálogos **SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE**



Igualdade e diversidade norteiam diálogo proposto pelo Judiciário

A abertura da 1ª Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade, em 17 de outubro, foi feita pela desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça do Tocantins. Na ocasião, ela destacou a importância do espaço para promover o diálogo sobre questões como igualdade de gênero e racial, combate à LGBTfobia, ao capacitismo e etarismo. “Precisamos dialogar e agir para vermos, na prática, mudanças que promovam acessibilidade, inclusão e garantia dos direitos das minorias”, ressaltou. O juiz auxiliar Arióstines Guimarães Vieira, da CGJUS, coordenador da Coordenadoria da Cidadania, também destacou a relevância do debate e frisou que o Evento “marca, demarca e, sobretudo, sinaliza o caminho que optamos por seguir no Judiciário”.

“As pessoas negras não estão em espaços de poder e decisão; e quando grupos sociais historicamente vulnerabilizados estão impedidos de participar das decisões sobre o seu próprio destino, isso não é democracia.” Abrindo a programação, Lívia Maria Santana e Sant’Anna Vaz, promotora de Justiça da Bahia, abordou o tema “Igualdade racial e implementação de políticas públicas: uma visão interseccional”.



“Enquanto atores do sistema de julgamento, não podemos ser instrumentos de ratificação de desigualdades, porque estas geram profunda dor e sofrimento nas pessoas”. A fala é da juíza Renata do Nascimento e Silva, que abriu o painel com o tema “Abordagem ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero”, da qual foi mediadora, em 18 de outubro. Na oportunidade, a magistrada destacou que o Protocolo para Julgamento com a Perspectiva de Gênero é fruto de um amadurecimento do Poder Judiciário. “Não é mais possível a gente retroceder na compreensão de que o direito não é neutro e é dirigido para privilegiar determinados grupos”, disse.

O professor e servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), Elder Maia Goltzman, ao abordar recortes de notícias publicadas na imprensa, trouxe à reflexão e à discussão o tema “LGBTfobia como fenômeno estrutural”. O juiz Jean Fernandes Barbosa de Castro, do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), falou sobre o reconhecimento como processo de construção de visibilidade e Justiça em comunidades quilombolas no Estado, assunto de sua tese de doutorado. Fechando a programação do segundo, o advogado Landri Alves Carvalho Neto, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/TO e do IBDFAM-TO, ministrou a palestra “Direitos para se ter orgulho – conquistas do povo LGBTQIAPN+/LGBTfobia como Necropolítica do Estado Brasileiro”.

Tendo como temática principal, porém não única, o conhecimento e prática jurídica do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero no enfrentamento à violência contra a mulher, o terceiro painel contou com três importantes palestras, mediadas pela juíza titular Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, da Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Abrindo as atividades do dia 19 de outubro, a juíza titular Umbelina Lopes Pereira Rodrigues, da Vara Criminal da Comarca de Porto Nacional, apresentou algumas informações, com uma abordagem psicojurídica, sobre o tema da violência institucional contra a mulher. A segunda palestra teve como tema os Direitos das Minorias – racismo estrutural –, com o doutor Marco Adriano Ramos Fonseca, juiz e coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão. A terceira e última palestra, ministrada pela advogada Stella Noeme Bueno Pedroso do Nascimento, teve como foco a temática Violência Doméstica e Familiar e a Desigualdade de Gênero.





Encerrando as atividades, o último painel teve como foco uma introdução ao protocolo de julgamento sobre a perspectiva de gênero na justiça brasileira na visão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o tema A Proteção Internacional de Direitos Humanos de Mulheres e os Efeitos no Direito Interno, a advogada e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Graziela Tavares de Souza Reis, trouxe alguns apontamentos de reflexão sobre as relações de poder na sociedade. O advogado e presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/TO, Christian Trindade Ribas abordou a temática da igualdade racial no sistema educacional do estado do Tocantins.

Por fim, Thais Becker Henriques Silveira, ativista e pesquisadora na área do direito das pessoas com deficiência com foco na intersecção de gênero, desenvolveu sua apresentação focada na educação inclusiva: o direito fundamental, difuso e indisponível. Encerrando as atividades, Thais – que é uma mulher com deficiência – lembrou da necessidade de continuarmos promovendo discussões construtivas, respeitando e valorizando as diferentes vozes e experiências da nossa sociedade.

O juiz Jossaner Nery Nogueira Luna, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, titular da Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher e Crimes Dolosos Contra a Vida, de Gurupi, foi o responsável pelas mediações das palestras.

Roda de Conversa discute inclusão e combate à LGBTQIAPN+Fobia no trabalho

A Esmat realizou, em 31 de outubro, a Roda de Conversa: Diversidade e Inclusão e combate à LGBTQIAPN+Fobia no trabalho com o objetivo de discutir a respeito da diversidade e da inclusão, e pensar o combate à LGBTQIAPN+fobia na realidade do ambiente de trabalho de cada servidor(a) e magistrado(a) do Poder Judiciário Tocantinense.

Responsável por conduzir o Evento, o facilitador Luiz Geraldo do Carmo Gomes apontou que o indivíduo pode ser reconhecido a partir do gênero, ou pelo sexo, ou por sua orientação afetivo-sexual. De acordo com ele, o combate à LGBTQIAPN+fobia no trabalho está relacionado com o respeito à diversidade e à inclusão de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Isso significa que é preciso garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos(as) os(as) colaboradores(as), independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero. A atividade ocorreu de forma *online* pela Plataforma *Google Meet*.

Diferença não é motivo para desigualdade: um debate sobre gênero, feminismo e sexualidade

Realizada, em 10 de outubro, a roda de conversa online sobre gênero, feminismo e sexualidade, foi conduzida por Cristina Vasconcelos, psicóloga e sexóloga. O evento teve como objetivo discutir sobre as temáticas de gênero/sexualidade, equidade de gênero, patriarcado, machismo e misoginia/feminicídio. Durante o debate cada participante pôde se posicionar e apresentar sua percepção acerca dos temas. Cristina fez algumas provocações acerca do ambiente de trabalho. “Como podemos notar as estruturas de opressão no cotidiano? Quais desses comportamentos reproduzo no meu dia a dia? São questões que podem direcionar para o quanto está disposta a desconstruir os próprios preconceitos”, ponderou.

Para a participante, a bibliotecária Cynthia Aires, o bate-papo foi uma rara oportunidade de troca entre as servidoras do quadro do Tribunal de Justiça. “A gente fica muito no disse me disse, no que se fala por aí, no senso comum, e não sabe o que é realmente o feminismo e o que o feminismo busca”, ponderou sobre a importância desse tipo de encontro.



1º SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO PODER JUDICIÁRIO

Cenário Tocantinense: Cuidando de quem cuidou!

“Pretendemos entender a situação das pessoas idosas para aprimorar o tratamento dado a elas”, destaca corregedora-geral da Justiça durante abertura de seminário. “Conhecer a realidade da população idosa no estado do Tocantins é uma ação estratégica, prevista no nosso plano de gestão, com o objetivo de garantir acessibilidade, transparência e direitos humanos”, destacou a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, ao abrir o 1º Seminário da Pessoa Idosa no Poder Judiciário, em 2 de outubro, no auditório do Tribunal de Justiça (TJTO).

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), Arióstenis Guimarães Vieira, que atua à frente da Coordenadoria da Cidadania, reforçou o objetivo do Evento para construção de um diálogo interinstitucional em prol das pessoas idosas.

Presente ao Evento, Raphael Franco Castelo Branco, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), que na ocasião representou o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, citou o momento importante para a sociedade brasileira. “Além dos 20 anos do Estatuto (da pessoa idosa), nós temos também um grande instrumento de luta, que também aniversaria nos próximos dias”, enfatizou, citando os 35 anos da Constituição Federal, a ser celebrado no dia 5 de outubro. “É necessário que nós compreendamos o envelhecimento como um processo de conquista. Que bom que estamos vivendo mais! Mas não basta viver mais, é necessário viver melhor”, frisou, citando o desafio de proporcionar um envelhecimento saudável, com dignidade e empoderamento.





Baseado em pesquisas publicadas, o professor doutor Vicente de Paula Faleiros trouxe ao Evento a discussão sobre “Violência contra a pessoa idosa: resultados e análises”, tema da palestra de abertura do seminário. Na oportunidade, o professor falou sobre relação entre ocorrências de violência e idadismo estrutural; complexidade da violência; direitos e cidadania; relação familiar e violência segundo pesquisa; relação de poder e risco de violência; ocorrências de violência conforme Disque Direitos Humanos; pessoas idosas vitimizadas; estruturação do idadismo; e determinações da superestrutura política jurídica.

Durante a abertura do Evento foi apresentado o relatório final da pesquisa intitulada “Realidade da população idosa no estado do Tocantins”, atendendo à solicitação da Coordenadoria da Cidadania da Corregedoria-Geral de Justiça. O objetivo da pesquisa, realizada no período de 2018 a 2022, é compreender a realidade demográfica, social, econômica, judicial e epidemiológica da população idosa no Tocantins.



Os dados foram apresentados pela psicóloga do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares do (GGEM/TJTO), Juliana Pinto Corgozinho, responsável técnica pela pesquisa. O trabalho traz o mapeamento das redes de atendimento, atenção e proteção à pessoa idosa nos 139 municípios tocantinenses, e apresenta o perfilamento do público residente no Estado, bem como o panorama da violência contra a pessoa idosa e as Comarcas com maiores registros. O estudo contou com uma equipe de 133 pesquisadores(as) credenciados(as) ao GGEM nas 35 Comarcas do Tocantins.

Os painéis do I Seminário da Pessoa Idosa no Poder Judiciário, realizados no dia 2 de outubro, trouxeram perspectivas importantes e de incentivo para uma participação mais ativa da sociedade no cuidado com aqueles(as) que dedicaram suas vidas ao bem-estar de todos(as).

Com o tema "Rede de Atenção, Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa no Tocantins", integraram o Painel 1, a panelista e pesquisadora Érica Pollyana Oliveira Nunes, profissional credenciada do GGEM/TJTO e a coordenadora da saúde da pessoa idosa na atenção primária do Ministério da Saúde, Lígia Iasmine que durante a sua fala ressaltou "Envelhecimento é uma conquista, a gente precisa passar a enxergar e sentir que o envelhecimento é um avanço, um atestado de que as medidas sanitárias foram efetivas, que as vacinas são eficazes e que é preciso combater a mortalidade precoce". O painel foi mediado pelo Juiz Ariosténis Guimarães Vieira, coordenador da Coordenadoria da Cidadania do TJTO.



Mediado pelo desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, do TJTO, o Painel 2 "Perfil da população idosa no Tocantins: quem são nossos idosos e suas necessidades?" apresentou o perfil da população idosa no estado do Tocantins. A pesquisadora e mestra Maísa Carvalho, profissional credenciada do GGEM/TJTO, e a pedagoga Simone Fontenelle da Silva, coordenadora geral da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa/CNDPI do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, foram as responsáveis pelo debate deste segundo painel.



Por fim, o Painel 3 contou com a presença da pesquisadora Keila Moreira, profissional credenciada do GGEM/TJTO, e da delegada Cyntia Cristina de Carvalho e Silva, chefe adjunta da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF/DECRIN). Discutindo o tema "Contexto da violência contra a pessoa idosa no Tocantins", Cynthia trouxe sua experiência como delegada em Brasília e ressaltou: "precisamos desenvolver políticas públicas para trazer as gerações para dentro das escolas e discutir isso – as dificuldades entre gerações –".



· W O R K S H O P ·

Gestão da Memória e Documental do Poder Judiciário: caminhos e desafios



Realizado em 31 de outubro, na modalidade Ensino à Distância, pela Esmat, o Workshop Gestão da Memória e Documental do Poder Judiciário: caminhos e desafios apresentou, durante quatro horas de atividades, mecanismos para discutir, criar e implementar a gestão documental e de memória do Judiciário Tocantinense. O Workshop foi organizado pela analista judiciária do Tribunal de Justiça do estado de Pernambuco, gerente do Memorial da Justiça (TJPE), a doutora em História Mônica Pádua. Na abertura do Evento, a desembargadora Ângela Prudente, presidente das comissões permanentes de Gestão da Memória e Gestão Documental (CPAD e CGM) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), ressaltou a iniciativa de o Poder Judiciário e de a Esmat realizarem atividades formativas de gestão documental e de memória. “Contar com a expertise e a vasta experiência da doutora Mônica Pádua neste Workshop nos inspira a perseverar na preservação da memória do nosso Judiciário que, apesar de jovem, é rico em história e tem muito a contribuir com a sociedade tocantinense”, afirmou.



Seminário destaca fomento à adoção de práticas inclusivas, tecnológicas e arquitetônicas para pessoas com deficiência

Em alusão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – comemorado no dia 3 de dezembro –, o auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) contou com a presença, no dia 27 de novembro, de autoridades, de especialistas e da comunidade, interessados nas questões relacionadas à inclusão e ao empoderamento das pessoas com deficiência. A quarta edição do Seminário demonstrou ser, mais uma vez, uma atividade importante no fortalecimento da conscientização da sociedade tocantinense, no fomento à adoção de práticas inclusivas, tecnológicas e arquitetônicas em diversos âmbitos da vida social, educacional e profissional para pessoas com deficiência.

Abertura

Durante a abertura, o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho – presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário Tocantinense e coordenador do Evento – destacou as ações desenvolvidas por este Poder no que tange à capacitação dos(as) servidores(as) e magistrados(as) sobre os aspectos ligados ao atendimento mais humanizado de pessoas com neurodiversidades. “Precisamos entender que o acolhimento a todo tipo de diversidade é um ato importante para garantir o direito pleno de cidadania a qualquer pessoa digna de respeito. Temos realizado cursos visando à formação de servidores(as) para que desenvolvam habilidades em seu ambiente de trabalho e protocolos para atendimento mais humanizado de pessoas com neurodiversidade nas dependências do Poder Judiciário, já que elas muitas vezes não são aparentes”, expressou.

Na oportunidade, o desembargador prestou homenagens póstumas ao juiz Sândalo Bueno do Nascimento.

Em fala, a desembargadora Ângela Haonat, diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), representando o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola, ressaltou a atuação do TJTO em iniciativas acessíveis e inclusivas.

A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, corregedora-geral da Justiça, também esteve presente e assinalou o comprometimento e a parceria da Corregedoria no desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas.

Para a desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, o Seminário “trata-se de um momento significativo para reforçar o compromisso do Poder Judiciário com políticas e práticas inclusivas. Enaltecemos a acessibilidade como um direito fundamental e inerente à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania plena e participação social. A reflexão proposta neste dia nos instiga a questionar estereótipos, a superar barreiras arquitetônicas e a fomentar ações que transmutem a inclusão ao status de regra e não uma exceção da nossa sociedade”.





Estavam presentes, na Mesa de Honra, o doutor Deusiano Pereira de Amorim, secretário de Estado da Cidadania e Justiça, representando o governador Wanderlei Barbosa; o defensor público Neuton Jardim dos Santos, coordenador do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (NUAMAC, de Palmas), representando a Defensoria Pública do Estado do Tocantins; e o conselheiro estadual, doutor Domingos Rodrigues da Silva, representando a Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Tocantins.

Palestras

Desenvolvida pelo doutor Hugo Frota Magalhães Porto Neto, promotor de justiça do Ministério Público do Ceará, a primeira palestra com o tema A acessibilidade como direito fundamental das pessoas com deficiência e as tecnologias: cidades inteligentes e uma sociedade infoinclusiva abordou alguns exemplos de iniciativas de inclusão digital para pessoas com deficiência, além de apontar os benefícios de uma sociedade infoinclusiva para todos(as).

Coordenando a Mesa, o advogado Diamisblan Sopran emocionou o público ao agradecer o palestrante pelas suas contribuições para com a causa: “É uma honra estar mediando esta palestra sobre a pessoa com a deficiência. Só sabe o que é ser deficiente quem realmente vive essa situação. Todas as pessoas têm complacência, são solícitas, mas quem vive a deficiência é que realmente tem como dizer quem é e as dificuldades que realmente enfrenta. (...) um diploma não te traz a humanidade, o diploma te traz um pseudoconhecimento, mas a humanidade, o senso de empatia, isso é construído e eu construí isso com o senhor [sobre o palestrante]”.

A segunda e última palestra foi sobre a arquitetura como promotora da inclusão e universalidade dos espaços para todos(as), com a arquiteta Adriana Dias, mestra e coordenadora do curso de Arquitetura do Centro Universitário de Palmas (Ceulp/Ulbra). Coordenando a Mesa, estavam as servidoras do TJTO Eva Portugal e Patrícia Idehara.

Na ocasião, foi exposto aos presentes o Documentário “Habilidades Mágicas” sobre relatos das famílias das pessoas com neurodiversidades e práticas terapêuticas.





Roda de Conversa em comemoração ao **DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

O Poder Judiciário Tocantinense fomentou, no dia 20 de novembro, um debate consciente em reflexão ao Dia da Consciência Negra. O Evento, realizado no Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica), contou com a participação da comunidade acadêmica de Palmas e de Miracema, representantes de instituições públicas e líderes de coletivos negros do Tocantins. A Programação faz parte do projeto Corregedoria nas Universidades e é uma iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), UniCatólica e Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO).

Com apresentação de capoeira do Grupo Só Angola Tocantins e roda de conversa com o tema “Quilombos, Judiciário, Letramento Racial e Racismo Institucional”, o Evento abordou os principais fatos históricos sobre o período de escravidão no Brasil e suas consequências, que ainda afetam –estruturalmente – a visão em relação ao negro em nosso País. A legalização fundiária das terras quilombolas foi uma das pautas apontadas durante os debates, visto que o estado do Tocantins possui 48 comunidades sem a segurança jurídica necessária.

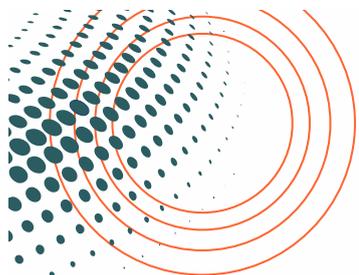
Roda de Conversa

Com o tema “Quilombos, Judiciário, Letramento Racial e Racismo Institucional”, participaram da roda de conversa a líder quilombola Rita Gomes e o representante do Coletivo Nacional da Juventude Negra (ENEGRECER). O debate foi mediado pela juíza Renata do Nascimento e Silva, coordenadora do Evento. Ao falar sobre a importância da data, a magistrada expressou a necessidade de combate ao racismo por meio de ações realmente transformadoras e destacou a relevância da iniciativa de o Judiciário ampliar o debate em busca da promoção da igualdade racial.

Rita Lopes, líder da comunidade quilombola Rio Preto, que fica cerca de 50 km de Lagoa do Tocantins, compartilhou suas experiências e desafios na luta contra o racismo e reforçou a importância de se ter espaço para debater a temática. “É muito importante para nós estarmos nesses espaços, sendo ouvidos(as). Então, quando o TJTO abre essa ponte, convidando-nos para compor uma Mesa como esta, é para nos ouvir. Isso é muito importante, não só para mim como quilombola, como líder quilombola, não apenas para o meu quilombo, o quilombo do Rio Preto, é importante para todos os quilombos do Tocantins. Assim, o espaço que ocupo hoje é o de trazer voz, de dar voz às comunidades quilombolas, é muito importante, e quero agradecer o convite. A gente sai daqui já com alguns laços ou algumas pontes construídas, espero que isso venha a ajudar ainda mais o meu povo”, afirmou.

Para a professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do campus de Miracema, Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, que levou os(as) alunos(as) inscritos(as) na disciplina de Serviço Social e Direitos Humanos para participarem do Evento, “construir uma reflexão em torno da consciência negra, entendendo que o racismo faz parte de um sistema estrutural do processo de formação social-histórico brasileiro, é de suma importância para que eles(as) [os(as) alunos(as)] compreendam a importância da defesa dos direitos humanos na profissão, na sociedade e, futuramente, no cotidiano dos espaços de trabalho deles(as). Então, eles(as) têm de estar presentes, têm de participar dessas temáticas”.





Seminário

Combate à Corrupção, à Improbidade e aos Crimes Eleitorais



"É um privilégio tratar sobre uma temática tão importante nos dias atuais para as democracias ocidentais e que preocupa as Nações Unidas e todos(as) aqueles(as) que prezam pela democracia no plano global", ressaltou o desembargador Marco Villas Boas ao abrir o Seminário de Combate à Corrupção, à Improbidade e aos Crimes Eleitorais, no dia 6 de dezembro, no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Em sua fala, o diretor da Esmat destacou a importância de respeitar os direitos civis, criar oportunidades para o desenvolvimento e promover um associativismo global baseado na cooperação. O juiz Wellington Magalhães, coordenador do Evento, agradeceu ao desembargador Marco pelo apoio à realização do Seminário e frisou a importância do debate sobre a temática. O promotor de justiça Abel Andrade Leal Júnior, subprocurador-geral de Justiça e chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, comentou que "Encontros como este são importantes, uma vez que são voltados à conscientização e ao diálogo".

Palestras

A primeira palestra contou com a presença do conselheiro Saulo Marques Mesquita, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que abordou a atuação colaborativa do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário no combate à corrupção. O conselheiro desenvolveu sua apresentação discutindo alguns aspectos sobre a teoria da corrupção, do sistema de controle e da atuação do Tribunal de Contas, e do ambiente de atuação colaborativa com o Poder Judiciário.

A repercussão dos julgados de contas na apuração de crimes de corrupção e de improbidade administrativa ficou a cargo da conselheira Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

No período da tarde, o juiz Roniclay Alves de Moraes, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), fez apontamentos sobre os aspectos importantes do processamento das ações de improbidade administrativa. Alterações legislativas. E a quarta e última exposição foi conduzida pelo juiz Eustáquio de Melo Junior, também do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com o tema Os principais crimes eleitorais e a jurisprudência do TSE.

Seminário

O Seminário objetivou promover a conscientização e o debate sobre as questões relacionadas ao combate à corrupção, à improbidade e aos crimes eleitorais, visando contribuir para o fortalecimento da integridade, transparência e responsabilidade no âmbito político e no administrativo.





Palestra **Segurança** para **quê?**



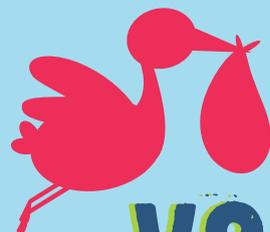
Foi realizada, em 21 de novembro, no auditório do Tribunal de Justiça, a palestra com o tema "Segurança para quê?". Na abertura oficial do Evento, a desembargadora Ângela Prudente, vice-presidente do TJTO, ressaltou que, ao promover uma cultura de segurança sólida, o Tribunal de Justiça do Tocantins não apenas se blinda das ameaças potenciais, mas também fortalece a confiança da sociedade na integridade e responsabilidade desta instituição para com a justiça. "Nosso objetivo é que o conteúdo oferecido ressoe em cada ação realizada nesta Corte, com vista a assegurar a integridade física e informacional do nosso corpo funcional e a salvaguarda da nossa instituição", ressaltou a vice-presidente do TJTO.

Com o objetivo desenvolver a cultura de segurança institucional entre magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Tocantins, o Evento foi comandado pelo doutor em Ciências Militares, Camel André de Godoy Farah, que também é especialista em Inteligência, pela Escola de Inteligência Militar do Exército, e em Globalização, Justiça e Segurança Humana, pela Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade do Ruhr (Alemanha).

Durante a palestra, o especialista provocou os(as) participantes a refletirem acerca da necessidade da segurança institucional e tratou sobre o tema em um contexto das novas tecnologias e transformações socioculturais. Ele ainda discorreu sobre as diferenças entre segurança orgânica e segurança ativa.



WEBNÁRIO



ENTREGA VOLUNTÁRIA



Dezenas de magistrados(as) e servidores(as) assistiram, no dia 1º de dezembro, ao Webinário Entrega Voluntária, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A atividade teve a proposta de trazer aperfeiçoamento aos(as) participantes, no que se refere à ética e aos parâmetros legais, reflexões, e aprimorar a práticas acerca do acolhimento de gestantes ou parturientes que manifestem interesse em entregar o(a) filho(a), de forma humanizada, na entrega voluntária.

O *Webinário* foi ministrado pelo juiz auxiliar Hugo Gomes Zaher, da Infância e Juventude, de Campina Grande/PB, que é mestre em Direito Constitucional, e pela doutora Angélica Gomes da Silva, em Serviço Social, sob a mediação do magistrado Adriano Gomes de Melo Oliveira, juiz da Infância e Juventude de Palmas e coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de Palmas. A atividade visou também à apropriação da temática *Entrega Voluntária*, capacitando os(as) participantes, com vista ao desenvolvimento de apropriação ética e dos parâmetros legais acerca dos procedimentos da entrega voluntária, preparando magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, credenciados(as) pelo Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares, que atuam na área da Infância e Juventude para os desafios que essa demanda pressupõe.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2023

2023

CURSOS E EVENTOS



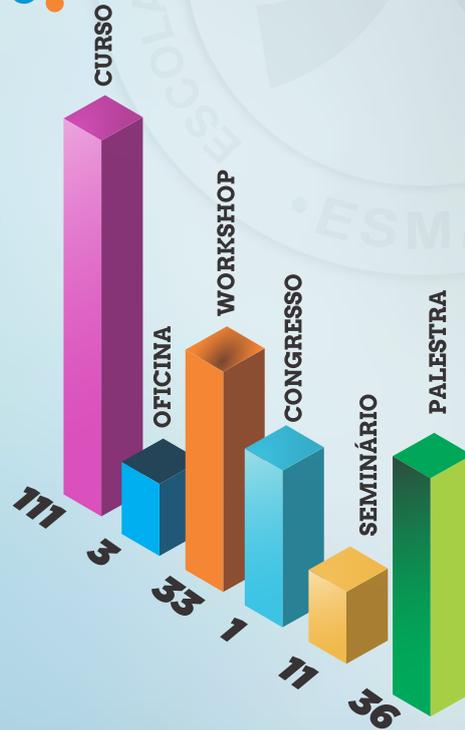
CAPACITADOS

SERVIDORES

1.823

MAGISTRADOS

111



CERTIFICAÇÕES

MAGISTRADOS

533

SERVIDORES

6.228

ATIVIDADES REALIZADAS POR MODALIDADE DE ENSINO

PRESENCIAL

95

EaD

62

HÍBRIDA

38

CARGA HORÁRIA OFERTADA

3.419

AÇÕES REALIZADAS

EIXOS TEMÁTICOS



PÓS-GRADUAÇÕES

STRICTO SENSU DOUTORADO

- DESENVOLVIMENTO REGIONAL UFT/ ESMAT
- DIREITO PUC-RIO
- DIREITO UNICEUB

LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO

- COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL

STRICTO SENSU MESTRADO

- PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS UFT/ESMAT

FONTE: Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) Dados Referentes ao Período de Janeiro a Dezembro de 2023

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 1	4	37
2	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 2	4	25
3	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – ETAPA 2 – TURMA 3	4	36
4	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 1	8	59
5	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 2	8	59
6	A NOVA FRONTEIRA JUDICIÁRIA: ENTENDENDO A IA GENERATIVA E O CHATGPT – TURMA 3	8	53
7	A PEDAGOGIA JURÍDICA E O ASSESSORAMENTO TÉCNICO AO JUDICIÁRIO	45	49
8	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: METODOLOGIAS, DESAFIOS E GARANTIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	80	78
9	APERFEIÇOAMENTO DA ABORDAGEM NO ACOLHIMENTO E ESCUTA CLÍNICA	4	83
10	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS GISE – TURMA 1	8	31
11	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS GISE – TURMA 2	8	01
12	APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS À ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	8	11

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
13	ASPECTOS GERAIS SOBRE A POSSE E EXERCÍCIO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL PELOS DELEGATÁRIOS	8	29
14	AUTOCONHECIMENTO NO TRABALHO – TURMA I	40	46
15	AUTOCONHECIMENTO NO TRABALHO – TURMA II	40	48
16	CÁLCULOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS	40	31
17	CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF) – TURMA I	120	64
18	CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF) – TURMA II	120	57
19	CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR	80	59
20	CAPACITAÇÃO SOBRE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE BUSCA PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO	8	60
21	COMISSÃO PERMANENTE DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	16	17
22	COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DA PRÁTICA	4	190
23	CONHECENDO OS RECURSOS DO MOODLE	30	33
24	CONTRAMEDIDAS DE VIGILÂNCIA TÉCNICA	24	24

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
25	CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TIC CONFORME A RESOLUÇÃO CNJ Nº 468/2022	16	29
26	CREDENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	16	32
27	CURSO BÁSICO DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL) – CONTRIBUIÇÕES DA PNL PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	40	37
28	DIÁLOGO ENTRE PSICANÁLISE E DIREITO	24	40
29	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA – TURMA I	20	19
30	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA – TURMA II	20	20
31	DO CONCEITO À IMPLEMENTAÇÃO: CAPACITAÇÃO PARA LABORATORISTAS DE INOVAÇÃO	24	16
32	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 1	20	24
33	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 2	20	12
34	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 3	20	9
35	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS – TURMA II	30	62
36	ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE EMENTAS	40	40

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	ELABORAÇÃO DE SENTENÇA – PARTE 2	46	60
38	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	20	29
39	E-PROC 2023: CUMPRIMENTO DE ATOS DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA AUDIÊNCIAS E OITIVAS DE TESTEMUNHAS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS – TURMA I	6	27
40	E-PROC 2023: CUMPRIMENTO DE ATOS DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA PARA AUDIÊNCIAS E OITIVAS DE TESTEMUNHAS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS – TURMA II	6	17
41	ESTUDO SOCIAL, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL	45	50
42	ÉTICA EM PESQUISA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PLATAFORMA BRASIL	24	36
43	FACILITAÇÃO GRÁFICA E VISUAL PARA REDESENHO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	16	20
44	FORMAÇÃO DE FORMADORES – TURMA IV	136	39
45	FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL	5	126
46	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS	28	29
47	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	16	30
48	GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GESI)	45	30

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
49	GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS: RETENÇÕES E ENCARGOS INCIDENTES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS E ISS)	20	45
50	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA I	20	72
51	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA II	20	72
52	GOOGLE WORKSPACE: O USO EFICAZ DOS RECURSOS NO TJTO – MÓDULO I – TURMA III	20	66
53	IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS: ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO INTERNA E PRINCIPAIS INSTITUTOS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A NLLCA	14	57
54	INGLÊS AVANÇADO – TURMA I	60	12
55	INGLÊS AVANÇADO – TURMA II	75	15
56	INGLÊS BÁSICO	75	40
57	INGLÊS INTERMEDIÁRIO	60	23
58	INGLÊS INTRO	60	68
59	INOVAÇÃO E O PENSAMENTO DE DESIGN	41	38
60	INOVAÇÃO E PENSAMENTO DE DESIGNS MULTIPLICADORES	33	27

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
61	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA I	19	31
62	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA II	19	29
63	INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – GESTÃO DAS EMOÇÕES – TURMA III	19	31
64	JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA – PARTE TEÓRICA	30	90
65	LIBRAS BÁSICO – TURMA I	60	65
66	LIBRAS BÁSICO – TURMA II	60	53
67	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	30	29
68	MATERIAL DIDÁTICO NA EAD: PRINCÍPIOS E PROCESSO DE PRODUÇÃO	30	27
69	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – ETAPA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - 2023	60	30
70	MENTORIA PARA LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	16	13
71	METODOLOGIA ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE NO SETOR PÚBLICO	24	25
72	METODOLOGIA ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE NO SETOR PÚBLICO – TURMA II	30	18

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	MINDFULNESS PARA O AUTOCUIDADO – TURMA 1	16	17
74	MINDFULNESS PARA O AUTOCUIDADO – TURMA 2	16	19
75	MINICURSO 1 – SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS	4	43
76	MINICURSO 2 – TOMADA DE DECISÃO E CREDIBILIDADE DO TESTEMUNHO	3	39
77	MINICURSO 3 – NIETZSCHE: CRITICA DA CULTURA E CRÍTICA DO FANATISMOS E DO FUNDAMENTALISMO	3	33
78	MINICURSO 4 – CAPITAL JURÍDICO E OS MEIOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS	3	16
79	NOVA FRONTEIRA DO JUDICIÁRIO - A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA DESEMBARGADORES	12	52
80	PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR, DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA, TERMO DE REFERÊNCIA, COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÃO Nº 14.133/2021	30	30
81	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA V	20	122
82	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA VI	24	93
83	PRESERVAÇÃO DA VIDA: ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA – TURMA 1	10	20
84	PRESERVAÇÃO DA VIDA: ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA – TURMA 2	10	21

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
85	PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO DE VIDEOAULAS	30	87
86	PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	25	93
87	RECURSOS DINÂMICOS E CRIATIVOS EM SALA DE AULA	30	35
88	SEGURANÇA ORGÂNICA (SEGOR)	44	57
89	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA CEM CASTRO ALVES	3	51
90	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA CEM TIRADENTES	3	51
91	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO	3	57
92	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA ESMAT	3	51
93	SEMANA DE SENSIBILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS – TURMA RACHEL DE QUEIROZ	3	32
94	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA I	8	14
95	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA II	8	14
96	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA III	8	12

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
97	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS (SINIC) – TURMA IV	8	13
98	SUORTE BÁSICO DE VIDA – TURMA 1	4	26
99	SUORTE BÁSICO DE VIDA – TURMA 2	4	20
100	TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DA PROVA ORAL	24	31
101	TEORIA E PRÁTICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL	16	60
102	TEORIA E PRÁTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA	23	52
103	TEORIA E PRÁTICA SOBRE A DOSIMETRIA DA PENA	20	48
104	TEORIA E PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO JUDICIÁRIO DO TOCANTINS	45	50
105	TOMADA DE DECISÃO E TECNOLOGIA	40	45
106	USABILIDADE E ALIMENTAÇÃO DOS DADOS CRIMINAIS NO SISTEMA E-PROC	3	39

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	1º ENCONTRO NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO	16	708
2	ABERTURA DA 23ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA COM O TEMA "JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	2	79
3	"AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE CASA ABRIGO EM GURUPI	4	154
4	CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DA ESMAT – I CHÁ LITERÁRIO	4	48
5	DIA DO(A) SERVIDOR(A) DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE – PALESTRA CORAÇÕES SOLIDÁRIOS, AÇÕES TRANSFORMADORAS	3	215
6	GARTNER MEETING ON TOCANTINS – BRAZIL – PALESTRA AI GENRATIVE & CYBERSECURITY FOR PUBLIC SECTOR 2023	5	154
7	I ENCONTRO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	8	58
8	I MARATONA DE INOVAÇÃO DO INOVASSOL COM O TEMA "PARA INOVAR NO SETOR PÚBLICO"	5	23
9	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 1	5	157
10	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 2	3	140
11	I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE – ATIVIDADE 3	3	109
12	I SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA NO PODER JUDICIÁRIO COM O TEMA "CENÁRIO TOCANTINENSE: CUIDANDO DE QUEM CUIDOU!"	6	763

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
13	II SEMANA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO MORAL E O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	3	845
14	III SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	8	449
15	III WEBINÁRIO ADOÇÃO AMOR SEM IDADE COM O TEMA A SOCIALIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NOS PROCESSOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	3	155
16	III WEBINÁRIO CIDADANIA E JUSTIÇA NO OLHAR INDÍGENA TOCANTINENSE – UM DIÁLOGO NECESSÁRIO E DE DIREITO	3	306
17	III WORKSHOP ESTADUAL DE ALTERNATIVAS PENAIIS: ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DE DESAFIOS NO CAMPO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	9	281
18	IV SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	3	445
19	OFICINA DE INOVAÇÃO: FAZENDO A INOVAÇÃO ACONTECER	16	30
20	OFICINA LET`S GOV – LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	32	26
21	OFICINA LGPD: TEORIA E PRÁTICA	3	46
22	OFICINA SOBRE PRODUTIVIDADE COM FOCO NA PARAMETRIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO	4	143
23	OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	18	36
24	PALESTRA A PREVENÇÃO DO ASSÉDIO E O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO	4	42

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
25	PALESTRA ADOECIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR? – TURMA I	3	41
26	PALESTRA ADOECIMENTO NO AMBIENTE DE TRABALHO: É POSSÍVEL EVITAR? – TURMA II	3	38
27	PALESTRA INOVAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO	3	495
28	PALESTRA MINDSET EM BUSCA DA FELICIDADE	2	336
29	PALESTRA O MUNDO OCULTO DAS FERIDAS EMOCIONAIS E AS DOENÇAS FÍSICAS	2	349
30	PALESTRA O PODER JUDICIÁRIO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS	2	79
31	PALESTRA PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2023 – REGULAMENTA A DISPENSA DO USO DE CARTAS PRECATÓRIAS	1	256
32	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA I	2	131
33	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA II	2	111
34	PALESTRA PROGRAMA PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL E A SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SOLO SEGURO – TURMA III	2	104
35	PALESTRA PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO E SISTEMAS DE JUSTIÇA	8	427
36	PALESTRA PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO	3	237

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA I	4	39
38	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR – TURMA II	4	78
39	PALESTRA SEGURANÇA PARA QUÊ?	3	120
40	PALESTRA SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS: ASPECTOS GERAIS	2	52
41	PALESTRA TRABALHO E SAÚDE MENTAL	3	55
42	RODA DE CONVERSA DIVERSIDADE E INCLUSÃO COMBATE A LGBTQIAPN + FÓBIA NO TRABALHO	5	39
43	RODA DE CONVERSA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	4	72
44	RODA DE CONVERSA GÊNERO, FEMINISMO E SEXUALIDADE, UM RECORTE SOBRE A HISTÓRIA E DEFINIÇÕES	4	35
45	RODA DE CONVERSA TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE – TURMA I	5	50
46	RODA DE CONVERSA TELETRABALHO EXPERIÊNCIA DE SUCESSO COM SAÚDE E PRODUTIVIDADE – TURMA II	3	32
47	SEMINÁRIO “A REPERCUSSÃO DO ESTÁGIO NA CARREIRA PROFISSIONAL” COM O TEMA AUTOCONHECIMENTO E AUTODESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS PARA O CRESCIMENTO NA CARREIRA PROFISSIONAL	4	269
48	SEMINÁRIO COMBATE À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE E AOS CRIMES ELEITORAIS	6	154

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
49	SEMINÁRIO POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA	2	477
50	SEMINÁRIO SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS DE REGISTRO IMOBILIÁRIO	9	1109
51	SIMPÓSIO O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	8	344
52	VI SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCS)	8	646
53	WEBINÁRIO PAINEL GESTÃO UNIDADES JUDICIÁRIAS	3	254
54	WEBNÁRIO ENTREGA VOLUNTÁRIA	4	118
55	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA I	7	18
56	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA II	7	21
57	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA III	7	23
58	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENQUANTO REQUISITO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE – TURMA IV	7	23
59	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA XII	5	38
60	WORKSHOP DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	8	40

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
61	WORKSHOP GESTÃO DA MEMÓRIA E DOCUMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO: CAMINHOS E DESAFIOS	4	59
62	WORKSHOP GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS: PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA	3	26
63	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA I	14	52
64	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA II	14	42
65	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA III	14	45
66	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA I	14	32
67	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA V	14	47
68	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VI	14	47
69	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VII	14	45
70	WORKSHOP MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO – TURMA VIII	14	41
71	WORKSHOP ORIENTAÇÕES SOBRE MÓDULO DE CORREIÇÃO PRESENCIAL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	4	83
72	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA I	15	16

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA II	15	21
74	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA III	15	25
75	WORKSHOP SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESTES PROPÓSITOS? – TURMA IV	15	24
76	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 1	3	21
77	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 2	3	29
78	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 3	3	27
79	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 4	3	48
80	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 5	3	58
81	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS – TURMA 6	3	60
82	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA I	3	56
83	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA II	3	100
84	WORKSHOP SOBRE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU – TURMA III	3	239

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
85	XV CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA "POR UMA JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL E EFETIVA EM DEFESA DOS DIREITOS"	20	999
86	XVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA DIÁLOGO ACI – DIÁLOGO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL, COM O TEMA "SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE"	6	109
ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU		MATRICULADOS
1	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA IX (ESMAT/UFT)		30
2	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA X (ESMAT/UFT)		16
3	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA XI (ESMAT/UFT)		32
4	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS TURMA NORTE (ESMAT/UFT/EJURR/ESJUD/EJE-RR)		11
5	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ESMAT/UFT)		11
6	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/UNICEUB)		20
7	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/PUC-RIO)		15
8	ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL (ESMAT)		50